

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**AGRICULTURA ECOLÓGICA: DO ENGAJAMENTO
POSSÍVEL À RETRIBUIÇÃO ESPERADA**
**Um estudo dos agricultores ecologistas de Antônio Prado
e Ipê - RS**

CARLA FREITAS ALVES

**Porto Alegre
2004**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**AGRICULTURA ECOLÓGICA: DO ENGAJAMENTO
POSSÍVEL À RETRIBUIÇÃO ESPERADA**
**Um estudo dos agricultores ecologistas de Antônio Prado
e Ipê - RS**

CARLA FREITAS ALVES
Orientador: Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos

**Dissertação submetida ao Programa
de Pós-Graduação em Desenvolvi-
mento Rural, da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul, como quesito
parcial para obtenção do Grau de
Mestre em Desenvolvimento Rural.**

**Série PGDR – Dissertação nº 42
Porto Alegre
2004**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

A Banca Examinadora abaixo relacionada aprovou, no dia 31 de agosto de 2004, a dissertação de Carla Freitas Alves, com o título *Agricultura Ecológica : do engajamento possível à retribuição esperada*, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural – Área de Concentração em Mediações Políticos-Culturais, Estruturas Produtivas e Formas Sociais do Mundo Rural.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos (Orientador-Presidente, PGDR/Departamento de Sociologia/UFRGS)

Prof. Dr. Paulo Eduardo Moruzzi Marques (PGDR/UFRGS)

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva (Departamento de Sociologia/UFRGS)

Profa. Dra. Claudia Job Schmitt (CONAB/MAPA/DF)

Aos meus amores Ricardo e Maria Clara.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Divino Mestre a oportunidade de viver este trabalho, experiência intensa e rica em aprendizados que ficarão gravados em minha trajetória profissional e pessoal.

No plano material, agradeço, primeiramente, ao meu orientador, o Prof. José Carlos, pela confiança depositada em mim desde o início desta relação orientador-orientada, pela paciência e dedicação em me orientar nos momentos mais frágeis da caminhada para construção deste trabalho.

Sou também grata ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, pela estrutura disponibilizada aos funcionários e, especialmente, aos professores, que proporcionaram um ambiente favorável à incorporação de novos saberes e à realização deste trabalho de dissertação.

A bolsa CAPES foi fundamental para que as pesquisas que integram esta dissertação fossem possíveis.

Sou bem grata à equipe do Centro Ecológico, sempre disposta a contribuir para o meu ingresso neste universo da agricultura ecológica.

Agradeço, aos meus pesquisados, os agricultores ecologistas que sempre me receberam com atenção, abrindo-me seus lares, possibilitando o convívio com suas famílias, na busca de desconstruir algumas fronteiras e construir o engajamento que é possível ao pesquisador “de fora” – ao mesmo tempo “de dentro” – considerando que moro na área da ONG por laços pessoais.

Quero agradecer a todos os meus colegas do PGDR, em especial aos colegas e amigos Cíndia Brustolin, Adriano Premevida e Valter Lúcio de Oliveira, que foram fiéis incentivadores para que eu trilhasse este novo caminho para mim em termos de investigação científica, buscando ampliar os meus conhecimentos teóricos e práticos. Grata pelas “conversas sociológicas” e palavras de apoio.

À pesquisadora e amiga Claudia Job Schmitt, pelo apoio decisivo no momento que decidi fazer a seleção para ingressar neste Programa de Pós-Graduação, pelas conversas, pelas bibliografias disponibilizadas e, principalmente, pelo carinho e confiança. Grata.

Agradeço a minha família pela dedicação. Ao meu companheiro Ricardo Barreto, pela firmeza, paciência, constância e amor neste trajeto de vida em comum, trajeto que nos rendeu frutos além desta dissertação, a nossa bela Maria Clara, que é motivo de felicidade nas nossas vidas. Bem grata.

RESUMO

Nesta dissertação, analiso as lógicas de engajamento dos agricultores ecologistas na agricultura ecológica em Antônio Prado e Ipê, ambos municípios da Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul, Brasil. Os diferentes graus de engajamento dos agricultores estão relacionados à heterogeneidade na estrutura e volume de capitais acumulados por esses agentes durante suas trajetórias e às distintas expectativas de retribuição com relação a este referencial de agricultura. O referencial foi construído ou socializado neste cenário, principalmente, pelos técnicos do Centro Ecológico, constituindo-se num conjunto de práticas agrícolas alternativas que pretendem viabilizar avanços sustentáveis na produção agrícola. Na busca destes “avanços”, a agricultura ecológica é construída sob uma dimensão simbólica, orientada “pela filosofia da preservação ambiental e da justiça social”, e uma dimensão econômica caracterizada pelo objetivo de viabilizar econômica e socialmente a agricultura familiar. Assim, os agricultores, ao se engajarem, fazem suas releituras do referencial e, pela socialização, vão incorporando os limites impostos as suas ações pelas representações dominantes (legítimas) da “prática” e pelas normas que vão se institucionalizando ao longo do tempo, resultando na estrutura objetiva do espaço de relações da agricultura ecológica na região. Essas releituras resultam em distintos graus de engajamento. As distintas tomadas de posições e estratégias desenvolvidas pelos agricultores ecologistas possibilitam a formação de uma hierarquia normativa neste espaço social, permitindo que alguns agricultores, devido às disposições incorporadas durante suas trajetórias e ao tipo de relação estabelecida com os técnicos, se tornem novos mediadores.

ABSTRACT

The purpose of this research is to analyze the logics of the commitment made by the organic farmers in Antônio Prado and Ipê, municipalities located in the “Encosta Superior do Nordeste” of Rio Grande do Sul State, Brazil. The different degrees of the farmers’ commitments are related to the heterogeneity of the structure and volume of capitals accumulated by these agents during their trajectory and to the different expectations of return in relation to this agricultural reference. The reference was built or socialized in this setting, mainly by the “Centro Ecológico” technicians, and is constituted of a set of alternative agricultural practices that intend to make viable sustainable advances in agricultural production. In search of these “advances”, organic farming is constructed under a symbolic dimension, orientated “by the philosophy of environmental preservation and social justice”, and an economical dimension represented by the aim of making viable family farming, both economically and socially. Thus the farmers, upon committing themselves, make their own interpretation of the reference and, through socialization, incorporate the limits imposed to their actions by the dominant representations (legitimate) of the “practice” and by the standards that were set over time, resulting in the objective structure of the “space of relationships” of the organic farming in the region. These interpretations result in distinct degrees of commitment. The different positions made and strategies developed by the organic farmers allow for the formation of a standardizing hierarchy in this social space, allowing some farmers, due to the dispositions incorporated during their trajectory and to the kind of relationship established with the technicians, to become new mediators.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO.....	6
ABSTRACT	7
SUMÁRIO.....	8
LISTA DE ANEXOS	9
INTRODUÇÃO	10
1 DO REFERENCIAL TEÓRICO E DO MÉTODO DE PESQUISA	24
1.1 O Problema Social em Construção	24
1.2 Os Técnicos como Mediadores: a formação do espaço de mediação	27
1.3 Da formação do espaço social ao engajamento.....	34
1.4 Procedimentos Metodológicos	40
2 Construindo a Agricultura Ecológica	45
2.1 O cenário.....	45
2.2 A construção do referencial.....	50
3 Lógicas de engajamento dos agricultores ecologistas	70
3.1 “Os bons agricultores”	71
3.2 “Os parcialmente engajados”	100
3.3 “Da resistência ao desengajamento”	113
CONCLUSÕES	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140
Fontes de Consulta:	140
Fontes de Referência	141
ANEXOS	145

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - Fotos caracterizando a paisagem da região	146
ANEXO B - Localização dos municípios da pesquisa e de atuação do Centro Ecológico	147
ANEXO C - Roteiro de Entrevista Aplicado aos Mediadores.....	148
ANEXO D - Roteiro de Entrevista Aplicado aos Agricultores	150
ANEXO E – Deliberações do II Encontro das Associações de Agricultores Ecológicos	154

INTRODUÇÃO

A agricultura ecológica¹ e seus homônimos é um tema muito abordado, atualmente, em diferentes esferas da sociedade, como organizações não-governamentais, agências estatais e universidades. Não há, portanto, uma única definição de agricultura ecológica, o que há é um “trabalho social” desenvolvido por uma diversidade de agentes – como agrônomos, agricultores, biólogos, sociólogos, técnicos agrícolas – que lutam para impor uma nova categoria de percepção do mundo social a fim de agirem sobre o mesmo.

Assim, nesta dissertação, pretendo evidenciar a diversidade de representações em torno dessa noção, atribuídas pelos técnicos e agricultores no espaço social em questão. Também procuro explicitar a representação dominante das práticas que definem a noção de agricultura ecológica, através da análise das **lógicas de engajamento e retribuição** dos agricultores ecologistas de Ipê e Antônio Prado na agricultura ecológica. Esses dois municípios estão localizados na Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul.

Para apresentar o *espaço social* em que desenvolvo este trabalho, começo fazendo uma descrição do contexto histórico de emergência dos movimentos de contestação da agricultura moderna até a implantação do Projeto Vacaria em Ipê por um grupo de técnicos ligados ao movimento ambientalista gaúcho.

Os movimentos de contestação das práticas e métodos difundidos pela agricultura moderna, especialmente em relação ao uso de agrotóxicos, surgiram no início do século XX, quando esta estava em fase de implantação na Europa e nos Estados Unidos. Destaca-se, nessa época, a obra de Albert Howard, *Um Testamento Agrícola*, publicada em 1941, na Inglaterra. Esse livro foi resultado de

¹ Considero sinônimas as distintas denominações de “agriculturas” que se colocam como “alternativas” à agricultura moderna, tais como “agricultura orgânica”, “agricultura biodinâmica”, “agroecologia”. Este trabalho não tem o objetivo de refletir sobre as diferenças que existem entre essas propostas. Assumo a agricultura ecológica aqui como uma categoria nativa em construção; assim, não é uma categoria analítica.

mais de quarenta anos de pesquisas sobre os processos de reposição da fertilidade do solo na agricultura e sua relação com a saúde dos seres humanos e dos animais (SCHMITT, 2001). Howard alertava para os problemas ambientais decorrentes do processo de industrialização da agricultura. Esse movimento², cujos princípios foram estabelecidos por ele entre os anos de 1925 e 1930, ficou conhecido como agricultura orgânica, sendo após, na década de 1940, difundido nos EUA, por Jerome Irving Rodale. Suas idéias foram por muito tempo marginalizadas pelos circuitos dominantes de produção do conhecimento científico, permanecendo em discussão nos circuitos alternativos (*Idem*).

A partir da década de 1960, o modelo de agricultura moderna já está consolidado nos países desenvolvidos e começa a ser disseminado no terceiro mundo através da "Revolução Verde"³; os impactos no meio ambiente já são perceptíveis, então esses movimentos ganham mais força como alternativas ao modelo atual.

No Brasil, as reformas ocorridas após o golpe de 1964 impactaram diretamente o setor rural. Até meados da década de 1950, havia um consenso entre os formuladores de política de que a agricultura “não representava um entrave para o desenvolvimento econômico” (ALVES, 2000 *apud* BELIK, 1997, p. 15), uma vez que esta cumpria suas funções de prover alimentos e mão-de-obra para a economia urbana florescente. No entanto, diante da alta dos preços dos alimentos e das crescentes pressões exercidas pelos movimentos sociais no campo, muda o enfoque dado ao setor, que passa a ser considerado um setor “atrasado”.

Diante desse diagnóstico, o governo militar instituiu a montagem de uma estrutura completa de modernização para o setor, definindo um complexo conjunto de instrumentos de intervenção – leis, regulamentos, programas, instituições. Dentre esses instrumentos, destaca-se a constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural

² Um resgate histórico das diferentes vertentes da agricultura alternativa pode ser encontrado em EHLERS, Eduardo. **Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996. 178 p.

³ Para uma retrospectiva acerca das origens históricas da agricultura moderna ver: Goodmand, Sorj, Wilkinson. **Da lavoura as biotecnologias**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

(SNCR), em 1965, quando o setor passa a contar com fundos permanentes destinados ao financiamento das atividades agropecuárias. As políticas de concessão de crédito objetivavam integrar a agricultura ao processo de modernização da economia nacional.

Esse processo gerou manifestações de contrariedade em relação ao modelo de desenvolvimento instituído, como destaca ALMEIDA (1999, p. 31). Questionava-se a elevada concentração da posse da terra e de riqueza, que agravava as disparidades regionais, provocando intensos processos migratórios para centros urbanos mais industrializados. Evidenciavam-se também as distorções ambientais, como os casos freqüentes de contaminação dos trabalhadores rurais, poluição dos recursos naturais não renováveis, entre outros.

No início dos anos de 1970, os movimentos de contestação estão mais direcionados para as questões sociais; como as questões da reforma agrária; no entanto, gradualmente, vão se incorporando, além destas questões, os temas relativos ao meio ambiente e à modernização da agricultura (ALMEIDA, 1999, p. 55; CANUTO, 1998, p. 49). Nessa época, já eram desenvolvidas experiências concretas de produção agrícola “alternativa” como, por exemplo, a Estância Demétria, como resgata EHLERS (1996), implantada no interior de São Paulo em 1972. A propriedade tinha como objetivo abastecer consumidores, principalmente da cidade de São Paulo, com produtos agrícolas cultivados com base nos princípios da agricultura biodinâmica.

Os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs) se constituem como o lugar de convergência de um universo heterogêneo e geograficamente disperso de experiências e iniciativas na área da “agricultura alternativa”. Os “EBAAs” foram realizados nos anos de 1981, em Curitiba–PR, de 1984, em Petrópolis–RJ, de 1987, em Cuiabá–MT, e no ano de 1989, em Porto Alegre–RS.

Cabe destacar também a importante participação da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FEAB), que sempre tem tomado, de acordo com CANUTO (1998, p. 51), a iniciativa na discussão sobre os impactos da agricultura moderna e as possíveis alternativas.

Outra organização histórica neste contexto é a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), que desenvolveu o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA) cuja motivação inicial, de acordo com SCHMITT (2001, p. 40), era formar uma equipe multidisciplinar de assessoria técnica a pequenos agricultores visando a “suprir as carências que estavam inviabilizando inúmeros assentamentos oriundos de lutas vitoriosas pela posse da terra”. Esta experiência logo amadureceu, originando, a partir de 1985, a criação de centros de tecnologia alternativa em outros estados do país⁴. Em 1988, o PTA foi reestruturado, desvinculando-se da FASE e passando a constituir a Rede PTA.

Todas as críticas ao processo de modernização oficialmente induzido têm, de acordo com ALMEIDA (1999, p. 58):

(...) uma idéia central e dominante, que é a da necessidade de preservar uma certa categoria social e produtiva na agricultura: (...) o pequeno agricultor (...). A partir dessa idéia central ressurgem – ou mesmo nascem – na metade dos anos setenta, na Região Sul, diversas associações, grupos e organizações não-governamentais de apoio aos agricultores.

A primeira entidade ecológica criada no Rio Grande do Sul foi a União Protetora da Natureza (UPN), fundada por Henrique Luiz Roessler, em São Leopoldo, em 1955, a qual tinha como principal objetivo a preservação ambiental.

Em 1971, em Porto Alegre, foi criada a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), tendo como base a UPN, estando entre seus fundadores José Lutzemberger e Augusto César Carneiro; de acordo com Almeida (1989, p. 121) surgia com o lema “pensar globalmente e agir localmente”.

Neste período de emergência da questão ecológica no Rio Grande do Sul, foi lançado, em 1975, um livro que “se tornou ponto de referência para o movimento ecológico-ambientalista no Estado e no Brasil, tendo influenciado toda uma geração de ecologistas” (ALMEIDA, 1989, p. 125-26). A obra é o *Manifesto Ecológico*

⁴ O Projeto foi criado em novembro de 1983 num seminário promovido pela FASE em Campinas-SP (ALMEIDA, 1989).

Brasileiro: fim do futuro?, de José Lutzenberger. Para o autor, era preciso criar um novo paradigma: “a visão ecológica das coisas”.

De acordo com PINHEIRO *et alli* (1993, p. 87), “o embrião da Lei Estadual (de Agrotóxicos do Rio Grande do Sul) resultou não de mobilização ou conscientização; foi um fato fortuito”. No final do primeiro semestre de 1982, um repórter perguntou ao Diretor do Departamento Municipal de Águas e Esgotos se havia agrotóxicos no Rio Guaíba, e um técnico que o acompanhava respondeu: “a água potável de Porto Alegre está contaminada por doze inseticidas organo-clorados”. A partir, deste fato, o governador na época, Amaral de Souza, baixou um decreto proibindo o uso dos clorados no Estado e instituiu o Receituário Agrônômico, para evitar o uso indiscriminado de produtos fitossanitários. No entanto, o ano de 1982 era ano de eleições, e os ecologistas temiam que os decretos fossem revogados após o pleito.

Então, para que isso não ocorresse, iniciou-se um intenso processo de mobilização das entidades profissionais e ambientalistas, discutindo a necessidade de uma legislação estadual democrática no âmbito da Comissão dos Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. O anteprojeto de lei de agrotóxicos foi preparado com a participação de mais de 100 entidades da sociedade civil emergente (PINHEIRO *et alli*, 1993, p. 87). A lei estadual de agrotóxicos foi sancionada em abril de 1983, pelo novo governador, Jair Soares, derrubando os artigos vetados pelo governo anterior. Esta lei buscava regulamentar o uso dos agrotóxicos no Estado.

Nesse contexto é criado o Projeto Vacaria, em 1984, no então Distrito de Ipê⁵, como destaca um dos fundadores do projeto:

Sempre que falávamos em produzir sem veneno tinham pessoas que nos acusavam de nos basearmos em coisas da Europa e dos Estados Unidos, e que aqui não seria possível. Então, com algumas pessoas e uma entidade de Porto Alegre, decidimos fazer alguma coisa prática, fazer um exemplo prático, não para ser um modelo, mas que mostre um outro modelo de agricultura. (Mediador do Centro Ecológico, setembro de 2003).

⁵ O distrito foi emancipado em 1987, tornando-se o município de Ipê, localizado na Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul.

A referida entidade de Porto Alegre era a Associação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), criada em 1964. Essa entidade, em sua origem, visava à “conscientização da mulher enquanto cidadã”, mas, com o passar do tempo, assumiu a luta ecológico-conservacionista, criando um Departamento de Ecologia em 1980, como destaca ALMEIDA (1989, p. 118-9).

Em convênio com a Fundação Amigos da Terra da Suécia, essa entidade apoiou a implantação do Projeto Vacaria, localizado numa propriedade rural de 70 ha, concebida como um centro de produção, demonstração e experimentação de práticas em agricultura ecológica. O projeto tinha como objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da agricultura ecológica. Nos seus primeiros anos de existência “teve como foco principal a aplicação de princípios ecológicos ao manejo de diferentes sistemas de cultivo e criação” (SCHMITT, 2001, p. 299).

No final da década de 1980, com o apoio da Pastoral Rural de Antônio Prado e do escritório municipal da EMATER em Ipê, os técnicos do Projeto iniciam uma série de palestras no interior dos dois municípios. As palestras buscavam “sensibilizar os agricultores, evidenciando os riscos dos agrotóxicos para saúde e para o meio ambiente, além da questão política de favorecimento das multinacionais em consumí-los”⁶.

Então, no ano de 1988, incentivados pelo Padre da Paróquia de Antônio Prado e pelas palestras, os primeiros agricultores começam a procurar os técnicos do Projeto Vacaria determinados “a encarar esta proposta (da agricultura ecológica)”⁷.

No ano de 1986, a Cooperativa Ecológica COOLMÉIA instituiu um evento ecológico anual denominado TUPAMBAÉ. Em 1989, o tema era a Festa do Alimento⁸, na qual os agricultores que produziam ecologicamente expuseram e

⁶ Mediador do Centro Ecológico: depoimento. [outubro, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. 2003.

⁷ Esta fala é de um dos primeiros agricultores a ingressar na prática da agricultura ecológica, nestes municípios analisados; ele é agricultor ecologista da AECIA, de Antônio Prado e a entrevista foi realizada em março de 2004.

⁸ Foi realizado no dia 16 de outubro, considerado o Dia Mundial da Alimentação.

venderam seus produtos aos consumidores da capital (COSTA, 1992, p. 135). Esta festa deu origem a uma feira mensal dos agricultores ecologistas, até 1991, quando a feira se tornou semanal.

Os agricultores de Antônio Prado e Ipê foram convidados pelos técnicos do Projeto para participar da Festa e, posteriormente, da feira. Então, este grupo de agricultores que começou a “vender produto sem ser da associação”, como ressalta um agricultor, é o embrião da Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado (AECIA) formada em 1989.

“A experiência bem sucedida da AECIA permitiu o surgimento de diversas associações congêneres, assessoradas diretamente pelo Centro de Agricultura Ecológica de Ipê (CAE-Ipê)”⁹, como passa a se chamar o Projeto Vacaria em 1991, quando se torna uma associação civil sem fins lucrativos.

No processo de formação das associações de agricultores ecologistas é que começo as indagações que levam à construção do objeto de pesquisa deste trabalho. Questiono-me: como se dá o recrutamento destes agricultores? Por que se engajam nesta proposta de agricultura ecológica? Que tipos de retribuições estão buscando ao engajarem-se? A relação destes agricultores com os técnicos pode influenciar o seu grau de engajamento na agricultura ecológica? Quem são os agentes que tentam construir a noção de agricultura ecológica? Por que estes técnicos são reconhecidos e legitimados pelos agricultores como aptos para estabelecer o que compõe a noção de agricultura ecológica? Isto realmente acontece?

Um estudo sobre a organização da “rede alternativa” envolvendo os agricultores familiares dos municípios de Ipê e Antônio Prado foi desenvolvido por SCHMITT (2001), considerando esta como uma rede de produção e comercialização de produtos ecológicos, formada a partir da safra de 1989-1990, que foi a primeira safra comercializada de produtos ecológicos. A autora realizou um estudo da trajetória percorrida no decorrer da década de 1990, por unidades produtivas

⁹ CAE Ipê. O que é ser agricultor ecologista. Ipê: 1997, p.15.

familiares vinculadas e não-vinculadas às redes alternativas nestes municípios, procurando analisar, particularmente, as transformações ocorridas na organização destas unidades a partir do momento em que se vinculam à redes alternativas.

Como resultados de seu estudo, ela destaca¹⁰ alguns elementos considerados importantes relativos à mudança socioambiental na agricultura; constata que as opções tecnológicas dos agricultores são construídas num espaço perpassado por múltiplas redes, cuja dinâmica tem influência direta sobre as opções dos agricultores. Aponta que as unidades produtivas dos agricultores ecologistas vinculadas à rede alternativa nas comunidades rurais de Ipê e Antônio Prado, apresentam, hoje, diferentes níveis de incorporação de princípios e práticas ecológicas de manejo do agroecossistema. No entanto, o perfil tecnológico destes agricultores é claramente diferenciado da amostra de agricultores convencionais (SCHMITT, 2001, p. 376).

Assim, por fim destacou que:

“agricultura ecológica configura-se, neste contexto, como um estilo emergente de agricultura, ainda em fase de consolidação. As novas formas de enquadramento do mercado de produtos orgânicos poderão interferir na consolidação da agricultura ecológica como alternativa para os agricultores familiares” (*Idem*, p. 377).

Abordo, aqui, o estudo desenvolvido por SCHMITT (2001) devido ao resgate histórico da construção da “rede alternativa” realizado neste trabalho e em função de alguns resultados a que chegou, que, ao meu ver, podem ser relacionados ao meu objeto de pesquisa: as lógicas de engajamento. Refiro-me à observação de que as unidades produtivas de agricultores ecologistas apresentam diferentes níveis de incorporação de princípios e práticas ecológicas de manejo, e considero que esta heterogeneidade pode estar relacionada às distintas estruturas de capitais portados

¹⁰ A autora organizou a conclusão do seu trabalho a partir das observações levantadas em seis itens; entretanto, estou destacando aqui os três itens que considerei mais relevantes para análise que estou desenvolvendo. Assim, para uma leitura mais completa das conclusões deste estudo ver: SCHMITT, Claudia Job. **Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da Região Serrana do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, Doutorado em Sociologia – Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

por estes agricultores. A autora percebe a agricultura ecológica como um estilo de agricultura emergente e em fase de consolidação, o que, de certa forma, está relacionado ao ponto de partida deste trabalho, pois percebo a agricultura ecológica como uma categoria em construção e busco apreender como os agricultores se engajam neste *espaço de relações*, onde se dá o processo de conformação deste referencial.

Ingressei neste Curso de Pós-Graduação em busca de novas perspectivas teóricas para refletir sobre a minha prática profissional, por isto a escolha por um Mestrado com uma proposta multidisciplinar. Na verdade, desde a metade de meu curso de graduação em Ciências Econômicas, sinto que os aportes teóricos utilizados pela disciplina para análise do mundo social não eram suficientes para “dar conta” da diversidade de lógicas de ação existentes no espaço social. No entanto, eu ainda desconhecia quais eram as disciplinas a que eu deveria agregar as minhas reflexões e também a minha prática para contemplar dimensões de análise não consideradas na teoria econômica. Na realidade, percebo que este curso de pós-graduação abriu-me novas portas, através do acesso a disciplinas como a sociologia e a antropologia; então, me proponho neste trabalho de dissertação a fazer um exercício acadêmico de reflexão que, creio, vem contribuir na constituição da minha identidade socioprofissional.

O tema deste trabalho – a agricultura ecológica – foi escolhido desde uma identificação militante, considerando as potencialidades que vejo neste movimento como proposta de transformação da realidade social dos agentes envolvidos direta e indiretamente neste processo. No entanto, desde a disciplina de Mediações Políticas e Culturais, tenho vivido um intenso processo de desconstrução de uma postura mais militante em relação ao tema, para poder me inserir no espaço social a que me proponho analisar seguindo a postura epistemológica proposta por BOURDIEU (2002, p. 49) com um “novo olhar”, um “olhar sociológico”. De acordo com este autor:

Construir um objeto científico é, antes de mais nada, sobretudo, romper com o senso comum, quer dizer, com as representações partilhadas por todos, (...), quer se trate das representações oficiais, (...) inscritas (...), ao mesmo tempo, na objetividade das organizações sociais e nos cérebros. (BOURDIEU, 2002, p. 34)

Quando iniciei o trabalho de campo, ainda com caráter exploratório, pude participar de três reuniões na região de estudo, em outubro de 2002. Nessas reuniões, procurei observar quem falava, o que falava, bem como as censuras. Busquei também perceber as tomadas de posições por parte dos agricultores, identificando os “extremos”, as posições intermediárias, sempre com o objetivo de contemplar a diversidade dos posicionamentos nestes espaços.

Uma destas reuniões era a assembléia mensal de uma associação de agricultores ecologistas, na qual um dos assuntos discutidos foi a reeleição do Governador Olívio Dutra. Um agricultor pediu a palavra e disse: “precisamos reeleger o Projeto do Governo do Estado, eu não vou nem plantar tomate até as eleições, vou fazer campanha, é preciso”. Essa fala recebeu vários acenos de concordância, seja com palavras ou gestos. Logo, outro agricultor se manifestou, dizendo: “é, mas a gente precisa ver os custos disso, não podemos ter prejuízos”; ele também recebeu apoio, mas com gestos mais contidos e em menor número.

Estou expondo uma parte do meu diário de campo com o objetivo de explicitar as diferentes tomadas de posições entre os agricultores ecologistas a respeito do assunto em pauta; ressalto a importância de relacioná-las com os interesses e estratégias que orientam os agricultores que estão engajados na agricultura ecológica, bem como observo que essas tomadas de posições estão relacionadas às percepções e representações do que é “fazer” agricultura ecológica e às dimensões que assume este engajamento.

Os técnicos consideram que os agricultores ecologistas têm diferentes “graus de consciência”, “graus de entendimento” em relação à agricultura ecológica, existindo, portanto, o que consideram como agricultores ecologistas de “ponta” e outros que “fazem o básico”. Como destaca um dos técnicos, falando sobre o “entendimento” de determinadas práticas na agricultura ecológica pelos agricultores: “alguns agricultores já conseguem compreender nas primeiras discussões que se faz sobre o assunto, outros vão demorar cinco ou dez anos... outros, possivelmente, não vão conseguir ter essa consciência...”.

De acordo com BOURDIEU (1996b, p. 23) falando sobre o seu livro *La Distinction*:

(...) uma diferença só se torna perceptível, (...) socialmente *pertinente*, se ela é percebida por alguém capaz de *estabelecer a diferença* – já que, por estar inscrito no espaço em questão, esse alguém não é *indiferente* e é dotado de categorias de percepção, de esquemas classificatórios, (...) que lhe permite distinguir (...).

Assim, resolvi assumir a classificação *nativa* para analisar as lógicas de engajamento dos agricultores ecologistas de Antônio Prado e Ipê, considerando os técnicos como “este alguém capaz de *estabelecer a diferença*”. Os agricultores estão classificados em três grupos: os “mais” engajados, os “parcialmente” engajados e os “menos” engajados. Isto porque o meu objetivo neste trabalho não é impor uma nova classificação e sim compreender ou possibilitar a emergência das bases sociais que permitem aos agentes inseridos neste espaço apreenderem os agricultores ecologistas sob o sistema de classificações citado anteriormente. Portanto, os agricultores estão classificados em três grupos: os “mais” engajados, os “parcialmente” engajados e os “menos” engajados.

Na intenção de compreender as diferentes tomadas de posições no espaço social de análise, considero o que propõe BOURDIEU (1996c, p. 21):

Os agentes sociais são distribuídos no espaço social de acordo com o volume global de capital que possuam (...) e com a estrutura de seu capital, isto é, de acordo com o peso relativo dos diferentes tipos de capital, no volume global de capital. E a estrutura e volume de capital são o fundamento de diferenças nas disposições (*habitus*) e, assim, nas tomadas de posição.

Então, a partir destes conceitos desenvolvidos por BOURDIEU (1996c), com os quais trabalho, o agente social é visto como tendo posições, ações e visões de mundo que dependem de relações objetivas, isto é, os aspectos estruturais vão contribuir para a construção de suas percepções. Assim, a questão principal que busco responder nesta dissertação é: qual a estrutura e o volume de capitais dos agricultores ecologistas que pode levá-los a diferentes lógicas de engajamento e

retribuição na agricultura ecológica? E qual a relação entre as trajetórias destes agricultores ecologistas e suas lógicas de engajamento e retribuição?

O objetivo consiste em analisar as lógicas de engajamento dos agricultores na agricultura ecológica. Busco evidenciar as relações entre as diferentes lógicas de engajamento dos agricultores ecologistas e a estrutura e o volume de capitais acumulados durante suas trajetórias sociais.

A hipótese central é que os agricultores ecologistas que em suas trajetórias acumularam mais capital cultural e social engajam-se na agricultura ecológica buscando ampliar estes capitais, enquanto os agricultores ecologistas que são mais desprovidos destes capitais engajam-se, principalmente, buscando retribuições materiais, como o acúmulo de capital econômico. Considero como problema complementar analisar se a relação destes agricultores ecologistas com os mediadores influencia a sua lógica de engajamento e retribuição na agricultura ecológica.

Destaco que a análise do processo de mediação não é o foco principal desta dissertação, os mediadores serão analisados na sua relação com os agricultores ecologistas, considerando que são eles que propõem a prática da agricultura ecológica no espaço social de análise.

MULLER (1995, p. 161), em seu trabalho, busca definir o conceito de *referencial*, expondo as contribuições e os limites desta ferramenta, refletindo sobre a contribuição que constitui, para análise das políticas públicas “*comme construction d’un rapport au monde*”:

Compreende-se que o referencial seja inseparável da noção de mediador. O mediador é ator, grupo ou indivíduo, que produz o referencial, a “verdade” do momento. Assim, ele cria as condições políticas da definição de um novo espaço de expressão dos interesses sociais, a partir de um quadro de referência, ao mesmo tempo, normativo e cognitivo, no qual os diferentes atores vão poder mobilizar seus recursos e vinculá-los¹¹ a relações de aliança ou de conflito” (MULLER, 1995, p. 161 – Tradução livre da autora).

¹¹“*Nouer*” no texto original.

Portanto, pretendo trabalhar com estes conceitos de *referencial* e de *mediador* propostos por MULLER (1995) para analisar a relação que os agricultores ecologistas estabelecem com o novo *quadro de referência de agricultura* – a agricultura ecológica – proposto pelos mediadores, e, conseqüentemente, com seus propositores.

A hipótese a que se refere o problema complementar é que os agricultores ecologistas, que ao se engajarem na agricultura ecológica obtêm os recursos considerados mais legítimos no quadro do referencial proposto, estabelecem uma relação de reciprocidade com os mediadores, enquanto os que mobilizam recursos considerados menos legítimos ocupam uma posição mais distante dos mediadores neste espaço social.

Considero como recursos *as práticas, os discursos ou as idéias* de que os agricultores ecologistas se apropriam em graus diferentes ao ingressar na agricultura ecológica; uso as expressões “mais e menos legítimos” no sentido do maior ou menor reconhecimento por parte dos mediadores de determinados recursos portados pelos agricultores ecologistas.

Apresento o trabalho de dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo tenho o objetivo de fazer uma discussão teórica dos principais conceitos trabalhados durante a pesquisa e que contribuiram para construir as hipóteses que nortearam a investigação e a análise do material empírico. Também apresento neste capítulo os métodos e procedimentos utilizados na realização da pesquisa de campo.

No segundo capítulo, procuro apresentar o espaço geográfico em que desenvolvi o trabalho, Antônio Prado e Ipê, como a noção de agricultura ecológica é construída pelos mediadores e como eles percebem o engajamento dos agricultores na agricultura ecológica.

No terceiro capítulo, analiso as lógicas de engajamento dos agricultores ecologistas, dedicando um tópico para análise de cada subgrupo. No subgrupo dos agricultores ecologistas considerados “mais” engajados na agricultura ecológica, procuro destacar os capitais acumulados por eles durante suas trajetórias,

evidenciando como deste grupo emergem novos mediadores. No subgrupo dos agricultores “parcialmente” engajados, procuro observar como eles se apropriam mais das *idéias ou dos discursos* que compõem o referencial da agricultura ecológica do que das práticas. O terceiro subgrupo são os agricultores ecologistas considerados “menos” engajados na agricultura ecológica, observo como passam a representar uma “resistência” para os técnicos, a partir do questionamento de algumas *idéias e práticas* do *quadro de referência* da agricultura ecológica, levando alguns ao desengajamento.

1 DO REFERENCIAL TEÓRICO E DO MÉTODO DE PESQUISA

Neste capítulo, apresento a proposta teórica desenvolvida por LENOIR (1998), que visa a analisar a construção de “problemas sociais”. A seguir trabalho a relação entre os conceitos de trajetórias sociais, estrutura e volume de capitais acumulados e as lógicas de engajamento e retribuição na agricultura ecológica. Também apresento a abordagem teórica que pretende analisar o processo de emergência de novos mediadores dos grupos de agricultores ecologistas. Por fim, exponho os métodos de pesquisa utilizados para buscar as informações necessárias para responder às questões que me coloco nesta dissertação.

No objetivo de não “ser apenas *instrumento* do que (quero) pensar” procuro seguir o que propõe BOURDIEU (2002, p. 37):

Para não ser objeto dos problemas que se tomam para objeto, é preciso fazer a história social da *emergência* desses problemas, (...), quer dizer, do trabalho coletivo (...), o qual foi necessário para dar a conhecer e fazer reconhecer esses problemas como *problemas legítimos*, (...), publicáveis, públicos, oficiais.

Assim, pretendo desenvolver neste trabalho a análise da emergência da agricultura ecológica como um novo *referencial* de agricultura, observando como os mediadores constroem este referencial no *espaço social* de análise, os municípios de Antônio Prado e Ipê, bem como os mecanismos usados para que a noção de agricultura ecológica seja *reconhecida e legitimada* neste espaço social.

1.1 O PROBLEMA SOCIAL EM CONSTRUÇÃO

Um problema social não é somente resultado do mau funcionamento da sociedade, mas pressupõe um “trabalho social” para que se constitua como tal, passando por duas etapas principais: o reconhecimento e a legitimação, como considera LENOIR (1998), perspectiva teórica que acolho neste trabalho.

O reconhecimento significa tornar uma situação “digna de atenção”, o que presume a ação de grupos socialmente interessados em definir uma nova categoria de percepção do mundo social para agirem sobre o mesmo; no caso estudado, as novas categorias são: agricultura ecológica e agricultor ecologista. Mas o reconhecimento público do “problema” não é suficiente para legitimá-lo. A legitimação requer um verdadeiro trabalho de promoção dos “problemas sociais” para inseri-los no cenário dos debates públicos, torná-los preocupações “sociais” do momento (LENOIR, 1998, p. 84).

No entanto, o “problema” não seria levado em consideração se não houvesse transformações objetivas. Por exemplo, a questão dos agrotóxicos, possivelmente, não se tornaria um problema ambiental se não fossem os casos reais de pessoas contaminadas pelo uso destes produtos nas lavouras ou pelo consumo de alimentos tratados com agrotóxicos. Às transformações objetivas, como destaca LENOIR (1998, p. 84), acrescenta-se um trabalho de mobilização social, a fim de enunciar e formular publicamente a questão, como por exemplo, o caso que já citei da mobilização das entidades ambientalistas e profissionais para aprovação da lei disciplinadora do uso de agrotóxicos no Rio Grande do Sul.

Entretanto, não é possível traçar a gênese de um problema social sem estudar seus intermediários, que desempenham, de acordo com LENOIR (1998, p. 86), a função de porta-vozes. Esses intermediários, ou, usando o conceito com que trabalho nesta dissertação, esses mediadores podem ser considerados “como representantes, senão de um grupo social, pelo menos de uma causa implicitamente compartilhada; além disso, contribuem para sua explicitação” (*Idem*, p. 86).

Ressalto que meu objetivo não é assimilar os “discursos organizados” pelos profissionais que expuseram publicamente a questão dos agrotóxicos na região de estudo e propuseram a “solução” através da prática da agricultura ecológica. O objetivo é mostrar como se tornam os representantes dos “agricultores ecologistas”, como esta Organização Não-Governamental (ONG) – Centro Ecológico – se

constitui como uma “organização superior”¹² capaz de fazê-los serem reconhecidos e ouvidos como tais.

LENOIR (1998, p. 87), estudando a emergência da velhice como um problema social, observa que os representantes das “pessoas idosas” são *experts*, cuja competência é oficialmente reconhecida, e remete a uma especialidade constituída como científica, a gerontologia. No caso que estudo nesta dissertação, os *experts* são engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas. No campo tecnológico, a agricultura ecológica está em disputa e não ocupa um espaço dominante, mas, para os agricultores que optam por se engajar na agricultura ecológica, a competência dos técnicos é reconhecida, em parte, pelas questões morais e normativas que *transfiguram* o referencial, concedendo-lhe caráter de cientificidade, instituindo estes técnicos como autoridades.

Para potencializar o processo em busca da legitimação e do reconhecimento da agricultura ecológica frente aos agricultores, os mediadores formaram uma “rede”. Conforme SAWICKI (1997, *apud* PETRARCA, 2003), as redes sociais constituem um conjunto de relações consolidadas entre grupos cujos membros não estão necessariamente voltados para uma finalidade principal, no caso do seu trabalho, a de participar da construção de um partido político, mesmo que isso contribua efetivamente para suas atividades. O autor enfatiza que as redes não constituem um fim em si mesmas, elas revelam a estrutura das relações historicamente constituídas entre os setores sociais (político, econômico, familiar, religioso).

A importância da análise em termos de redes é perceber que a inserção da agricultura ecológica nos municípios de Antônio Prado e Ipê é produto das relações concretas e interações entre agentes e grupos de agentes que atuam, simultaneamente, em diferentes espaços sociais. Por exemplo, os técnicos que

¹² LENOIR (1998), quando usa esta expressão, está se referindo a ERVING GOFFMAN (1963), quando este aborda o que designa por “categorias estigmatizadas” em seu livro *Stigmatize*, p. 36-40.

integram o Projeto Vacaria e atuam, ao mesmo tempo, na Prefeitura Municipal de Ipê¹³.

1.2 OS TÉCNICOS COMO MEDIADORES: A FORMAÇÃO DO ESPAÇO DE MEDIAÇÃO

Como eu já disse anteriormente, os mediadores são analisados nesta dissertação na sua *relação* com os agricultores ecologistas; no entanto, considero importante, inicialmente, conceituar o que estou entendendo como *mediador*.

WOLF (1984), em seu estudo sobre casos contemporâneos de rebelião e revolução camponesa, refere-se aos novos grupos sociais que passam a fazer intermediação entre as aldeias e o Estado, como sendo:

Em primeiro lugar, (os mediadores) (...) **são fornecedores de habilidades.** Estas só em raríssimos casos estão dentro da tradição social, é mais provável que tenham sido apreendidas (...) de instituições educacionais ocidentais (...). São, além disso, habilidades baseadas no conhecimento especializado de uma literatura alheia às tradições do (local) e que sugere novas alternativas". (WOLF, 1984, p. 345. Grifo da autora)

Entendo que é possível fazer uma analogia do observado por WOLF (1984, p. 345) com a base empírica deste trabalho. Considero que os mediadores formaram os seus capitais técnicos, político, cultural e social durante suas trajetórias em *mundos diferentes* dos agricultores, e, quando estes passam a promover a agricultura ecológica, estabelecem uma relação com os agricultores e passam a *fornecer as habilidades* que propiciam uma nova prática agrícola alheia à realidade daquelas comunidades rurais de Antônio Prado e Ipê. Não considero que os agricultores sejam "uma tribo isolada", mas têm sua especificidade dentro de uma sociedade complexa. Como explica VELHO (2001) referindo-se às culturas populares: "Embora não estejam insuladas, mas em permanente relação, guardam não só tradições próprias, como têm formas particulares de se apropriar e interpretar outros níveis e dimensões culturais da sociedade abrangente" (*Idem*, p. 22).

¹³ Isto aconteceu durante a primeira gestão da Prefeitura, de 1989 a 1992.

Nesse sentido, é papel dos mediadores interligar esses “mundos diferenciados por saberes especializados”, pois o projeto político, no caso deste estudo, a *construção da agricultura ecológica*, só se viabiliza, como observa NEVES (1998, p. 153):

(...) pela produção de certas equivalências fundamentais à produção de determinados consensos e códigos comuns, constituidores do espaço social de mediação. Este próprio espaço só se torna reconhecido se seus agentes forem zelosos das **diferenças que devem administrar** com vistas à produção do diálogo e de uma outra ordem social.

Portanto, os mediadores atuam ora como “*intérpretes* de diferentes níveis culturais (...) ora como *brokers* (...) caracterizando-se pela capacidade de ‘falar’ muitas línguas, manipulando com habilidade os múltiplos códigos político-culturais dos grupos que acionam a sua atuação” (FRIEDRICH, 1968, *apud* VELHO e KUSCHNIR, 1996).

SILVERMAN (1971) considera que o conceito de mediador refere-se a um indivíduo ou grupo que atua como um elo entre o sistema local e o sistema nacional, mas pondera que tal definição poderia obscurecer importantes diferenças entre os vários tipos de contato que podem existir entre dois sistemas. Então, afirma que assumindo os termos de WOLF (1956) em todas suas implicações é possível chegar numa definição mais precisa de mediador. Primeiramente, considera que as funções desempenhadas pelos mediadores precisam ser “cruciais” (*critical*), de importância direta para as estruturas fundamentais de um ou dos dois sistemas. Segundo, observa que os mediadores “preservam” (*guard*) funções as quais eles têm quase exclusividade em desempenhá-las. Exclusividade significa que precisa ser feito um elo entre dois sistemas, que, obrigatoriamente, tem de ser feito através dos mediadores (SILVERMAN, 1971, p. 281). Assim, a autora considera que estes dois critérios, funções cruciais e exclusividade, limitam a extensão do conceito de mediador.

Estes conceitos apresentados por SILVERMAN (1971) são pertinentes para análise do caso estudado, pois os técnicos do Centro Ecológico se enquadram nos

critérios, conforme os agricultores ecologistas, constituindo-se assim como mediadores.

É importante observar que a ação dos mediadores não pode ser reduzida a uma intercessão ou a uma interligação, isto é, eles não atuam como o elo entre dois mundos diferenciados e deles distanciados como tais. De acordo com NEVES (1998, p. 155): “eles próprios constroem as representações dos mundos sociais que pretendem interligar e o (espaço) de relações que viabiliza este modo específico de interligação”.

KUSCHNIR (2001, p. 158), também afirma que a atuação do mediador é mais ampla que a do intermediário, que apenas transporta informações de um lado para o outro. A autora destaca que: “a interferência do *mediador* é *criativa*, gerando novos valores e condutas”.

Reafirmo que meu objetivo é analisar a relação entre mediadores e mediados; na intenção de cumpri-lo, acolho o que afirma NEVES (1998, p. 157):

Para se entender as relações tecidas entre mediados e mediadores é preciso tomar como unidade de análise **o processo de constituição do campo de relações** que viabiliza o processo possível, enfatizando os conflitos (...) que são gerados como (...) produto de múltiplas releituras e rearranjos dos modos de construção da nova percepção de mundo”.

Mas, para assegurar a “hegemonia de uma ordem em busca de consagração”, é preciso objetivar as diferentes representações e percepções da nova categoria social proposta, no caso, a agricultura ecológica, o que significa constituir um *sistema de regras* para reduzir a dissonância entre as visões de mundo e as formas de comportamento dos distintos agentes que compõem este espaço social (NEVES, 1998, p. 152). Neste sentido, considero pertinente para análise que desenvolvo neste trabalho o conceito de *referencial* desenvolvido por MULLER (1995), definido como uma **estrutura de sentido** que permite pensar a mudança nas suas diferentes dimensões. Ele ainda destaca que o referencial articula quatro níveis de percepção do mundo que devem ser distinguidos, sendo a ligação entre eles evidente: dos valores, das normas, dos algoritmos e das imagens.

MULLER (1995) apresenta os valores como sendo as representações mais fundamentais sobre aquilo que é o bem ou mal, desejável ou rejeitável. Elas definem um quadro global de ação pública; neste caso específico, penso na “ação social” desenvolvida pelos mediadores.

As normas definem a separação entre o real percebido e o real almejado. Elas orientam os princípios de ação mais que os valores: “é preciso incentivar o uso das sementes crioulas”. Este é um exemplo de normas que orientam a ação dos mediadores e dos agricultores ecologistas de Antônio Prado e Ipê, em busca da “preservação da biodiversidade agrícola”.

Os algoritmos são as relações causais que exprimem uma teoria da ação. Eles podem ser expressos sob a forma de “se... então”. Por exemplo, “se os agricultores fizessem mais adubação verde, usariam menos cama de aviário”.

A adubação verde¹⁴ é uma prática que vem sendo incentivada pelos mediadores desde o início do trabalho com os agricultores, no entanto, a adesão a esta prática ainda é considerada baixa. E a cama de aviário (esterco de galinha) é a forma mais comum de adubação do solo, mas é bastante questionada pelos técnicos, consumidores e pelos próprios agricultores ecologistas, devido aos antibióticos que são usados no tratamento das aves. Em resumo, questiona-se até que ponto é possível se considerar ecológico um produto tratado com este tipo de resíduo. Esta questão é polêmica nas arenas de discussão da agricultura ecológica, pois a maioria dos agricultores ecologistas no Brasil usa cama de aviário na sua produção.

MULLER (1995) ressalta que a importância das imagens não deve ser subestimada. De fato, as imagens são notáveis vetores implícitos de valores, de normas ou mesmo de algoritmos. Elas *fazem sentido* imediatamente, sem passar por um longo “rodeio” discursivo. Deste ponto de vista, elas constituem um elemento central do referencial. Por exemplo, a imagem divulgada e construída nas palestras

¹⁴ Adubação verde é uma prática de reposição da fertilidade do solo através do plantio de leguminosas e gramíneas.

dos técnicos na região sobre os agrotóxicos, relacionando o uso destes às deficiências físicas em crianças, como destaca um agricultor: “ela veio na nossa comunidade deu uma palestra e mostrou até um *slide* sobre o que faz um agrotóxico – uma criança nascendo aleijada –, tudo isso ali me marcou muito, então eu comecei a pensar sobre o assunto¹⁵”.

Referindo-se a vários autores¹⁶ que desenvolveram trabalhos sobre políticas públicas, MULLER (1995) afirma que cada política é ao mesmo tempo portadora de uma idéia do problema, de uma representação do grupo social ou do setor a que se refere, para cuja existência contribui, e de uma teoria da mudança social. O referencial é um espaço de sentido que *transparece* o mundo. Relaciono esta perspectiva teórica de MULLER (1995) sobre as políticas públicas a uma “ação social” como a desenvolvida pelos mediadores do Centro Ecológico nos municípios de Antônio Prado e Ipê, onde o problema em questão são os agrotóxicos. O grupo social a que se refere são os agricultores que se tornam agricultores ecologistas, a partir do seu engajamento na proposta da agricultura ecológica, em busca de uma “outra relação com o meio ambiente”.

No entanto, MULLER (1995) explica que o referencial não exclui a idéia de conflito, pelo contrário. Ele afirma que esta visão do mundo produzida no quadro de uma política pública não é um consenso (não estão todos de acordo sobre o porvir da agricultura ou o porvir do meio ambiente, etc...), mas é um espaço de sentido, onde vão se cristalizar os conflitos. Estes podem ser de dois tipos: os conflitos *sobre* o referencial e os conflitos *no* referencial.

Os primeiros nascem no momento da transição entre duas visões dominantes. MULLER (1995) destaca que seria muito próximo aos fenômenos descritos por KUHN nas mudanças de paradigma. Esses períodos de transição são acompanhados, geralmente, de conflitos muito duros entre os defensores do *sistema de sentido* tradicional e os partidários da mudança. A intensidade dos conflitos se

¹⁵ Agricultor ecologista da APESC (Associação dos Produtores Ecologistas da Capela Santa Catarina): depoimento. [maio, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. 2003.

¹⁶ Notadamente em France Yves Mény e Jean-Claude Thoenig ou Eric Monnier.

explica pela dimensão identitária do referencial, isto é, o que está em jogo não são apenas idéias abstratas, mas a própria existência dos grupos enquanto atores, através da imagem que eles têm de si e da busca pelo reconhecimento de seu lugar no mundo.

Mas MULLER (1995) ainda explica que aceitação do referencial como representação “verdadeira” do mundo não significa o fim de toda conflitualidade. Simplesmente, os afrontamentos passam a se centrar sobre a obtenção de recursos legítimos ou de posições de poder no quadro do referencial dominante, que será capaz então de se desdobrar em várias versões introduzindo **variações** no seio de uma mesma hierarquia normativa.

Na perspectiva dos conflitos *sobre* o referencial, citados por MULLER (1995), penso no contexto político dos municípios estudados no início do trabalho da ONG na região, quando se estabelece um forte conflito entre *os promotores* da agricultura ecológica e os técnicos da instituição estatal responsável pelo trabalho de extensão rural (EMATER Antônio Prado), que era centrado na propagação da agricultura moderna.

Já na perspectiva dos conflitos *no* referencial, considero o referencial dominante como o proposto pelos mediadores, ou seja, as representações que eles têm do que é agricultura ecológica. Os afrontamentos são as lutas que os agricultores ecologistas travam neste espaço de mediação em busca de obter os recursos ou capitais percebidos por eles como os mais legítimos neste espaço. E as variações na hierarquia normativa, a que MULLER (1995) se refere, considero as diferentes posições que os agricultores ecologistas passam a ocupar neste espaço social, conforme as suas representações e percepções sobre esta categoria social em construção, a agricultura ecológica. Baseando-me nesse conceito proposto por MULLER (1995) e relacionando-o às observações da pesquisa de campo é que construí a hipótese referente ao problema complementar já apresentada na introdução deste trabalho.

É importante dizer que essas posições no espaço social, bem como as representações e as percepções, estão relacionadas às trajetórias sociais e à

estrutura e volume de capitais acumulados pelos agricultores ecologistas durante suas trajetórias, conceitos que serão desenvolvidos no próximo ponto deste capítulo.

Cabe ainda ponderar que a mediação não é um simples processo discursivo, como destaca MULLER (1995), isto é, o referencial não é feito somente dos discursos ou das idéias. O referencial são as “idéias em ação”, o que, de acordo com o autor, remete a duas importantes conseqüências. A primeira é que o processo de produção de uma visão de mundo ou de elaboração de um referencial é ao mesmo tempo um processo de construção de uma nova forma de ação num setor e de um problema. A segunda conseqüência, de acordo com MULLER (1995, p. 162), é que o referencial tem um “componente identitário” forte, que se constitui como uma dimensão essencial, na medida que fundamenta a visão que o grupo tem de si e de seu lugar na sociedade. Nesse sentido, o autor afirma que o grupo social ou o ator vai se reposicionar na divisão do trabalho e, então, “trabalhar” sobre sua identidade social.

No caso analisado nesta dissertação, as novas formas de ação em relação ao problema dos agrotóxicos constituem-se como novas técnicas de produção e também novas formas de relação entre os agricultores e também com o mercado, a partir da formação das associações de agricultores ecologistas e da constituição das feiras, quando estes se tornam também comerciantes. Essas novas formas de ação são indissociáveis da construção da identidade social de agricultor ecologista.

Há ainda uma dimensão do exercício de mediação a ser considerada para análise: a profissionalização. VELHO (2001, p. 26), em seu estudo sobre os políticos como mediadores, afirma que os políticos são mediadores profissionais, pois vivem dessa atividade e, portanto, “apresentam um elevado grau de consciência e apresentam projetos claros de atuação. Suas biografias estão indissolúvelmente associadas a sua atividade de mediação”.

Nesta perspectiva teórica, os técnicos também podem ser vistos como mediadores profissionais, já que vivem materialmente desta atividade. Cabe esclarecer que não estou assumindo aqui uma perspectiva utilitarista, como se o princípio da ação destes agentes sociais fosse a busca de lucro material, através de

um cálculo racional. A identidade de mediador é considerada por mim, acolhendo o que propõe VELHO (2001) como dinâmica e complexa, apenas evidencio a existência desta dimensão da profissionalização na prática de potencial “agente de transformação” da organização social.

Entendo como profissionalização o fato da existência social, enquanto profissionais, destes técnicos estar vinculada a este exercício de mediação. Isto pode significar que os agentes sociais não estão agindo apenas em função do seu objeto, mas precisando também justificar a sua existência social e unindo esta à existência dos alvos de intervenção social. Compreendo que é neste sentido que, assumindo os termos de VELHO (2001), as biografias dos técnicos estão indissolúvelmente associadas a sua atividade de mediação, na medida que todo o seu “ser social” está vinculado ao exercício de mediação.

1.3 DA FORMAÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL AO ENGAJAMENTO

O mundo social, com suas divisões, é construído pelos agentes sociais, de forma individual e, sobretudo, coletiva, na cooperação e no conflito, mas estas construções, como explica BOURDIEU (1996c), não se dão num vazio social. A posição que os agentes ocupam no espaço social é que comanda as suas representações deste espaço e as tomadas de posições nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo.

Assumindo esta abordagem teórica de BOURDIEU (1996c), inicio este ponto refletindo sobre quem são os agentes sociais que constroem a noção de agricultura ecológica no espaço em análise, os dois municípios da Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul, Antônio Prado e Ipê, em busca de transformá-lo.

Considero importante observar que, no momento em que os agricultores ecologistas estão construindo esta noção, estão também reconstruindo a representação de si e dos outros. O efeito do processo de construção da identidade social, neste caso, de agricultor ecologista, é a elaboração de novos sistemas

classificatórios e de visão de mundo, concebidos de acordo com seus interesses. Assim, os agricultores ecologistas redefinem socialmente os outros, reconstróem simbolicamente o grupo e os princípios de seu pertencimento.

No ponto anterior deste capítulo, apresentei o conceito de mediador; agora, quero explicitar o que estou chamando de agricultor ecologista. O agricultor ecologista é aquele que se engajou na agricultura ecológica e como prática assumiu o não uso de agrotóxicos e adubos químicos solúveis no cultivo de suas lavouras. Não quero dizer com isso que a agricultura ecológica significa não usar “venenos”; pode significar para alguns e para outros ser mais que isto, como disse um agricultor entrevistado¹⁷: “a agricultura ecológica é um modo de vida”.

As diferentes percepções e representações por parte dos agricultores ecologistas do que seja a agricultura ecológica serão expostas por mim nos próximos capítulos. Neste momento, apenas quero evidenciar que os agricultores ecologistas se constituem como tal marcando seu *traço distintivo* em relação aos agricultores convencionais, isto é, “aqueles lá que usam veneno”¹⁸. Portanto, a posição dos agricultores ecologistas neste espaço social se dá em *distinção* aos agricultores convencionais e eles são reconhecidos como portadores deste capital simbólico, “ser ecologista”, pelos seus pares (outros agricultores ecologistas) e pela instituição responsável pela assessoria técnica e formação em agricultura ecológica, o Centro Ecológico em Ipê.

Como explica BOURDIEU (1996c), “o que chamamos de distinção (...), é de fato *diferença*, traço distintivo, resumindo, *propriedade relacional* que só existe em relação a outras propriedades”. E é neste sentido que o espaço social é um *espaço de relações* ou, ainda, um espaço *de posições relativas*.

Mas, a proximidade dos agricultores ecologistas no espaço social não engendra automaticamente a unidade, eles podem ser considerados uma *classe*

¹⁷ Agricultor ecologista da APEMA (Associação dos Produtores Ecologistas da Linha Pereira Lima), de Ipê: depoimento. [maio, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. 2003.

¹⁸ ROGÉRIO. Agricultor ecologista da APEJ (Associação dos Produtores Ecologistas da Capela São José): depoimento. [junho, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. Ipê, 2003.

provável. Por exemplo, se eu fosse recortá-los enquanto *classes teóricas*, poderia vê-los como agentes que ocupam posições semelhantes no espaço social e que, postos sob condições semelhantes, tenderiam a práticas e tomadas de posições aproximadas. Entretanto, existe um espaço objetivo que determina compatibilidades e incompatibilidades, proximidades e distâncias¹⁹. Esse espaço objetivo é a estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital que formam o espaço social. Os agentes ou grupos de agentes estão alocados diferencialmente neste espaço conforme a posse “positiva ou negativa” de determinados recursos ou capital.

As diferentes espécies de capital são como trunfos num jogo, explica BOURDIEU (2002), são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo ou subcampo determinado; o autor ainda ressalta que a cada espaço corresponde uma espécie de capital particular, que representa poder neste domínio.

Os agentes sociais estão distribuídos no espaço social, de acordo com BOURDIEU (2002, 1996c), sob duas dimensões: a primeira, é o volume global do capital que possuem, e a segunda a sua estrutura de capital, isto é, o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses.

No espaço social de análise, os capitais mais valorizados pelos agricultores ecologistas são o cultural e o capital, que se constituem como capital simbólico. O capital cultural não se reduz ao capital escolar, comporta o adquirido na família de origem e em instâncias associativas que possibilitem o conhecimento de problemáticas e vocabulários (BOURDIEU, 1998, p. 170). O capital social “é o que na linguagem comum se denomina as ‘relações’, é dizer, o conjunto de redes sociais que um ator pode mobilizar em proveito próprio” (BOURDIEU, 1984, *apud* RIST, 2000, p. 139). O capital simbólico é a forma de que se revestem as diferentes espécies de capital, quando percebidas e reconhecidas como legítimas (BOURDIEU, 1990, p. 155).

¹⁹ BOURDIEU (2002, p. 37) afirmando contra o *relativismo nominalista* a existência de um espaço objetivo.

As visões de mundo dos agentes, assim como as compreensões dos agricultores ecologistas sobre a agricultura ecológica, são “visões tomadas a partir de um ponto, isto é, a partir de uma determinada posição no espaço social” (BOURDIEU, 1990, p. 157). Essas visões de mundo são construídas através do *habitus*, isto é, “estruturas mentais através das quais eles apreendem o mundo social, são em essência produto da interiorização das estruturas do mundo social” (*Idem*, p. 158).

Então, a partir da posição que os agricultores ecologistas ocupam no *espaço de relações* da agricultura ecológica e por intermédio do *habitus* ou disposições incorporadas é que fazem suas escolhas e tomadas de posições. No entanto, a relação entre as posições e as tomadas de posições não é uma relação de determinação mecânica, como explica BOURDIEU (1996a, p. 265):

Entre umas e outras se interpõe **o espaço dos possíveis**, ou seja, o espaço das tomadas de posições realmente efetuadas tal como ele aparece quando é percebido através das categorias de percepção constitutivas de certo *habitus*, isto é, como um espaço orientado e preenchido das tomadas de posição que se anunciam como potencialidades objetivas, coisas “a fazer”, (...), adversários a combater(...) etc.

Esse *espaço dos possíveis* se impõe a todos aqueles que interiorizam a lógica e a necessidade do campo, através de um sistema de categorias sociais de percepção e apreciação, de condições sociais, de possibilidades e legitimidade, este define o que é concebível ser pensado e realizado nos limites de um certo campo, assim as escolhas operadas se constituem como opções convenientes (BOURDIEU, 1996a, p. 267).

Mas este espaço dos possíveis só se impõe àqueles interessados “no jogo”, o que está relacionado a que BOURDIEU (1996a) chama de *illusio*. O autor afirma que “cada campo produz sua forma específica de *illusio*, no sentido de investimento no jogo que tira os agentes da indiferença e os inclina e dispõe a operar as distinções pertinentes do ponto de vista da lógica do campo” (*Idem*, p. 258). Neste sentido, a participação ou engajamento dos agricultores na agricultura ecológica é interessado, como sinônimo “do que importa”, por oposição “ao que é indiferente”, esta

participação interessada instaura-se na “relação conjuntural” entre o *habitus* e o campo (*Idem*). Então, é só pela crença no jogo que o espaço das tomadas de posições possíveis é apreendido pelo *habitus* e manifesta-se no encontro deste com o momento específico do campo.

A opção por uma forma ou grau de engajamento, através da adesão a determinadas práticas que compõem o referencial da agricultura ecológica, é uma possibilidade em um universo de configurações possíveis, mas a opção pode se tornar conveniente devido à relação com as disposições, origens sociais dos agricultores ecologistas e capitais culturais e sociais desiguais.

Entretanto, para compreender o posicionamento dos agricultores ecologistas neste “espaço de relações” da agricultura ecológica, é preciso considerar a construção de suas trajetórias sociais. Para BOURDIEU (1996a, p. 71), a trajetória descreve a série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo agente em estados sucessivos do campo. Isto significa que “os acontecimentos biográficos definem-se antes como *alocações* e como *deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado” (BOURDIEU, 1996a, p. 81-2).

Para SAINTENY (2000, p. 177), “cada etapa de uma trajetória dá lugar a uma experiência específica, a aquisição de certos recursos, e que uma trajetória pode se traduzir pela acumulação de recursos diferentes daqueles providos por uma outra trajetória”. A análise das diferentes trajetórias dos agricultores ecologistas permite evidenciar a estrutura da posição ocupada pelo agricultor neste espaço social. Mas, para compreender os diferentes graus de engajamento dos agricultores ecologistas, é preciso considerar também uma série de interações, como salienta FILLIEULE (2001, p. 207), a análise *processual* do engajamento individual pressupõe:

(...) a inscrição dos atores sociais em múltiplos mundos e submundos sociais que podem, ocasionalmente, entrar em conflito. (...) e os indivíduos são submetidos a normas, regras e lógicas diversas e até mesmo conflituosas, (...) cada ator incorpora uma multiplicidade de esquemas de ação.

Assim, para compreender o engajamento dos agricultores ecologistas, é preciso perceber que os seus *habitus* se atualizam e são gerados nestes vários submundos sociais (família, comunidade, mercado) em que atuam. Mas, como destaca BOURDIEU (1996c), as origens sociais e as disposições não são princípios explicativos independentes, podem se manifestar associadas ao campo em que se encontram os agentes e ao espaço de possibilidades oferecidas também pelo campo.

Deste modo, devo considerar um conjunto de situações, contextos práticos da ação e interações que podem exercer uma influência significativa no grau de engajamento dos agricultores ecologistas na agricultura ecológica. Então, é relevante para a análise a inserção dos agricultores no *espaço de mediação*, ou seja, observar o tipo de relação que estabelecem com os mediadores na conformação deste espaço, pois é através do contato, da interação com os mediadores, isto é, a partir dos “saberes transmitidos” pelos mediadores, que os mediados (os agricultores ecologistas) fazem as releituras do *referencial* proposto. Dessa forma, a análise das lógicas de engajamentos permite dar conta do envolvimento dos agricultores ecologistas com a agricultura ecológica, que tipo de contatos e experiências estabelecem e vivenciam com os técnicos da ONG que se constituem como mediadores, e como esse contato – interação – proporcionou modificações na maneira de conceber a agricultura ecológica e, conseqüentemente, no seu grau de engajamento.

Essas relações ou vínculos estabelecidos entre os agricultores ecologistas e os técnicos podem assumir um tipo mais formal ou estarem baseadas em laços de afinidade, confiança e reciprocidade, garantindo “trocas” de prestígio que possibilitam a inserção destes agricultores em outros espaços como, por exemplo, a participação como palestrante em seminários de porte internacional.

De acordo com NEVES (1998, p. 162):

A aproximação e a objetivação dos centros de poder propiciadas pelos mediadores viabilizam a adoção de estratégias para obtenção dos recursos desejados. (...) O mediado torna-se portador do direito à fala, e do reconhecimento público (ou político).

Portanto, a dinâmica das relações no espaço de mediação revela como uma das modalidades de expressão deste exercício “a reprodução de novos mediadores”. Esta operação se torna possível, como explica NEVES (1996, p. 163), pelas adaptações das visões de mundo dos mediadores àquelas consideradas possíveis de serem absorvidas e aceitas pelos mediados. Esta adaptação é construída por mediadores oriundos do próprio grupo de agricultores ecologistas e é facilitada pelo deslocamento destes de sua posição inicial, pela desnaturalização do mundo social e pela ressocialização, necessárias à objetivação de uma nova posição (NEVES, 1996, p. 163).

A análise das lógicas de engajamento deve, ainda, ser correlacionada com os tipos de retribuição buscados ou aceitos pelos agricultores ecologistas, que são sensivelmente diferentes, de acordo com os indivíduos, seus recursos e suas percepções das retribuições ofertadas pelas diferentes formas de engajamento na agricultura ecológica ²⁰.

Com base neste referencial teórico apresentado, as lógicas de engajamento são estudadas a partir da relação entre critérios objetivos e subjetivos, como a estrutura e volume de capitais portados pelos agricultores ecologistas, as estratégias elaboradas, as representações sobre a agricultura ecológica, as retribuições almejadas, a análise das trajetórias, isto é, das condições sociais que permitiram a formação destas lógicas.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O referencial teórico de construção do objeto é inseparável do instrumento metodológico que permitirá a coleta do material “empírico”, de acordo com BOURDIEU (2002, p. 24):

²⁰ SAINTENY (2001, p. 176), em seu estudo sobre o ecologismo francês, refere-se às lógicas de engajamento e retribuição dos dirigentes ecologistas.

É em função de uma certa construção do objeto que tal método de amostragem, tal técnica de recolha ou de análise dos dados, etc. se impõe. Mais precisamente, e somente em função de um corpo de hipóteses derivado de um conjunto de pressuposições teóricas que um dado empírico qualquer pode funcionar como prova ou, como dizem os anglo-saxônicos, como *evidence*.

Para responder às questões propostas neste trabalho, desenvolvi um estudo de natureza qualitativa baseado em observação participante, entrevistas semi-estruturadas e consulta a fontes secundárias. Através desses métodos, busquei apreender certos indicadores das trajetórias sociais, estrutura e volume de capitais acumulados, as lógicas de engajamento e retribuição dos agricultores ecologistas. Também busquei indicadores do tipo de relação estabelecida entre estes agricultores e os mediadores.

Desta forma, o método utilizado consistiu na consulta a fontes secundárias e primárias. As fontes secundárias foram os trabalhos desenvolvidos sobre a agricultura ecológica na região, entrevistas e relatórios realizados pela própria ONG. Essas informações permitiram um conhecimento diacrônico do espaço analítico.

Os dados primários foram coletados a partir das entrevistas e da participação nos espaços de interação entre agricultores ecologistas e mediadores, tais como reuniões, cursos, seminários, assembléias, encontros e dias de campo. Através da participação nestes espaços e das freqüentes conversas com os técnicos do Centro Ecológico (CE), pude observar as diferentes lógicas de engajamento e retribuição dos agricultores ecologistas na agricultura ecológica, a partir de suas tomadas de posição nestes espaços.

Na perspectiva da pesquisa empírica, a qual foi desenvolvida neste trabalho de pesquisa, a noção matemática e estatística de amostra não me pareceu ser a mais apropriada. Pelo contrário, tratei aqui de escolher critérios qualitativos para efetivar a cobertura do campo. Portanto, considerei dois critérios: o de diversificação da amostra e o de saturação.

Conforme MARRE (1991), para alcançar a diversidade qualitativa de uma amostra é necessário escolher um certo número de pessoas bem diferenciadas, mas

conhecedoras do campo. As primeiras pessoas investigadas sugerem outras ou estabelecem, no decorrer da entrevista, pontos estratégicos, estruturas, conexões importantes para a descoberta de relações. As pessoas identificadas nessas diversas articulações também podem ser investigadas, assim, será preenchido o critério de diversificação.

O segundo critério refere-se à saturação. O número de pessoas a serem investigadas não é preestabelecido. Após cada entrevista, abre-se a mesma e listam-se os fatos, estratégias, conexões importantes, etc. Essas informações servirão de base para a próxima entrevista. A partir de um certo número de entrevistas coletadas, as posteriores acrescentam muito pouco ao que as outras têm expressado. Então, pode-se dizer que o campo investigado está coberto e que se alcançou um certo nível de saturação (MARRE, 1991).

As unidades de análise deste trabalho são os agricultores ecologistas e os mediadores dos municípios de Antônio Prado e Ipê. O universo é composto de aproximadamente 60 agricultores ecologistas, considerando-se os dois municípios, e 7 técnicos (quatro do Centro Ecológico²¹ e três da EMATER de Ipê²²).

Para a seleção dos agricultores ecologistas entrevistados, a primeira parte do trabalho de campo, correspondente ao mês de janeiro, março e parte do mês de abril, foi de observação sistemática em reuniões e assembléias das associações de agricultores ecologistas dos dois municípios. Então, em abril, comecei a entrevistar os mediadores, os quatro técnicos da equipe do Centro Ecológico e um técnico da EMATER de Ipê, que é o único técnico desta instituição que ainda atua no município dentre os que começaram o trabalho de propagação da agricultura ecológica em Ipê.

A partir da análise das entrevistas realizadas com esses mediadores, pude perceber como eles concebem a diversidade de lógicas de engajamento e

²¹ No Centro Ecológico, realizei entrevistas com os quatro técnicos do Escritório de Ipê, dois técnicos do Escritório de Torres, sendo que um destes é o Coordenador Geral da ONG, além de uma entrevista com a técnica fundadora da ONG.

²² Considero apenas a EMATER de Ipê, pois os agentes desta instituição participam do processo de construção do referencial da agricultura ecológica neste município, diferentemente, dos agentes da EMATER de Antônio Prado.

retribuição dos agricultores ecologistas, como já apresentei na introdução do trabalho. Então, apresentei-lhes uma lista com o nome de todos os agricultores ecologistas que integram as oito associações dos dois municípios. Esses agricultores foram classificados pelos técnicos em três subgrupos, conforme as suas percepções do “grau” de engajamento daqueles na agricultura ecológica (“mais” engajados, “parcialmente” engajados e “menos” engajados).

No momento de escolher os agricultores ecologistas que seriam entrevistados, considerei as tomadas de posição observadas durante as reuniões, assembleias e demais espaços de interação, e relacionei-as com as classificações atribuídas a eles pelos mediadores. Então, comecei escolhendo, intencionalmente, os agricultores ecologistas que nas reuniões percebi se caracterizarem como lideranças, sendo que alguns destes são citados nas entrevistas com os mediadores, como exemplos, de “maior grau” de engajamento. Procurei contemplar a diversidade dentro deste grupo e realizei entrevistas até atingir um ponto de saturação; fiz oito entrevistas.

O segundo grupo, que apresenta um “engajamento parcial”, foi mais difícil de ser identificado nos espaços de interação, pois seus integrantes se expõem menos. Então, eu sorteei aleatoriamente cinco agricultores ecologistas dentre os quinze que foram classificados desta forma pelos mediadores. Após cada entrevista realizada e analisada, busquei perceber se os critérios qualitativos elencados estavam sendo satisfeitos.

O terceiro grupo de entrevistas foi com os agricultores ecologistas que têm, de acordo com os técnicos, um “menor grau” de engajamento. Alguns posicionamentos que são considerados como característicos desta forma de engajamento pelos técnicos pude observar nas reuniões, através do processo de interação entre mediadores e agricultores ecologistas, e também nas entrevistas com os mediadores; alguns agricultores ecologistas são citados como exemplo de um “menor grau” de engajamento, então os agricultores que compõem este grupo foram escolhidos intencionalmente.

A amostra que desenvolvi neste trabalho foi uma amostra estratificada, na qual as categorias de agricultores ecologistas em questão são os estratos. Esse tipo de amostra é não-probabilística e intencional, consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado uma amostra representativa da subpopulação, sendo que a dimensão e as características da amostra foram determinadas pelas análises pretendidas (GIL, 1995; GHIGLIONE & MATALON, 1997; SELLTIZ *et alli*, 1971).

2 CONSTRUINDO A AGRICULTURA ECOLÓGICA

Início este capítulo fazendo uma breve descrição da região²³ onde desenvolvi o trabalho de campo que compõe este estudo. Nesta descrição, tenho o objetivo de mostrar o contexto histórico da inserção dos técnicos do então Projeto Vacaria nos municípios de Antônio Prado e Ipê.

O eixo principal de discussão deste capítulo é analisar o processo de construção da agricultura ecológica através das relações entre técnicos e agricultores, buscando compreender a conformação desta forma de agricultura como um novo *quadro de referência* para ação dos agricultores ecologistas destes municípios.

2.1 O CENÁRIO

Os municípios estudados estão em um dos pontos mais extremos da área originalmente povoada pelos italianos no Estado do Rio Grande do Sul, localizam-se na transição entre a Mata de Araucária e os chamados Campos de Cima da Serra²⁴.

Esta região é marcada pela presença de dois agroecossistemas: a “Colônia” ou terras de mato e o “Campo”. As comunidades rurais onde residem os agricultores ecologistas pesquisados localizam-se nas áreas de “colônia”. As chamadas “colônias” são compostas de lotes que, originalmente, variavam entre 25 e 30 ha.

A topografia da região é acidentada, com altitudes que variam entre 400 m acima do nível do mar (nos vales dos rios Turvo e das Antas), e 800 m (nas áreas de

²³ Uma ampla investigação acerca a gênese do conjunto de configurações ecológicas e sociais que estão presentes na agricultura familiar da Região Serrana, foi desenvolvida por SCHMITT, Claudia Job. **Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da Região Serrana do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS. Doutorado em Sociologia – Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

²⁴ Como é possível observar no Anexo A, fotos ilustrativas da paisagem da região.

“campo” do município de Ipê), o que contribui para existência de diversos tipos de solos.

A variabilidade nos tipos de solo, que existem dentro de uma mesma comunidade e até dentro de uma mesma unidade produtiva, faz com que a extensão de terras mecanizáveis seja pequena e bastante descontínua, interrompidas pela ocorrência de solos mais rasos, afloramento de rochas, trechos do terreno de maior declividade ou banhados.

Antônio Prado e Ipê são municípios contíguos, com sedes municipais distantes 6 km uma da outra, ligadas por uma estrada asfaltada. No entanto, apesar de sua proximidade geográfica, suas histórias administrativas são bem diferentes (Schmitt, 2001). A localização geográfica da região pode ser visualizada na Figura 1:

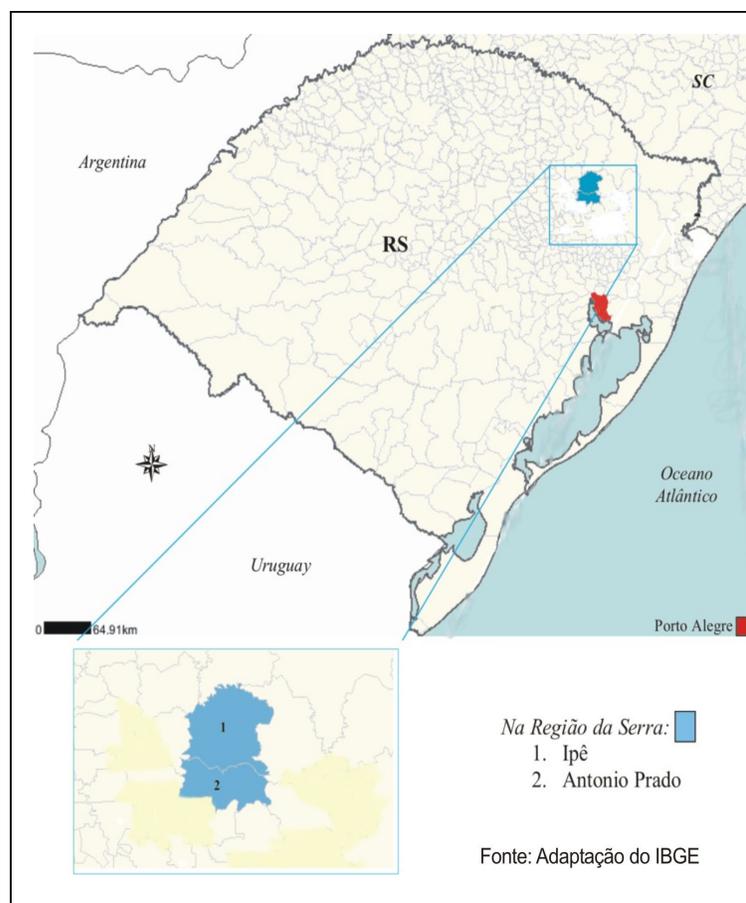


Figura 1 - Localização dos municípios de Antônio Prado e Ipê

A ocupação da Encosta Superior do Nordeste pelos imigrantes italianos inicia em 1875, sendo implantadas quase simultaneamente as Colônias de Caxias, Dona Isabel e Conde D'Eu, prosseguindo rumo ao noroeste, na década de 1880, com a fundação de dois novos núcleos coloniais, Alfredo Chaves e Antônio Prado (SCHMITT 2001 *apud* FROZI e MONTANA, 1975).

A Colônia de Antônio Prado foi criada pelo Governo Imperial em 1886. No ano de 1899, esta foi elevada a categoria de vila e reconhecida administrativamente como município, integrando-se à Comarca de Vacaria (SCHMITT 2001 *apud* BARBOSA, 1980). Já a história do município de Ipê, como unidade administrativa independente, é bem recente, sua emancipação data de dezembro de 1987²⁵. Até então, Vila Ipê era um distrito de Vacaria, tendo sido criado em 1890.

Os municípios de Antônio Prado e Ipê, de acordo com os critérios de regionalização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pertencem a microrregiões distintas. Antônio Prado, com uma área de 342,7 Km², integra a Microrregião de Caxias do Sul, enquanto Ipê, com 600,2 Km², faz parte de Microrregião de Vacaria.

Na divisão feita pela Igreja Católica em sua organização diocesana, as comunidades de Antônio Prado pertencem à Diocese de Caxias do Sul, enquanto a maior parte das comunidades de Ipê integra a Diocese de Vacaria, mas há algumas comunidades deste município vinculadas à Diocese de Caxias do Sul.

Essas comunidades rurais são formadas, basicamente, por agricultores, proprietários de suas terras, descendentes de italianos e católicos. A região colonial de Ipê, embora guarde suas especificidades, é muito mais semelhante às comunidades rurais de Antônio Prado do que com as das áreas de “campo” do município de Ipê, ocupadas por grandes propriedades, historicamente dedicadas à pecuária e, recentemente, também à lavoura mecanizada de grãos.

²⁵ A primeira administração foi empossada em janeiro de 1989 (SCHMITT, 2001 *apud* EMATER, 1992).

Os registros da presença de indígenas na região são anteriores à chegada dos imigrantes europeus, mas é só com a chegada destes que se inicia “um processo acelerado e intensivo de transformação destes ecossistemas naturais” (SCHMITT, 2001, p. 167). O processo inicia com a formação de grandes fazendas nas áreas de “campo”, dedicadas à criação de gado, que se constitui como a principal atividade econômica; entretanto, a produção agrícola para autoconsumo sempre foi uma atividade importante na economia destas propriedades.

A etapa inicial do desenvolvimento da agricultura colonial corresponde ao período de 1886-90 a 1930 (SCHMITT, 2001). Os colonos instalados em seus lotes desenvolveram uma agricultura de corte e queimada, removendo, progressivamente, a cobertura vegetal existente nestas parcelas. A agricultura não é de subsistência, há remessa de excedentes para o mercado; no entanto, nesta fase, não existe uma separação muito clara da produção para o mercado e para o consumo.

Nas primeiras décadas do século XX, Antônio Prado já era considerado o celeiro da região, apresentando uma produção agrícola bem diversificada, que contemplava produtos como o milho, o feijão, a batata, o trigo, o vinho e a aveia. O município tinha também uma estrutura de circulação de mercadorias com duas dezenas de casas comerciais, algumas delas com filiais em todo o Estado (SCHMITT, 2001).

Quanto à estruturação das redes de circulação de mercadorias, os dois municípios, Antônio Prado e Ipê, percorrem trajetórias bem diferentes. Os agricultores de Antônio Prado estiveram, historicamente, conectados a um contexto econômico, político e institucional bem dinâmico, relacionando-se com comerciantes cujos interesses faziam-se representar em âmbito regional. Porém, os agricultores dos distritos que hoje compõem o município de Ipê parecem ter se situado, ao longo de sua história, à margem dos circuitos mercantis e também das instituições políticas locais, sendo reconhecidos, pelos grandes proprietários de Vacaria, sobretudo pelos votos a serem conquistados nas épocas de eleição (SCHMITT, 2001).

Verifica-se nesta região, entre 1930 e 1960, um movimento intenso de reconfiguração das redes sociotécnicas²⁶ que haviam se organizado na região desde o surgimento da agricultura colonial. Este processo está associado a uma progressiva diminuição dos níveis de produtividade da agricultura colonial, gerando diferentes reações nos agricultores.

Por um lado, a crescente mercantilização da vida social pressiona os agricultores a ampliarem a parte de sua produção destinada à comercialização. Por outro, a configuração assumida por estas redes não permite a todos agricultores se inserirem de forma bem sucedida no mercado, devido aos próprios limites naturais que se impõem à intensificação da produção, sendo estes em parte superados pela migração para outras regiões.

A modernização da agricultura, a partir da década de 1960, provocou mudanças significativas tanto nas questões relativas ao mercado como em relação à tecnologia, “gerando uma nova articulação entre processos ecológicos e sociais na agricultura da região, que se torna cada vez mais dependente de redes sociotécnicas cuja abrangência extrapola, o universo local” (SCHMITT, 2001, p. 238). Como relata um agricultor ecologista: “A gente entregava o produto para Cooperativa e nem sabia quanto que ia receber, hoje a gente transforma a uva (ecológica) em suco, agrega valor ao produto e tem uma renda certa”²⁷.

Esta relação é também descrita por um outro agricultor ecologista:

A gente na verdade não era dono do produto, acertava um valor com um intermediário, e no outro dia passavam outros oferecendo um preço diferente, então não tinha preço estável. A gente só tinha esta renda da venda da produção, durante dois ou três meses por ano, enquanto hoje (participando das feiras ecológicas) temos todo o final de semana²⁸.

²⁶ SCHMITT (2001, p. 115) aplica o termo “buscando designar associações que se estabelecem entre seres humanos e elementos não-humanos nos processos de geração e disseminação de tecnologias”.

²⁷ Cfe. agricultora ecologista da AECIA, Antônio Prado. Esta entrevista faz parte do processo de avaliação do CAE em 1994.

²⁸ Agricultor ecologista da APEMA, Ipê: depoimento. [junho, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. 2004.

Não pretendo com o destaque destes trechos de entrevistas de agricultores ecologistas dizer que as redes formadas pela agricultura convencional geravam dependência para os agricultores, enquanto a rede formada pela a agricultura ecológica não gera; considero que esta rede pode constituir outros laços de “dependência”, apenas quero ilustrar o funcionamento das redes a que os agricultores estavam, anteriormente, conectados, pois esses fatores podem ser determinantes para seu engajamento no novo referencial de agricultura.

A partir da década de 1980 e durante toda a década de 1990, como analisa SCHMITT (2001), a participação dos agricultores nestas redes se torna mais restrita, ou no mínimo menos vantajosa, criando um ambiente propício para a organização do que ela chama de “rede alternativa”, referindo-se “aos arranjos que buscam contestar uma determinada ordem social e ecológica, e que têm como base valores que procuram se distanciar das concepções de sociedade e natureza que fundamentam a agricultura moderna” (*Idem*, p.112-3).

Para atender aos objetivos que me proponho neste trabalho, não analisarei esta “rede” em sua complexidade, ou seja, me limitarei a alguns “nós desta rede”, especificamente, o Centro Ecológico²⁹ e os agricultores ecologistas, focando nas estratégias e mecanismos empregados pelos técnicos para que a difusão da agricultura ecológica fosse possível, os quais serão considerados na medida que possam servir para compreender se a relação estabelecida entre técnicos e agricultores neste processo influencia o grau de engajamento destes na agricultura ecológica.

2.2 A CONSTRUÇÃO DO REFERENCIAL

Como já descrevi na introdução deste trabalho, o Projeto Vacaria inicia como resposta a um desafio colocado aos ambientalistas, de construir experiências

²⁹ No Anexo B tem um mapa de localização dos municípios que integram as duas regiões de atuação do Centro Ecológico no Estado do Rio Grande do Sul.

concretas que pudessem demonstrar a viabilidade da agricultura ecológica no contexto brasileiro.

Até aproximadamente o final da década de 1980, a inserção do Projeto nas comunidades rurais situadas em seu entorno foi bastante incipiente. Os técnicos trabalhavam, sobretudo, na propriedade do projeto, “sem um contato mais permanente com a problemática vivenciada pelos agricultores familiares da região” (Centro Ecológico, 2002, p. 7).

Os religiosos da Paróquia de Antônio Prado, em especial um Padre, na época, se constituem como uma aliança fundamental para os técnicos do Projeto começarem a se inserir nas comunidades rurais do município, como evidencia um dos técnicos:

Nós conseguimos convencer o Padre, isto é, ele conseguiu entender o que era, tecnicamente, a agricultura ecológica. **Ele era uma liderança muito significativa**, então ele começou a convencer, inclusive, os outros padres. Este movimento foi mobilizando alguns membros da Pastoral da Juventude e os jovens foram se interessando pelo assunto.³⁰

Os agricultores ecologistas destacam a importância do trabalho desenvolvido pela paróquia para o seu engajamento na agricultura ecológica:

Quem teve importância decisiva foi o (padre), porque ele soube, naquela época, fazer a mudança de miseráveis na colônia, que não tinham nenhum banheiro, e naquela época ele fez o pessoal usar veneno para se desenvolver. Mas depois ele soube reconhecer o erro ou perceber que eram novos tempos e que o veneno não estava mais dando alimento e sim matando mais. Então ele foi o primeiro a dizer, que a gente tinha que conhecer (a técnica do Projeto Vacaria) e parar de usar veneno. (...) Ele sempre deu todo apoio, nos primeiros anos nós fazíamos reuniões da Associação (de agricultores ecologistas) na Paróquia, usava telefone, carro. (...) Então ele foi muito importante (nesse processo), o apoio que ele deu conquistou a confiança dos agricultores (...) ele avalizando o trabalho fez com que o pessoal acreditasse mais.³¹

³⁰ Mediador do Centro Ecológico: depoimento. [setembro, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. 2003.

³¹ Esta entrevista faz parte do trabalho desenvolvido por SCHMITT (2001); considere-a importante por destacar o papel da Igreja nos dois momentos de transição: da agricultura tradicional para agricultura convencional, e desta para agricultura ecológica.

Compreendo este “processo” de *reconhecimento do erro* pelo qual passam os agentes religiosos como uma estratégia, no sentido aplicado por BOURDIEU (1995, p. 89) considerando como uma “linha de ação objetivamente orientada que os agentes sociais constroem na prática e que se define no encontro entre o *habitus* e uma conjuntura particular do campo”. Isto também pode significar que a ação ou tomada de posição, assim como o deslocamento para uma nova posição, se dá dentro do *espaço dos possíveis*. Considero, nestes termos, estratégica a opção destes agentes pelo apoio à agricultura convencional e também, no momento seguinte, apoio à agricultura ecológica.

NEVES (1998), em seu estudo sobre o papel dos mediadores sociais, evidencia que a “legitimidade do produto social que eles desejam construir **deve ser reconhecida em múltiplos espaços institucionais**, onde eles procuram fazer crer a importância e a pertinência da posição e do ator político” (NEVES, 1998, p. 161. Grifo da autora). Nesta perspectiva, a estratégia escolhida pelos mediadores do Projeto, na época, foi ter o padre da Paróquia de Antônio Prado como aliado, devido a sua inserção nas comunidades rurais e à confiança dos agricultores nele, como ressaltou o agricultor no depoimento acima. Esta relação de confiança circular possibilitou que os técnicos fizessem palestras para os agricultores de todo município, como destaca um agricultor ecologista: “O padre que organizava, ele dava a missa e depois o pessoal (do Projeto Vacaria) falava, e eles foram à nossa comunidade da palestra e em todas as comunidades”³². Assim, a legitimação e o reconhecimento da agricultura ecológica por parte da Igreja Católica, principalmente, através da Pastoral da Juventude de Antônio Prado, foi fundamental para que o *referencial* começasse a ser discutido pelos agricultores do município.

Já no município de Ipê, a inserção dos mediadores nas comunidades rurais se deu através da formação de uma rede social, que possibilitou a explicitação do referencial junto a estas comunidades rurais, de acordo com um dos técnicos do então Projeto Vacaria:

³² Agricultor ecologista da AECIA, Antônio Prado: depoimento. [março, 2004]. Entrevistador: Carla Alves. 2004.

O município de Ipê se emancipou e foi instalado um Escritório Municipal da EMATER. Então, nós tínhamos o apoio do poder municipal, tínhamos a Secretaria de Saúde e Meio Ambiente que eu era a responsável, a Secretaria da Agricultura que era o G.H. o responsável, fechando com esta proposta (agricultura ecológica) e nós conseguimos, na época, que a EMATER mandasse pra gente³³ um agrônomo que trabalhasse com a agricultura ecológica, o K. L., e um técnico que não se opusesse a isso. Então, com as duas Secretarias Municipais, o apoio do Prefeito e mais a EMATER, deu uma explosão!³⁴

Essa entrevista descreve bem as relações concretas que propiciaram a difusão da agricultura ecológica no município de Ipê. Assim, o apoio do recém instalado escritório da EMATER também desempenha um papel importante para buscar novos agricultores dispostos a fazer agricultura ecológica, conforme um dos mediadores do Centro Ecológico (CE): “A EMATER cumpriu muito esse papel de capitalizar, de fomentar o surgimento de novos grupos de agricultura ecológica em Ipê. Os grupos de agricultores em Ipê surgiram mais pela “mão” da EMATER do que do CE”³⁵.

Esses fatos podem ser vistos como um conjunto de condições objetivas para “promoção” do referencial da agricultura ecológica que, como apresentei no capítulo primeiro, constitui uma das etapas de construção dos problemas sociais. No entanto, para o referencial ser reconhecido, é preciso torná-lo “digno de atenção”, o que é feito pela ação de grupos sociais interessados em inserir esta nova categoria de percepção do mundo social nas “preocupações sociais do momento”, assim os agentes que compõem esta rede social, especialmente os técnicos da ONG e da EMATER de Ipê, começam uma série de palestras pelo interior do município, alertando para os riscos dos agrotóxicos e propondo uma alternativa – a agricultura ecológica.

Nesse trabalho dos mediadores em busca de ter a agricultura ecológica legitimada pelos agricultores destes dois municípios, ocorreu um fato, que eles consideram emblemático para que o agricultor decidisse ser ecologista:

³³ Para o município de Ipê porque a EMATER estabelece um convênio com a Prefeitura.

³⁴ Mediador do Centro Ecológico: depoimento. [setembro, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. 2003.

³⁵ *Idem*.

Tem um caso bem interessante, que foi um ponto de virada para os agricultores, a EMATER disse para eles passarem veneno que estava dando crespeira no pessegueiro, e eu disse para não passar porque não precisa, eu, como agrônoma, sei que é uma questão de temperatura, mais dois ou três graus acaba aquilo ali, não é um problema. E o agricultor resolveu bancar “não passo” e desapareceu o problema e ele não passou o veneno.³⁶

Este acontecimento descrito pela técnica do Projeto Vacaria está relacionado ao que MULLER (1995, p. 160) chama de “conflitos *sobre* o referencial”, conforme apresentado no capítulo anterior, onde períodos de transição são acompanhados de conflitos duros entre os defensores do sistema de sentido tradicional e os partidários da mudança. Estes conflitos se constituem numa *luta entre classificações* onde está em “jogo” o *monopólio do poder* de impor a definição legítima de uma divisão do espaço social em questão, buscando conservá-lo tal como o apreendem (os técnicos da EMATER de Antônio Prado) ou subvertê-lo (os técnicos do Projeto Vacaria).

Os técnicos da EMATER de Antônio Prado também procuraram se posicionar nesta *luta*:

Essa história de que tudo pode ser produzido sem venenos, sem adubação química e outras coisas, isso é coisa de gente que não entende nada dessa área. (...) Eu não gosto de pessoas radicais em nenhum sentido. Nem do cara que usa somente venenos, na parte química, nem do lado que eles estão pregando (o CAE). Eu me vejo numa posição intermediária, digamos assim. Se for preciso utilizar, se utiliza. Tu nunca podes botar a perder a produção de um agricultor.³⁷

Este técnico procura explicitar que os técnicos do CAE investem na construção de uma *imagem* que não é verdadeira (“tudo pode ser produzido sem veneno”) e, assim, ele se posiciona como defensor de um referencial de agricultura em que a principal *norma* é não perder a produção. Ele procura legitimar o seu posicionamento, explicando porque é contra tomadas de posições “radicais”:

³⁶ *Idem.*

³⁷ Esta entrevista foi concedida por um engenheiro agrônomo da EMATER de Antônio Prado em abril de 1993; faz parte de um projeto de avaliação do CAE-Ipê.

Eu acho que esse movimento (ecológico) deveria ter sido lançado com mais cautela. Tem certas pessoas que participam desse movimento que são extremamente radicais. Conheço muito bem o Centro de Agricultura Ecológica, existe muita conversa, muita divulgação e resultados práticos muito poucos, (...) o que está sendo noticiado ali na imprensa é muita mentira, inverdades.³⁸

De acordo, com MULLER (1995, p. 160), a intensidade dos conflitos entre os agentes sociais, nos momentos de transição entre duas visões de mundo, pode ser explicada pela “dimensão identitária do referencial”, onde o que está em jogo é a existência mesma dos grupos enquanto atores, através da imagem que fazem de si e da busca por reconhecimento do seu lugar no mundo. Neste caso estudado, isso pode explicar os investimentos feitos pelos técnicos de ambas instituições que, além de estarem propondo divisões diferentes para o mundo social, têm o sentido do seu *ser social* vinculado às suas práticas e, assim, a estes referenciais de agricultura.

Como explica BOURDIEU (2002, p. 124), estudando as lutas regionais: “Sabe-se que os indivíduos e os grupos investem nas lutas de classificação todo o seu *ser social*, tudo o que define a idéia que eles têm deles próprios, todo o impensado pelo qual eles se constituem como ‘nós’ por oposição a ‘eles’ (...)”.

Portanto, quando a técnica do Projeto afirma “... eu como agrônoma sei...”, ela está buscando o reconhecimento de um saber incorporado (capital) que na imagem que ela tem de si lhe confere poder de instituir ou de *fazer existir* este grupo, agricultores ecologistas. A eficácia simbólica do seu *discurso* “depende do grau em que a visão proposta está alicerçada na realidade” (BOURDIEU, 1990, p. 165), considerando o que explica BOURDIEU (*Idem*, p. 166) examinando em que condições o poder simbólico pode se tornar um poder de constituição: “O poder simbólico é um poder de fazer coisas com palavras. É somente na medida em que é verdadeira, isto é adequada às coisas, que a descrição faz as coisas.”

Isso significa que, nesse processo de construção da agricultura ecológica, o saber destes técnicos precisa ser legitimado na prática dos agricultores, atingindo os resultados propostos pela “teoria”, transfigurando-se então em capital de

³⁸ *Idem*.

reconhecimento que lhes permite ter efeitos simbólicos. Como descreve o agricultor ecologista, envolvido neste caso:

O agrônomo da EMATER foi lá em casa e disse para eu passar veneno, pois daria problema. E quando o pessoal do Projeto foi lá eles me disseram para não aplicar por que não tinha necessidade. Então, eu pensei como eu vou arriscar a produção, eu ainda estava no começo da caminhada, mas decidi tentar e pronto. Esta situação fez eu começar um trabalho realmente sério na questão ecológica. Eu fiz o que eles indicaram (os técnicos do Projeto) e nesse esquema eu consegui produzir, no ano seguinte também consegui produzir de novo.

Assim, o agricultor afirma que seguindo o esquema indicado pelos técnicos conseguiu produzir. Para refletir sobre esta representação de aderir a um esquema para ser ecologista, retomo, aqui, BOURDIEU (1990, p. 106) em seu estudo sobre a codificação:

A forma (...) não age apenas pela sua eficácia específica, propriamente técnica, de racionalização. (...) a violência simbólica é uma violência que se exerce, se assim podemos dizer, *segundo as formas*, dando forma. Dar forma significa dar a uma ação ou a um discurso a forma reconhecida como legítima, aprovada, (...) uma prática que, apresentada de outro modo seria, inaceitável (essa é a função do eufemismo).

A agricultura ecológica foi apresentada aos agricultores e, principalmente, aos agentes religiosos considerando a influência que estes têm no engajamento dos primeiros agricultores, como uma prática (ou um esquema de produção) baseada num saber científico, a Teoria da Trofobiose³⁹, o que dava a esta prática (ou a este saber técnico) uma forma legítima, aceita, por se apresentar sob uma “aparência de universalidade – a da razão ou (da ciência)” (BOURDIEU, 1990, p. 106).

Como observa o Padre da Paróquia de Antônio Prado: “O CAE é muito importante faz a pesquisa com autoridade e competência, dizia, fazia e dava os resultados, então o acerto que é a Teoria da Trofobiose que a (técnica do CAE)

³⁹ “A palavra Trofobiose foi usada pelo pesquisador francês Francis Chaboussou para dar nome à sua idéia de que não é qualquer planta que é atacada por pragas e doenças. (...) a planta precisa é servir de alimento adequado à praga ou à doença para ser atacada. (...) Quer dizer, um vegetal saudável, bem alimentado, dificilmente será atacado (...), (pois) as ditas “pragas” e “doenças” morrem de fome numa planta sadia” (Centro Ecológico, 2004, p. 11).

trouxe e depois foi comprovada”⁴⁰. Ele está demonstrando que a *crença* no trabalho da ONG é baseada, em parte, neste capital técnico, que funciona como capital simbólico, que assim se transfigura, como explica BOURDIEU (2001, p. 296):

O capital simbólico não constitui uma espécie particular de capital, mas justamente aquilo que se transforma qualquer espécie quando desconhecida como capital, ou seja, enquanto força, poder ou capacidade de exploração (atual ou potencial), portanto reconhecida como legítima.

Neste processo, *as idéias ou os discursos* propagados nas palestras começam a ser implementados e transformados em *práticas*, conformando um novo espaço de relações – o espaço de mediação.

A mídia também desempenha um papel importante na construção dos problemas sociais, pois é um dos principais meios utilizados pelos grupos sociais para publicização das questões consideradas como problemas legítimos, ou seja, “dignos” de se inserirem no cenário dos debates públicos (PETRARCA, 2002). Nesta perspectiva, há um programa de televisão que foi veiculado pela Rede Globo sobre a agricultura ecológica, em 1995, que os mediadores consideram fundamental neste processo de legitimação do referencial e, assim, do seu papel como tais:

O Globo Rural foi um “divisor de águas”, pois deu visibilidade e credibilidade ao nosso trabalho em nível nacional. Como retorno, recebemos mais de 10 mil cartas de telespectadores e vendemos quatro mil livretos da Trofobiose (anunciado no programa).⁴¹

Este programa teve o efeito de *um rito de instituição*, marcando “um antes e um depois”, instituindo, publicamente, os técnicos do Centro Ecológico como representantes do referencial da agricultura ecológica. Assim, agentes sociais “legitimado(s) para ser o que pretende(m) ser, qualificado(s) para assumir a função”

⁴⁰ Essa fala é do Padre da Paróquia de Antônio Prado, em fevereiro de 1994, retirada de uma atividade de avaliação do CAE.

⁴¹ Mediador do Centro Ecológico: depoimento. [janeiro, 2004]. Entrevistador: Carla Alves. 2004.

(BOURDIEU, 2001, p. 296-7). Como disse um agricultor ecologista: “O Centro Ecológico garante o nosso trabalho, então os consumidores confiam”⁴².

O agricultor está colocando o Centro Ecológico como *porta-voz autorizado* do grupo. Isto significa, adotando a proposta teórica de BOURDIEU (1996b, p. 105) quando este diferencia o “impostor” do “mandatário legítimo”, ser “um objeto de crença garantido e certificado; (...) sua realidade está fundada na crença coletiva, garantida pela instituição e materializada pelo título ou pelos símbolos e outros atributos,(...)”.

Assim, o reconhecimento pelos agricultores ecologistas destes técnicos como dotados de *competências específicas* (capital simbólico) lhes permite, primeiramente, aprender a produzir de forma ecológica, como já abordado, depois o acesso aos consumidores e, assim, a outras esferas sociais que integrem os interesses específicos associados ao engajamento destes agricultores na agricultura ecológica.

Entretanto, como destaca MULLER (1995), a aceitação do referencial como representação “verdadeira” do mundo não significa o fim de toda conflitualidade. Os embates passam a se centrar na a obtenção de recursos legítimos ou de posições de poder no quadro do *referencial dominante*, que será capaz então de se desdobrar em várias versões, introduzindo variações no seio de uma mesma hierarquia normativa.

* * * * *

A partir do engajamento dos primeiros agricultores ecologistas o referencial dominante vai se conformando, buscando atender aos objetivos concebidos pelos mediadores para o Projeto Vacaria:

⁴² Agricultor ecologista, AECIA, Antônio Prado: depoimento. [março, 2004]. Entrevistador: Carla Alves. 2004.

Projeto Vacaria era demonstrar que as coisas podem ser feitas de um outro jeito, tecnicamente, (sem usar venenos), mas não era só uma questão técnica era de conscientização política também. Um outro modelo de agricultura significa que a gente precisa trabalhar em grupo, que a gente precisa buscar autonomia, soberania, preservar a biodiversidade(...).⁴³

Nesse depoimento, é possível perceber que a agricultura ecológica surge com o objetivo de ser uma alternativa tecnológica para a produção agrícola. Mas não se restringe à esfera produtiva, ela é construída como um quadro normativo e cognitivo, orientado por valores como autonomia, soberania e preservação do meio ambiente.

Segundo KUSCHNIR (1996, p. 147), “toda memória é socialmente construída e elaborada ao longo do tempo”. Neste caso, as reconstruções buscam manter presente aspectos simbólicos relacionados à prática da agricultura ecológica, que influenciam, diretamente, o estabelecimento das normas da agricultura ecológica e, assim, a estruturação objetiva deste espaço de relações, isto considerando que os valores são as representações mais fundamentais do *referencial*, segundo MULLER (1995), pois definem o quadro global de ação e, conseqüentemente, as normas que irão orientá-las.

As normas da agricultura ecológica foram sendo elaboradas, ao longo do tempo, pela socialização com os agricultores, a partir das primeiras adesões:

Eles (técnicos do Projeto) nos davam assistência, tinha poucos agricultores, (...) aí nós começamos a fazer o trabalho, a horta ecológica. A primeira horta ecológica do Centro Ecológico foi lá em casa, (...). Se fez muitas experiências que deram certo, o solo fértil e o resultado foi imediato. Então, o pessoal começou a vir, tinha muita excursão lá em casa para ver a horta, tinha o pomar com maçã, tinha alguns produtos... Mas foi ali no trabalho daquela horta que as pessoas se espelharam muito, porque ali era um **agricultor fazendo**, não era mais uma demonstração na área do Projeto Vacaria.⁴⁴

Essa fala demonstra elementos de uma nova posição social sendo construída através da apropriação do saber reconsiderado que os técnicos do Projeto Vacaria

⁴³ Mediador: depoimento. [setembro, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. 2003.

⁴⁴ Este depoimento faz parte da pesquisa de campo realizada por outro pesquisador.

transmitem ao agricultor a idéia de “um agricultor fazendo”, passando a se considerar *apto* para fazer agricultura ecológica.

Este processo de construção de uma nova posição e identidade social se traduz num processo de desconstrução, ou de desqualificação de um saber anterior, no qual estes agricultores passam a relativizar seu modo de vida ou vê-lo como uma “situação indesejada que deve ser superada” (NEVES, 1998, p. 160)⁴⁵, revelando a dinâmica da relação entre mediadores e mediados como uma *relação de força* transfigurada numa *relação de sentido*, legitimada por estar ancorada na definição do *saber* como um instrumento de emancipação e de construção de uma nova identidade social (agricultor ecologista).

Este saber (que como capital) exerce seus efeitos simbólicos, livrando os agentes sociais da “insignificância como ignorância e ausência de sentido” (BOURDIEU, 2001, p. 296), o que significa, que o engajamento na agricultura ecológica dota de sentido, ao mesmo tempo, a existência social de técnicos e agricultores; dos técnicos, por obterem o reconhecimento de seus capitais, como *poderes*, conforme já analisado anteriormente; e dos agricultores, por se apropriarem parcialmente destes capitais que reconhecem nos técnicos, os quais permitem que eles experimentem, “o sentido de contar para os outros, de ser *importante* para eles, logo para si mesmo” (BOURDIEU, 2001, p. 294). Isto pode ser ilustrado, ao meu ver, pela fala do agricultor quando se refere a receber visitas na sua propriedade e das pessoas se espelharem no seu exemplo.

O passo seguinte à produção é a comercialização; a primeira feira que os agricultores ecologistas participaram, é descrita por esta agricultora:

⁴⁵ NEVES, em seu estudo sobre os assentamentos rurais, aborda a tendência dos mediadores atribuírem a si um papel emancipador, pela transmissão de outras visões de mundo aos mediados, revelando a construção e a difusão de tais saberes constitutivos do exercício de mediação como um modo de legitimação desta forma de dominação.

Um dia a técnica do Projeto foi convidada para fazer a feira da Coolméia em Porto Alegre⁴⁶, para colocar uma banca lá. Ela chegou na minha casa e me convidou para ir, ela disse “você deve ir”, então eu fui junto. Quando era nove horas, nem isso, não tinha mais nada para vender, tinha umas cinco ou seis bancas. Começou em torno de 7 horas, duas horas depois não tinha mais nada. E todos que passavam perguntavam se seria toda semana e se era possível.⁴⁷

O papel dos mediadores de interligar espaços diferenciados é evidenciado nessa fala da agricultora ecologista, na qual esclarece que os contatos com o espaço de comercialização eram feitos pelos mediadores e que eles, através de sua inserção nessa rede de relações, oportunizaram aos agricultores ecologistas a participação nessa primeira feira, possibilitando, assim, a venda de sua produção. Fica evidenciada a importância que assume, neste espaço de mediação, o capital social de relações portado por eles.

Desta forma, os mediadores assumem os dois aspectos que, de acordo com SILVERMAN (1971), os diferenciam de intermediários, isto é, desempenham uma função exclusiva – o contato com os canais de comercialização de produtos ecológicos – e uma função crucial – viabilizar a venda da produção dos agricultores.

Existe uma imagem de sucesso construída em relação a esta “primeira feira”, vinculada ao fato dos produtos terem sido vendidos rapidamente, o que é destacado também pelos mediadores:

Em 1989, nós já estávamos discutindo o embrião de um grupo de agricultores e a Coolméia, nesta época, fez uma feira de produtos agrícolas em outubro, e o pessoal veio para essa feira com produtos de toda a região de Ipê e Antônio Prado, para passar a manhã vendendo, mas às 9 horas não tinha mais nada e isso deu uma injeção nos agricultores muito legal, e a partir daí, em seguida, fundou a AECIA.⁴⁸

A narrativa feita por este mediador, sendo uma reconstrução, valoriza uma trajetória ascendente do trabalho desenvolvido pela ONG, suprimindo o trabalho

⁴⁶ Descrevi este evento na introdução do trabalho.

⁴⁷ Agricultora ecologista, AECIA, Ipê: depoimento. [janeiro, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. 2003.

⁴⁸ Mediador do Centro Ecológico: depoimento. [setembro, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. 2003.

social anterior, que possibilitou a formação do grupo, ou a construção do agricultor disposto a ser ecologista. Neste sentido, foi determinante o trabalho desenvolvido pelo Padre na Pastoral da Juventude de Antônio Prado, de onde veio a maioria dos primeiros agricultores que se tornaram ecologistas:

A gente já vinha buscando, discutindo na Pastoral da Juventude a necessidade de uma alternativa aos venenos, pela questão político-econômica da dependência das multinacionais e da saúde, mas na prática a gente não sabia como fazer, foi aí que surgiu o Projeto Vacaria.⁴⁹

Então, quando nós conhecemos a proposta da agricultura ecológica, nós continuamos as discussões dentro da Pastoral, e o Padre disse que nós íamos ter que encarar, nós, como lideranças na Pastoral, tínhamos que aceitar o desafio, foi então que nós desafiamos.⁵⁰

Nesses depoimentos, esses agricultores ecologistas reconstróem suas trajetórias como se já estivessem buscando uma alternativa de produção quando conheceram os técnicos do Projeto Vacaria. No entanto, esses agricultores passaram por um trabalho de construção das categorias de apreciação que possibilitam estas representações de si, ou seja, eles foram socializados, durante anos, na Pastoral da Juventude de Antônio Prado, com temáticas, vocabulários que foram sendo incorporados, formando disposições (*habitus*) que permitiram perceber a agricultura ecológica como o que procuravam quando apresentados ao referencial.

Isso pode ser compreendido, ao meu ver, retomando a noção de *habitus* desenvolvida por BOURDIEU (1990, p. 130):

O *habitus*, sistema de disposições adquiridos na relação com um determinado campo, torna-se eficiente, operante, quando encontra as condições de sua eficácia, isto é, condições idênticas ou análogas àquelas de que ele é produto. O *habitus* torna-se gerador de práticas imediatamente ajustadas ao presente, e mesmo ao futuro inscrito no presente, quando encontra um espaço que propõe, a título de chances objetivas, aquilo que ele carrega consigo a título de *propensão*, de disposição, porque se constitui pela incorporação das estruturas de um universo semelhante.

⁴⁹ Agricultor ecologista, AECIA: depoimento. [2003]. Entrevistador: Carla Alves. Antônio Prado, 2003.

⁵⁰ *Idem*.

Portanto, considero que estes agricultores carregavam esta *propensão* porque haviam incorporado esquemas de avaliação e códigos semelhantes aos que encontraram no *discurso* dos técnicos do Projeto, por isso a *imagem* de ajuste imediato quando a oportunidade objetiva se apresentou.

Considero pertinente destacar o papel desenvolvido pelo Padre neste processo, pois o fato de os agricultores se verem obrigados a obedecer-lhe (a encarar a agricultura ecológica) é fruto deste trabalho anterior de inculcação, no qual relações de poder se transfiguram em carisma, em relações afetivas. De acordo com BOURDIEU (1996c, p. 176-7), para que um ato simbólico tenha uma espécie de eficácia mágica sem gasto aparente de energia, é preciso um trabalho anterior que tenha produzido, naqueles submetidos ao ato de imposição, as disposições necessárias para que eles “tenham a sensação de ter de obedecer sem sequer se colocar a questão da obediência” (*Idem*).

Também a partir do engajamento destes agricultores, os mediadores passam a se constituir como “fornecedores de habilidades”, utilizando os termos de WOLF (1984), sendo estas, geralmente, baseadas em conhecimentos distintos e sugerindo alternativas à “tradição local”, significando, nesta situação, a incorporação de práticas diferenciadas de manejo dos cultivos, o estímulo à formação de associações de agricultores e a possibilidade de se tornarem feirantes, dentre outras funções que vão sendo requeridas para viabilizar estas, como reuniões e atividades de formação.

No processo de engajamento, os agricultores fazem suas interpretações do que é “fazer” agricultura ecológica, o referencial resultante destes “rearranjos” vai orientar a sua nova forma de ação, como transparece nesta definição do seu trabalho feita por um agricultor ecologista:

A feira é em si uma integração entre produtores e consumidores. É um trabalho que a gente leva o produto, conversa, divulga o nosso trabalho, ecologia. A feira barateia também o custo, os consumidores pagam um pouquinho menos, a gente ganha um pouquinho mais, então elimina o intermediário e causa uma independência para o produtor. Tu produzes, vai vender o teu produto e tu és mais valorizado. O pessoal de lá (Porto Alegre) quer ter produto natural.⁵¹

Esse agricultor ecologista está descrevendo as novas representações de suas práticas, propiciadas pelo reconhecimento de um “*novo* discurso de autoridade” (o discurso ecologista) que gera um novo vocabulário⁵². Então, por exemplo, ele percebe o seu trabalho relacionado à *ecologia*, o que lhe oportuniza lucros materiais e lucros simbólicos, esses últimos representando prestígio, reconhecimento, relacionados à idéia de ser valorizado, de “contar para os outros”, no caso, o “pessoal” de Porto Alegre, que quer os seus produtos.

Essas representações em torno da feira e da agricultura ecológica citadas pelo agricultor no depoimento acima constituem o “exemplo” de fazer agricultura ecológica naquele momento, o que significava produzir, começando geralmente pela horta, formar um grupo de agricultores, constituir uma associação e fazer feira. Este *quadro de referência* é instituído, a partir da formação da Associação de Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado (AECIA), em 1991, assim os agricultores que se engajam depois procuram enquadrar-se neste “modelo”, como descreve um agricultor ecologista que faz parte da segunda associação formada na região (em Ipê) a Associação de Produtores da Linha Pereira Lima (APEMA):

⁵¹ Esta entrevista foi concedida por um agricultor ecologista da AECIA em 6//03/1991; integra o acervo do Centro Ecológico.

⁵² BOURDIEU (1996c, p. 34) abordando a imposição da língua legítima contra os idiomas e os dialetos, após a Revolução Francesa, esclarece que faz parte das “estratégias políticas destinadas a assegurar a eternização das conquistas da Revolução pela produção e reprodução do homem novo”.

A técnica disse que não dava para entrar no grupo da AECIA, mas que era para a gente conversar, se organizar e montar uma associação. Então, enfrentamos algumas resistências do pessoal, mas chamamos as famílias mais próximas, formamos a associação, fizemos as primeiras viagens para Porto Alegre meio desorganizados, a gente vendia pouco ainda, era muito difícil, depois foi melhorando (...).⁵³

Nas avaliações feitas pelos mediadores a respeito da trajetória de formação das associações de agricultores ecologistas, transparece a construção de uma hierarquia de representações em torno das razões do engajamento dos agricultores:

Os primeiros agricultores eram críticos, era uma obrigação deles ser coerente com seu discurso anticapitalista, assim eles se sentiam obrigados a fazer agricultura ecológica. O Padre obrigava porque eles eram lideranças das comunidades, viviam falando contra as multinacionais e não podiam mais usar venenos. Não existia feira naquele momento, era uma questão política. No momento seguinte, a questão política fica mais de lado ou mistura a política e saúde. Para mim é com a formação da AECIA, em que muitos não usam agrotóxicos por medo, pois as palestras que fazíamos assustaram eles. Depois, num terceiro momento, já começam os outros grupos, daí entra a história econômica que os agricultores começam a fazer agricultura ecológica porque os da AECIA estavam se dando bem.⁵⁴

Os mediadores, assim, apreciam como um *engajamento político* o dos primeiros agricultores ecologistas, sendo menos valorizados os engajamentos atribuídos à busca de retribuições materiais. Essa hierarquia de representações construída pode ser compreendida retomando a proposta com que foi pensado o Projeto Vacaria:

Nós tínhamos uma utopia de que se conseguiria justiça social, mudando o modelo de desenvolvimento (vigente), introduzindo uma tecnologia que sirva para quem, realmente, tem que servir (...) uma grande população de pequenos produtores(...)⁵⁵.

Desta forma, os mediadores valorizam os agricultores identificados sob tomadas de posições semelhantes às suas representações do que seja “fazer”

⁵³ Agricultor ecologista, APEMA: depoimento. [maio, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. Ipê, 2003.

⁵⁴ Mediador do Centro Ecológico: depoimento. [outubro, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. 2003.

⁵⁵ Este depoimento de um mediador do CE faz parte de uma fita de vídeo de avaliação do CAE-Ipê em fevereiro de 1994.

agricultura ecológica, ou do que se propunham quando começaram a difundir o *referencial*. Nestas representações dominantes, estão presentes aspectos de uma economia do simbólico, ou seja, que fazem dos produtos ecológicos bens simbólicos circulando num espaço de relações regido por uma lógica específica, que difere da lógica “econômica”, que também integra este espaço social.

A apreensão da agricultura ecológica como espaço que funciona sob lógica do mercado dos bens simbólicos faz com que as estratégias dos agentes sociais que o compõem oscilem entre dois limites, como tratado por BOURDIEU (1996a, p. 163), em seu estudo do campo artístico (literário):

Em um pólo, a economia “anti-econômica” da arte pura que, baseada no reconhecimento indispensável dos valores de desinteresse e na denegação da “economia” (do “comercial”) e do lucro “econômico”(a curto prazo), (...) no outro pólo, a lógica “econômica” das indústrias literárias (...) fazendo do comércio de bens culturais um comércio como os outros, (...) (contudo **a vinculação** desses empreendimentos **ao campo** assinala-se pelo fato de que apenas podem acumular os lucros econômicos de um empreendimento econômico ordinário, e os lucros simbólicos (...) **abstendo-se de declarar completamente** seus fins interessados).

Seguindo essa perspectiva teórica, percebo que os “valores de desinteresse” são representados por falas como dos mediadores, por exemplo, quando afirmam que para “os primeiros agricultores” fazer agricultura ecológica era “acima de tudo uma questão ideológica” ou “não tinha feira ainda, era uma questão política”, lembrando que a construção de “um outro modelo de agricultura” que estão propondo é orientado pela “filosofia da justiça social e da preservação do meio ambiente”⁵⁶. Então, quando os agricultores decidem engajar-se na agricultura ecológica, essas representações dos mediadores se impõem como dominantes, manifestando a existência de um mercado para ações simbólicas para que possam ter o “interesse pelo desinteresse”, no qual os lucros simbólicos podem ser (e são) conversíveis em lucros materiais, mas que não são declarados “completamente” como fins do engajamento, ou estando estes submetidos à censura tácita estruturante e estruturada neste espaço de relações sociais. Porém, para que estas

⁵⁶ Disponível em: <<http://www.centroecologico.org.br>>.

representações se exerçam ou comandem, de fato, a lógica deste espaço de relações sociais, é preciso que elas sejam sustentadas por toda estrutura social, logo, pelas estruturas mentais e disposições produzidas por essa estrutura social.

Assim, a exemplo do direito de entrada no campo de produção cultural estudado por BOURDIEU (1996a, p. 266), o ingresso dos agricultores na agricultura ecológica “consiste na aquisição de um *código específico* de conduta e de expressão, e descobrir o universo finito das *liberdades sob coação* e das *potencialidades objetivas* que ele propõe”. Esse código se impõe aos que têm interesse em engajar-se, mas a percepção das potencialidades objetivas que este espaço propõe se diferencia conforme as disposições e os esquemas de avaliação incorporados por cada agricultor ecologista, resultando também em distintas percepções das retribuições oferecidas pelo engajamento, sendo estas questões o foco de análise do próximo capítulo.

Por fim, cabe esclarecer que, embora o referencial de agricultura ecológica tenha sofrido alterações, no decorrer desses quase vinte anos de história da agricultura ecológica na região de estudo, as representações dos mediadores ainda se impõem como dominantes, pois, recordando que, de acordo com MULLER (1995, p. 161), na proposta teórica aqui adotada, “compreende-se que o referencial seja inseparável da noção de mediador. O mediador é ator, grupo ou indivíduo, que produz o referencial, a ‘verdade’ do momento”. Portanto, as estratégias empregadas por eles se diferenciam conforme o “momento conjuntural do espaço (de relações)”; no qual, num primeiro momento de suas relações com agricultores, investiam na construção de *imagens*, como de experimentação das técnicas produtivas, de sugestão, de construção conjunta do conhecimento, buscando criar um tipo de laço social:

Naquele momento, a gente era como propriedade rural, parte do grupo de agricultores. Dentro desta dinâmica, a gente era ONG que não trabalhava só com teoria, a gente era uma propriedade rural que executava projeto junto com os agricultores, que socializava as informações que a gente tinha.⁵⁷

Esse mediador está se referindo ao fato de serem também sócios da primeira associação de agricultores ecologistas, a AECIA, buscando construir uma imagem de relações simétricas, de troca de informações. No entanto, como venho compreendendo e buscando demonstrar neste capítulo, espaço de mediação se constitui como um espaço de relações de forças, em termos simbólicos e também materiais. Como afirma KUSCHNIR (2001), os mediadores não apenas transportam informações, eles geram novos valores e condutas, assim, não são apenas um elo ou uma interligação entre mundos diferenciados, eles próprios constroem as representações do espaço, através da produção de certos códigos comuns.

Lembrando que o foco deste estudo não é a mediação, estou trazendo estas informações para análise por considerá-las pertinentes para compreender que o referencial da agricultura ecológica é construído num espaço (ao mesmo tempo, que o constrói) de distribuições (desiguais) das diferentes espécies de capital que, ao serem percebidos como geradores de posições raras e com ganhos correspondentes, “favorece as estratégias visando a destruir ou reduzir tal raridade, pela apropriação das posições, ou a conservá-la pela defesa dessas posições” (BOURDIEU, 2001, p. 223-4).

Em suma, a partir da perspectiva teórica de BOURDIEU (2001) apresentada acima, em que o autor estava explicando o fato de que todos os campos sejam lugar de concorrências e conflitos, quero dizer que percebo como rara a posição dos mediadores que, por receberem os ganhos simbólicos do reconhecimento de seus capitais, investem em manter a sua “expertise”⁵⁸ (a agricultura ecológica), o que permite que conservem a raridade da sua posição e, assim, sua reprodução como

⁵⁷ Mediador do Centro Ecológico: depoimento. [outubro, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. 2003.

⁵⁸ Fala de um mediador do Centro Ecológico em entrevista concedida em 23/10/2003: “não podemos perder a nossa **expertise** que é a agricultura ecológica”.

mediadores. Para isso, a suas funções foram mudando, no decorrer do tempo, novos papéis foram e vão se fazendo necessários e, no momento atual, eles estão mais direcionados à elaboração de projetos, começando a pensar (ou repensar) o seu papel como sendo de “orquestração das ações que possam alavancar o desenvolvimento sustentável da região, nos rumos que a gente quer, que é mais simples que passar de casa em casa de agricultor”⁵⁹, de acordo com um dos técnicos.

Considero que o importante é se dar conta dos investimentos que estes técnicos fazem para se manterem mediadores, ou seja, “cruciais” em algum nível, e isto, ao meu ver, não é uma “estratégia consciente” (deliberada), não se trata apenas de uma disputa para que possam ter acesso a ganhos patentes (salários); a idéia de promover projetos de desenvolvimento no meio rural justifica a existência social desses técnicos, que está vinculada à existência de seus alvos sociais (estimular a prática da agricultura ecológica), sentindo-se, portanto, “dotados, objetivamente, logo subjetivamente, de uma missão social”(BOURDIEU, 2001, p. 294)⁶⁰.

Desta forma, pode ser possível explicar (ou compreender), em parte, porque “o fortalecimento da autonomia das populações rurais” posto por eles como um dos objetivos de “promover a prática de uma agricultura ecológica”⁶¹ acabe se constituindo numa *autonomia relativa* para os agricultores ecologistas engajados, como pretendo apresentar no próximo capítulo.

⁵⁹ Mediador do centro Ecológico: depoimento. [outubro, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. 2003. A questão de “passar de casa em casa” remete ao início do trabalho na região que, como conta, outro mediador: “na comunidade de Santo Antão, por exemplo, durante dois anos, quase todos os dias a minha **missão** era visitar aqueles agricultores, encaminhar e acompanhar, enfim. Era muito mais intenso o trabalho nas propriedades (...)” (Mediador do centro Ecológico: depoimento. [abril, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. 2003).

⁶⁰ Bourdieu (2001, p. 294), discorrendo sobre os jogos sociais propostos pelo mundo social proporcionarem algo mais que seus móveis aparentes (salário, preço), “que consiste no fato de sair da indiferença”, em ser dotado de sentido.

⁶¹ Disponível em <[http:// www.centroecologico.org.br](http://www.centroecologico.org.br).

3 LÓGICAS DE ENGAJAMENTO DOS AGRICULTORES ECOLÓGISTAS

O objetivo deste capítulo é identificar as lógicas de engajamento dos agricultores ecologistas de Antônio Prado e Ipê na agricultura ecológica. Busco enfatizar a heterogeneidade observada em cada subgrupo de agricultores ecologistas em relação ao engajamento e às retribuições esperadas.

Início reconstruindo as trajetórias sociais desses agricultores, procurando salientar aspectos que considere pertinentes para identificar os capitais portados, as posições ocupadas neste espaço social e para explicitar as diferentes tomadas de posições frente à agricultura ecológica. Na análise dessas trajetórias, procuro compreender as distintas tomadas de posições e estratégias dos agentes sociais em relação às *práticas e aos discursos* que definem o que representa “fazer” agricultura ecológica.

Essas duas dimensões – trajetórias e lógicas de engajamento – estão intrinsecamente relacionadas, uma vez que são os tipos de recursos ou capitais acumulados nas trajetórias que permitem o desenvolvimento de um certo tipo de engajamento na agricultura ecológica. Assim, trabalho com a hipótese central de que os agricultores ecologistas que em suas trajetórias acumularam mais capital cultural e social engajam-se na agricultura ecológica buscando ampliar esses capitais, enquanto os agricultores ecologistas que são mais desprovidos destes capitais engajam, principalmente, buscando retribuições materiais, como o acúmulo de capital econômico.

Entendo que o capital cultural (BOURDIEU, 1998, p. 170), seguindo o referencial teórico já apresentado no capítulo primeiro, não se restringe ao capital escolar, comportando também o adquirido na família de origem e em instâncias associativas que possibilitem o conhecimento de problemáticas e vocabulários. O capital social é representado pelas “relações” (BOURDIEU *apud* RIST, 2000, p. 139), ou seja, o conjunto de redes de relações sociais que um agente pode mobilizar

em seu proveito. E o capital econômico é concebido como o acúmulo de bens materiais e/ou de recursos financeiros.

O capítulo será apresentado em três tópicos. No primeiro é apresentado o subgrupo dos agricultores ecologistas considerados “mais engajados” pelos técnicos e, na expressão de um deles, “os bons agricultores”; no ponto seguinte, analiso o subgrupo dos classificados como “parcialmente engajados”. O terceiro subgrupo, apresentado no tópico 3.3, é composto pelos agricultores ecologistas considerados “menos engajados” ou “resistentes” e alguns que desengajaram da agricultura ecológica, buscando evidenciar a diversidade observada neste subgrupo.

3.1 “OS BONS AGRICULTORES”

Os agricultores ecologistas que integram este grupo, considerados como os “mais” engajados na agricultura ecológica pelos mediadores, têm em suas trajetórias sociais características semelhantes. Eles se constituem como lideranças na suas comunidades e em outras instâncias organizativas, como sindicatos, partidos políticos, representações da Igreja Católica e em outras organizações da agricultura familiar no Estado.

Estes agricultores se diferenciam quanto ao volume de capital cultural portado se medido em termos de capital escolar, mas convergem em termos de participação em cursos de formação em agricultura ecológica.

A primeira trajetória evidenciada neste subgrupo é a do agricultor ecologista Tadeu⁶². Tadeu tem 40 anos, vive em uma comunidade rural em Antônio Prado com sua esposa e dois filhos menores de idade. Os seus avós eram agricultores, seus pais operários de um frigorífico em Antônio Prado; assim, ele foi criado na cidade, mas considera que na região não há como não estar ligado à agricultura.

⁶² Os nomes dos agricultores foram alterados com o objetivo de não revelar sua identidade.

Aos 21 anos, em 1984, ele foi estudar num Seminário em Caxias do Sul, o seu objetivo era ser padre, mas desistiu e permaneceu na instituição até o ano de 1987, quando concluiu sua formação em Filosofia. Continuou desenvolvendo um trabalho ligado à Igreja, através da Pastoral da Juventude e da Comissão Pastoral da Terra. Quando saiu do Seminário, em 1988, começou a trabalhar como “assessor de comunidades” e como “liberado” da Pastoral; explica que eram funções bem distintas: a primeira uma função mais religiosa, e a outra uma função social, de organizar os agricultores:

Eu era liberado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Então uma das minhas incumbências **era fomentar a agricultura ecológica** com os jovens da Pastoral da Juventude, era para fazer uma ligação entre eles, para se reunirem (...) fazer reunião, marcar reuniões nas comunidades para falar de agricultura ecológica sempre junto com o Centro Ecológico. (...) Eu tinha essa função de provocador, tinha estrutura para isto, carro, telefone que na época os agricultores não tinham; então, por exemplo, eu passava nas casas pedindo para eles separarem certos produtos que tal dia sairia uma carga.⁶³

O estudo de WOLF (1956, p. 1.073) sobre as relações dos grupos orientados para a comunidade e para nação (*community-oriented and nation-oriented*) no México, aponta que:

Os indivíduos que estão aptos a atuar em termos de expectativas orientadas para a comunidade e para a nação tendem, então, a serem selecionados para a mobilidade. Eles tornam-se “mediadores” (*brokers*) (...) das relações nação-comunidade(...).

Seguindo essa perspectiva teórica para analisar a trajetória deste agricultor ecologista, percebo Tadeu como um indivíduo que apresenta a mobilidade requerida para se tornar um mediador “das relações nação-comunidade”, nos termos de WOLF (1956), mediando, neste caso particular, a relação Centro Ecológico–agricultores, na construção do referencial da agricultura ecológica. Ele permaneceu nesta função de “assessor da Pastoral” até 1994.

⁶³ TADEU. Agricultor ecologista da AECIA: depoimento. [janeiro, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. Antônio Prado, 2003.

Ele se tornou agricultor ecologista quando casou, em 1992. Entretanto, a sua formação em agricultura ecológica inicia em 1988/89, aproximadamente, com a formação do grupo que deu origem a AECIA, pois, pela função que exercia na Pastoral, precisava ter conhecimento para poder convencer os agricultores a engajarem-se na agricultura ecológica.

Durante o tempo em que estava no Seminário em Caxias do Sul, interessou-se pelo trabalho desenvolvido pela Pastoral Operária e começou a participar do movimento de bairros, do processo das “Diretas Já”. Em 1988, Tadeu é um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) em Antônio Prado. Em 2000, por sua militância, saiu candidato a vereador de Antônio Prado, estando então, atualmente, cumprindo seu primeiro mandato, e será candidato a reeleição. A sua *luta* como vereador é por todos agricultores:

Nós somos agricultores agora com o adjetivo ecológico, mas não podemos nos restringir somente ao ecológico. A briga de um agricultor familiar deve ser a briga de todos agricultores familiares. Acho que tu deves estar junto dos demais agricultores independente de ser ecologista ou não. A chance dele deixar de ser convencional para ser ecologista vai ser pelo convívio, ganhando a simpatia dele, chamando ele para mostrar que o agricultor ecologista não está passando fome, que não está poluindo a água e não está se contaminando. A contaminação é um dos maiores problemas que nós temos na nossa agricultura convencional e familiar. (...) Eu, como vereador, não posso, digamos, empunhar a bandeira da agricultura ecológica, eu até poderia, mas não me sinto à vontade porque não tem uma política pública específica, devo pressionar para que haja, mas a minha briga é a de todos os agricultores.⁶⁴

Ao falar da *briga dos agricultores familiares*, ele está contribuindo para construir socialmente a categoria que se caracteriza por esta *briga*, como está legitimando a sua “presença” dentro da Câmara Municipal, no caso, se colocando como representante de “todos os agricultores” nesta briga perante a Prefeitura⁶⁵. Esta “briga” pode ser vista como uma luta para “conquistar a adesão dos cidadãos; é também uma luta para subverter – a *distribuição do poder sobre os poderes*

⁶⁴ *Idem.*

⁶⁵ Ele ressalta a importância de se “conquistar os espaços públicos que estão vazios”, refere-se, por exemplo, ao fato do município de Antônio Prado não ter Secretaria de Agricultura.

públicos – ou pelo monopólio do uso legítimo dos recursos políticos objetivados – (...) finanças publicas, etc.” (BOURDIEU, 2002, p. 174).

Pela *investidura* no cargo de vereador, Tadeu, de fato, constitui-se como representante político. A *investidura* exerce uma eficácia simbólica inteiramente real, como explica BOURDIEU (1996b); consiste em consagrar a diferença, fazendo-a existir enquanto diferença social conhecida e reconhecida pelo agente investido e pelos demais. Este ato é capaz de transformar ao mesmo tempo as representações que a pessoa investida faz de si mesma, bem como os comportamentos que ela acredita estar obrigada a adotar para se ajustar a tal representação (*Idem*, p. 99).

Assim, quanto ao Tadeu (não se sentir à vontade para impor a bandeira da agricultura ecológica), ele está buscando se posicionar neste novo espaço de atuação, o campo político, apropriando-se da lógica própria deste campo, o que exige o desenvolvimento de uma competência específica, de um *habitus* político.

Para ser bem sucedido neste “jogo”, ele deve conciliar nesta nova posição social os interesses do capital político delegado pelo partido do qual é mandatário e o capital pessoal de *reconhecimento acumulado em outros domínios* que pôde ser reconvertido neste espaço (até possibilitando a sua eleição).

A estratégia empregada por este agente consiste em sujeitar o seu *interesse expressivo* à transformação necessária para introduzi-lo na ordem do que é “dizível” neste espaço social, buscando compreender as possibilidades objetivamente oferecidas pela “realidade” e as suas diferentes pretensões subjetivas. O que significa, neste caso particular, Tadeu fazer de seu *discurso* um enunciado performativo, colocando-se como representante de “todos agricultores familiares”, buscando construir um princípio de pertinência, de uma identidade comum, agricultores familiares e, a partir desta identificação enquanto grupo, poder inculcar nestes agricultores familiares (não ecologistas) um sistema comum de categorias de percepção e apreciação para fundar uma nova categoria social, no caso, o agricultor familiar ecologista, ou, apenas, agricultor ecologista.

Enfim, a estratégia deste agricultor ecologista como vereador se revela uma forma particular de *luta entre classificações* pela definição da identidade de agricultor ecologista, luta entre representações, pelo monopólio de poder *fazer ver e fazer crer*, expressa na idéia, por exemplo, de mostrar que o agricultor ecologista não está passando fome, que não está poluindo a água e não está se contaminando, visando a impor a definição legítima das "di-visões" do mundo social, e assim *de fazer o grupo*.

Quanto a seu trabalho como agricultor ecologista, ele conta que no início a família enfrentou dificuldades técnicas, perderam produção, por isto Tadeu diz que é preciso ser persistente para aguardar os resultados da produção ecológica. Neste sentido, avalia que as universidades e os órgãos de pesquisa deveriam ter como prioridade a "agricultura verdadeira", fornecendo conhecimentos concretos e eficientes ao agricultor ecologista.

Ele chama a agricultura convencional de "sintética", afirmando que a certificação não devia ser para o produto ecológico, e sim para o convencional, pois "as pessoas deveriam saber que estão consumindo uma maçã com 30 tipos de venenos, e não um produto puro".

Quanto ao ingresso na agricultura ecológica, ele considera uma decisão política de participar, pois para ele quem entra no movimento ecológico tendo como único objetivo ganhar dinheiro, não agüenta:

É muito trabalho, trabalho que eles nem pensaram que precisava fazer; tem que participar de reuniões, de formação, de encontros em outras cidades e estados, receber visitas, pensar que tem que cuidar melhor do lixo da tua casa, da água, da relação homem e mulher, pois não me adianta produzir ecológico e explorar minha mulher ou meu filho.⁶⁶

Então, Tadeu explicita a sua concepção do que é agricultura ecológica, a dimensão objetiva das práticas, que vão desde a participação em reuniões e atividades de formação até encontros em outros estados, e uma dimensão mais

⁶⁶ TADEU. Agricultor ecologista da AECIA: depoimento. [janeiro, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. Antônio Prado, 2003.

subjetiva onde as práticas devem ser orientadas por *valores*, como o cuidado com a natureza e com relação familiar. Isto expressando o que está presente naquele “produto puro”, que ele citou anteriormente, é mais do que “não usar 30 tipos de veneno”, é “não explorar a mulher e o filho”. Estes aspectos vão constituindo o produto ecológico como um bem simbólico, ou seja, “que o seu “valor” não seja diretamente redutível ao valor em dinheiro” (BOURDIEU, 1996c, p. 173).

Para ele o que afasta os agricultores convencionais da agricultura ecológica é que eles não estão acostumados a serem *sujeitos do processo*:

Por exemplo, na AECIA, para entrar, uma das condições é participar de reuniões porque agricultura ecológica nos moldes que a gente faz é o agricultor ser sujeito do processo. Ele que comercializa, industrializa, participa da reunião, não é alguém que representa a todos, tem que ser sujeito, tem que sair da propriedade. (...) Na agricultura convencional se estabelece que não precisa sair de casa para vender, alguém comercializa para ele. Esta história de você sair, ter que pensar em conjunto, decidir como comercializar faz com que eles percebam que agricultura ecológica não é só não usar veneno, é um conceito maior.⁶⁷

Portanto, para engajar neste “conceito maior” de agricultura, é preciso se *enquadrar*, presente na idéia “nos moldes que a gente faz”, que faz parte do processo de instituição do “quadro de referência” apreendido como *dominante*, que orienta a ação dos agricultores engajados na agricultura ecológica, conforme apresentado no capítulo anterior, onde uma das exigências é participar de reuniões.

Nesse sentido, engajar-se na agricultura ecológica significa assumir estas *práticas* ou construir esta nova forma de ação no espaço social, descrita pelo Tadeu. Estas práticas e as suas representações revelam o “*componente identitário* extremamente forte que constitui uma dimensão essencial” do referencial, que de acordo com (MULLER, 1995, p.162-3), fundam a visão que o grupo de agentes sociais tem de si e de seu lugar na sociedade; neste caso, a visão que este agricultor ecologista tem de si e do grupo a que pertence, assim, do seu papel na sociedade.

⁶⁷ *Idem.*

Quanto à retribuição por ser ecologista, ele quer receber um preço justo, que não deixe o agricultor marginalizado, mas o lucro não é o principal objetivo. “Nós, ecologistas, também queremos dinheiro, mas além disto queremos nos viabilizar, mantendo o homem e a mulher na roça, ou seja, é ser agricultor”⁶⁸.

Nesta perspectiva, a feira para o Tadeu representa: “Não é apenas um espaço de ganhar dinheiro, mas é um espaço de muitos contatos, lá se consegue ver a diversidade do movimento ecológico no Estado”⁶⁹.

Claro que o produto ecológico é um bem econômico, tem um preço, característica própria da economia, das trocas econômicas (BOURDIEU, 1996c, p. 168), mas Tadeu expressa uma censura ao interesse econômico, onde o preço é posto como algo que “deve ficar vago” (preço justo), manifestando uma lógica própria da economia dos bens simbólicos. De acordo, com essa dimensão simbólica, a representação de viabilizar o homem na roça, não se restringe à viabilidade econômica, significa “ser agricultor”, com todas as imagens e representações (pretensões subjetivas) associadas a essa expressão, que pode ser traduzida na *busca de reconhecimento* (de si), da sua “razão de ser”⁷⁰.

Neste sentido, a feira não é apenas um espaço comercial de venda de um bem econômico, é um espaço de ampliação do capital social em termos de rede de relações sociais, sendo um investimento em busca de lucros simbólicos.

A segunda trajetória evidenciada neste subgrupo é a do Valdir. Ele é agricultor ecologista, tem 41 anos, reside numa comunidade rural de Ipê. A sua família é de origem italiana, os pais e avós sempre trabalharam na agricultura, fazendo o que ele considera uma agricultura tradicional com menos tipos de cultura, produzindo milho, feijão, soja e uva.

⁶⁸ *Idem.*

⁶⁹ *Idem.*

⁷⁰ BOURDIEU (2001, p. 294), abordando sobre o mundo social oferecer “o que há demais raro, a saber, o reconhecimento, (...) simplesmente, a razão de ser”.

A família tem uma história de participação na comunidade. O bisavô era carpinteiro e construía igrejas, então era uma “família tradicional de trabalho, sempre ajudou na comunidade e também dentro da comunidade, criaram uma associação que tem uns 20 anos”⁷¹. Assim, este agricultor considera que, quando ingressou na agricultura ecológica, ele já tinha uma idéia da importância do associativismo, ao que ele se refere como “todo um espírito humanitário”⁷².

Valdir saiu da propriedade durante três anos, para estudar num Seminário em Vacaria. No entanto, desistiu de ser padre e se formou técnico em contabilidade em 1990, concluindo o segundo grau. No ano seguinte, 1991, voltou para casa. Ele relata a experiência:

Como eu estava trabalhando com a Igreja, na catequese, ouvia o pessoal falar que no seminário era bom, o convívio com as pessoas, um espaço de se estudar, e eu fui e não me arrependo, pois se não tivesse seguido esta aventura nem segundo grau eu tinha, de repente (...)⁷³

Assim, a Igreja, no caso o Seminário, se constituiu como um espaço importante para formação de capital cultural deste agricultor, medido em termos de capital escolar (espaço de se estudar). Ele continuou ampliando este capital cultural após o ingresso na agricultura ecológica, em 1992, principalmente pelo contato com novas temáticas e vocabulários. O tema que ele considera mais interessante é a questão da biodiversidade, especialmente o trabalho com o resgate das sementes crioulas.

Quanto aos cargos ocupados, ele já foi presidente e contabilista da associação de agricultores ecologistas de que faz parte, a APEMA, foi vice-presidente no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ipê e hoje é suplente do Vice-Presidente. Ele concorreu a vereador nas últimas eleições municipais, em 2000, mas não se elegeu, o que, segundo ele, foi bom, pois tinha concorrido pelo PMDB

⁷¹ VALDIR. Agricultor ecologista da APEMA: depoimento. [maio, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. Ipê, 2003.

⁷² *Idem.*

⁷³ *Idem.*

pensando em ter mais alcance dentro do município; no entanto, afirma que sempre foi PT, então foi melhor não ter se eleito para não ficar amarrado.

Ele gosta de lidar com as pessoas, buscando desenvolver um trabalho de organização social, sente-se valorizado quando seu trabalho é reconhecido e as pessoas o seguem, ele se considera uma liderança: “Na verdade, eu sou uma liderança, porque em tudo que é reunião me chamam, não sou só eu, mas eu atuo tanto na Igreja como no Sindicato, comunidade, então tu vai tendo respeito assim (...)”⁷⁴.

Assim, percebo Valdir inserido num processo de formação de um capital simbólico de reconhecimento, tendo como efeitos a ampliação de um capital social de origem, herdado da família, além do capital social acumulado na sua atuação, em diferentes trabalhos ligados à Igreja Católica, formando uma rede de relações sociais que passa a se ampliar a partir do seu engajamento na agricultura ecológica, quando começa a atuar na Associação de Agricultores Ecologistas, no Sindicato, Conselho das Associações, Grupo de Agrofloresta⁷⁵, entre outras instâncias organizativas ligadas ao movimento ecológico.

À medida que este agricultor ecologista vai acumulando capital cultural e social, ele passa a assumir funções de destaque, na comunidade, por exemplo, como ser monitor do Curso de Comunicação promovido pelo Centro Ecológico. Também para “fora dela”, constituindo-se como *porta-voz autorizado* do grupo; ele então recebe o direito de falar e agir em nome do grupo, como uma *procuração*, que lhe concede “força de representação” (BOURDIEU, 1996b, p. 81-116).

Assim, ele tem ministrado palestras, painéis, oficinas sobre biodiversidade e agricultura ecológica em eventos como, por exemplo, Encontro Estadual de Agricultura Ecológica, Fórum Social Mundial, sendo representante do grupo de

⁷⁴ *Idem*.

⁷⁵ Sistemas Agroflorestais (SAF) são formas de produzir alimentos onde ocorre a introdução e o manejo de árvores ou arbustos juntamente com lavouras, pomares e criações de animais, o CE com apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente vem incentivando a implantação de SAF na Serra Gaúcha. (Folder do projeto Manejo Agroflorestal na Serra Gaúcha)

agricultores ecologistas em atividades da “Campanha Brasil Livre de Transgênicos”⁷⁶ em Brasília, dentre outros eventos.

Pela familiarização ou pela exposição, a língua legítima, no caso um “vocabulário próprio” da agricultura ecológica (discurso ecologista), Valdir foi incorporando as regras deste espaço, constituindo um *sentido prático* da relação objetiva entre sua competência lingüística e social e o espaço de relações da agricultura ecológica (através do qual se realiza esta relação). Isto lhe permite a “antecipação dos lucros”⁷⁷, ou seja, o desenvolvimento de uma certeza das sanções positivas em que se funda a *segurança*, como é possível observar na citação abaixo:

Eu sentia mais dificuldade de conseguir passar as idéias, mas quando começamos a agricultura ecológica, no curso de comunicação eu fui me superando um pouco, (...) desde o começo sempre enfrentando; quando eu entrei, tive muita dificuldade, só que eu fui me aperfeiçoando com o contato com as outras pessoas. Outro ponto fundamental foi que a gente começou a se sentir valorizado com o que se faz, porque até então a gente trabalhava, se matava e ainda não era valorizado. Depois, com a agricultura ecológica, a gente começou a se sentir valorizado, e a gente começou a trabalhar com muito mais amor, então que começou a dar certo.(...)⁷⁸

Esse *discurso* de Valdir revela também a dimensão dos valores que estruturam a *prática* da agricultura ecológica (trabalhar com mais amor). Essa dimensão está incorporada no produto ecológico, este que passa a representar uma *dádiva*, por exemplo, quando este agricultor me diz que fazer a agricultura ecológica é “um trabalho que resulta em vida e que as pessoas precisam dela”. Ele explicita, assim, a proposição de “dar para além das possibilidades de retribuição”, como tratado por BOURDIEU (1996c, p. 173) em seu estudo sobre a troca de dádivas entre agentes engajados numa economia de trocas simbólicas. Diante destas representações de sua prática, Valdir apresenta uma lógica de retribuição na agricultura ecológica não material, afirmando a busca de ganhos simbólicos (reputação, reconhecimento) subjacentes a idéias de uma “vida digna”: “A gente não

⁷⁶ Campanha organizada pela rede PTA, coordenada por seis ONGs, sendo o Centro Ecológico uma delas.

⁷⁷ Bourdieu (1996a), abordando a “Dinâmica do campo lingüístico” e “A antecipação dos lucros”.

⁷⁸ VALDIR. Agricultor ecologista da APEMA: depoimento. [maio, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. Ipê, 2003.

pensa em ficar rico, mas ter uma vida digna, uma vida boa, que a gente possa ter saúde. Principalmente também não nos explorarmos no trabalho, assim não querer ser ganancioso e respeitando a natureza”⁷⁹.

A terceira trajetória que apresento é a de Renato; ele tem 35 anos e mora numa comunidade rural de Ipê, a Vila Segredo. Os seus bisavôs vieram da Itália, seu avô chegou no Rio Grande do Sul com 12 anos, se instalaram nesta comunidade e sempre trabalharam com agricultura.

Quando ele concluiu o primeiro grau, saiu da propriedade para estudar. Ele tinha treze anos quando foi para um colégio interno em Ipê, para fazer o segundo grau. Quando concluiu o curso, foi para Santa Maria estudar num Seminário, queria ser sacerdote, mas não continuou os estudos por questões financeiras; assim, fez dois anos de Teologia e Filosofia.

Ao voltar para casa, ele tinha a intenção de desenvolver algum trabalho na região, no município, tinha a perspectiva de voltar para a agricultura e trabalhar com a área social. Então, ele conta que, quando voltou para Ipê, o Centro Ecológico já tinha se instalado, fazendo um trabalho com agricultura ecológica. Havia naquele período duas associações, a AECIA, já formada, e a APEMA começando. Então, ele tomou conhecimento deste processo e decidiu organizar um grupo, formando a Associação dos Agricultores Ecologistas da Vila Segredo (APEVS), em 1992: “Comecei a organizar um grupo aqui na vila, só de jovens, porque o êxodo rural foi uma coisa muito marcante na nossa região, e começamos a trabalhar com um grupo formado por 90% de jovens, e tinha uns 2 ou 3 com 40 e poucos anos”⁸⁰. Ele considerava interessante “vir (para Ipê) para desenvolver trabalhos nos movimentos populares, criar um espaço diferente na sociedade, uma ação mais política, mais sindical”⁸¹.

⁷⁹ *Idem.*

⁸⁰ RENATO. Agricultor ecologista da APEVS: depoimento. [junho, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. Ipê, 2003.

⁸¹ *Idem.*

Na época em que o Renato estava na universidade, em Santa Maria, começou a participar de movimentos para organização dos bairros, do movimento sindical, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) da Igreja Católica que, segundo ele, tinha uma articulação forte; foi também neste período que iniciou seu contato com partidos políticos. Ele explica que teve uma resistência para entrar, mas, quando entrou e viu o valor do processo, não quis mais sair. Portanto, “o engajamento político é percebido como um abrir de olhos, conscientização de uma realidade”, como tratado por ANJOS (2002, p. 203-4), referindo-se ao engajamento político como uma “guinada” nas trajetórias dos literatos cabo-verdianos que permite o aparecimento da figura do militante-político como o novo mediador entre “o povo” e a nação, a nação e o ocidente.

Para este agricultor ecologista, foi o curso de filosofia que lhe proporcionou um conhecimento político, como ele enfatiza, “político partidário”, no sentido, de começar a ter uma visão política dos partidos, de distinguir qual partido é bom e qual não é e por que razões, bem como em relação aos movimentos populares.

Como explica BOURDIEU (2002, p. 164-5), alguns instrumentos materiais e culturais são necessários para uma participação mais ativa na política, principalmente, o *tempo livre* e o *capital cultural*. Assim, a busca do Renato pela formação de um capital cultural, especialmente, em termos de capital escolar, possibilitou o acesso à formação de um capital político, mostrando a interligação entre a formação destas duas espécies de capitais.

Desde que começou a fazer agricultura ecológica, Renato já ocupou diferentes cargos em entidades sociais e políticas na região. Ele foi presidente da associação de agricultores ecologistas da qual é sócio, integrou a direção do Sindicato, foi Presidente do Conselho das Associações e na Igreja atuou em várias funções. Atualmente é sócio da APEVS, do Sindicato e Presidente do Partido dos Trabalhadores em Ipê.

A ampliação do seu capital social em termos de rede de relações sociais se dá pela participação nas atividades promovidas pelo movimento sindical e pela Igreja Católica, assim já ministrou oficinas e palestras para diferentes públicos sobre o

tema agroecologia, destaca a sua participação em eventos para o Movimento de Alfabetização (MOVA), no Segundo Fórum Social Mundial em Porto Alegre e no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) em Vacaria.

Quanto à retribuição por produzir de forma ecológica, Renato diz que:

A primeira questão é a saúde, depois a questão da dignidade humana dentro deste processo todo, então vem a questão econômica, que é também fundamental e sem esta se esbarra, pois é ela que dará sustentabilidade neste contexto e estes fatores unidos resultarão no crescimento da propriedade.⁸²

Portanto, ele manifesta uma lógica de retribuição própria de um agente que participa, ao mesmo tempo, de “um universo econômico e de tal ou qual sub-universo antieconômico”, como se refere BOURDIEU (1996c, p. 189-190), estudando como “a característica paradoxal da economia da benemerência revela-se de modo especialmente visível no caso da Igreja Católica contemporânea”.

Esta “espécie de dupla consciência”, nos termos aplicados por BOURDIEU (1996c), faz com que este agricultor afirme que o mais importante são os lucros simbólicos, mas estes precisam ser convertidos em lucros materiais (econômicos), pois sem eles “se esbarra”, evidenciando, assim, o quanto a dimensão, propriamente, econômica da prática está ligada à dimensão simbólica que torna possível a realização das funções econômicas.

A quarta trajetória reconstruída por mim é a de Tobias, que é agricultor ecologista, tem 53 anos, faz agricultura ecológica há 9 anos. Vive na Capela Santa Catarina, em Ipê, com sua família.

Antes de entrar na agricultura ecológica, ele participava da Cooperativa de Antônio Prado, como sócio e representante de zona, que serve para dar os recados na comunidade. Ele sempre foi sócio do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ipê, mas a primeira vez que integrou a diretoria foi após seu ingresso na agricultura ecológica.

⁸² *Idem.*

Quando se formou o grupo de agricultores ecologistas na sua comunidade, em Ipê, ele foi eleito o primeiro coordenador do grupo, e permaneceu no cargo por quatro anos, como descreve:

A primeira diretoria, nós estávamos em 16 agricultores lá no Centro, foi feito uma eleição para coordenador e eu fiz 14 votos para ser coordenador do grupo. Então fiquei no cargo durante dois anos e pedi para trocar, mas não trocamos. No outro ano teve eleição de novo e me elegeram mais um ano, então no seguinte resolvi que não podia mais ser reeleito, concordaram. Mas eu levei quatro anos para sair da diretoria da associação.⁸³

Tobias participou do Curso de Comunicação e Expressão durante dois momentos; primeiro fez o curso como participante, o que para ele representou um esforço de vencer “o medo de falar que tinha desde de criança, gerado pelos pais, porque na época os filhos tinham que ficar ali no canto, se esconder quando tinham visitas”⁸⁴. No segundo momento foi convidado para ser monitor deste curso, então deu o curso o ano inteiro, assim considera a vivência: “Nós éramos os da frente, que guiava o curso, que apresentava as coisas, então isso era legal porque você aprende num ano e no outro você está lá na frente (...)”⁸⁵.

Esse depoimento demonstra a dimensão *do tempo*⁸⁶ necessário para construir novos esquemas de percepção e de ação através de um trabalho específico de socialização que tem a sua consagração (ou reconhecimento social) representada pelo convite feito pelo Centro Ecológico a Tobias para ser monitor do curso no ano seguinte. Esse convite constitui um ato de instituição, no sentido que impõe a este agricultor uma propriedade que permite que ele transgrida os *limites arbitrários* da ordem social e mental tal como ele os apreende, isto é, legitimando-se para ser “os da frente”. Esta maneira *lícita* de transgredir os limites só se faz possível

⁸³ TOBIAS. Agricultor ecologista da APESC: depoimento. [maio, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. Ipê, 2003.

⁸⁴ *Idem*.

⁸⁵ *Idem*.

⁸⁶ O processo de transformação de um *habitus* é prolongado, contínuo, insensível, e mesmo quando sancionado por ritos de instituição, como explica BOURDIEU (2001, p. 200), “exclui, salvo alguma exceção, as conversões repentinas e radicais”. Portanto, a dimensão do tempo, a que me refiro no depoimento do agricultor, é ilustrativa, pois a transformação das categorias de percepção deste agricultor é fruto de um processo contínuo.

porque é autorizada por uma instituição reconhecida (no caso, o Centro Ecológico), que possui um capital simbólico apoiado no reconhecimento coletivo dos agricultores ecologistas que integram aquele espaço de relações.

Desde que ingressou na agricultura ecológica, já participou de programa de televisão (do programa da EMATER, Rio Grande Rural), recebeu “gente de fora” que foi visitar a sua propriedade; houve um período, de aproximadamente dois anos, em que chegou a receber até duas visitas por semana. Ele diz que: “era bastante gente, às vezes trinta ou quarenta técnicos, então era 10/15 minutos falando, para mim isso eu considero uma palestra”⁸⁷.

Sempre que este agricultor conseguia realizar uma atividade para qual era convidado “era uma surpresa”, então pensava: “mas eu não estudei”⁸⁸, sou um agricultor como é que cheguei até aqui!”⁸⁹.

Este processo de formação de novas categorias de percepção do espaço social é um “encontro pelo desencontro”, pois esta *superação* a que o Tobias se refere na fala acima é produto de um longo processo de inculcação do conhecimento já mencionado, através de sanções, de correções, de sugestões. Mas, antes de se perceber apto para se inserir em novos espaços, ele reconheceu as suas práticas anteriores como *erradas* (o desencontro):

As palestras deles (os técnicos do Centro) não era uma coisa, assim, você tem que fazer isso ou aquilo, era no sentido de você experimentar, se der certo deu ou se não der vamos de novo, (eles trabalhavam) de uma maneira assim, eles vinham ali, nós estávamos com o trabalho totalmente errado, então eles te ajudavam e tu pegavas outro caminho, então assim foi uma assessoria pra nós que nos deu todo apoio, tinha que crescer de qualquer jeito.⁹⁰

⁸⁷ TOBIAS. Agricultor ecologista da APESC: depoimento. [maio, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. Ipê, 2003.

⁸⁸ Tobias estudou até a terceira série do primeiro grau.

⁸⁹ TOBIAS. Agricultor ecologista da APESC: depoimento. [maio, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. Ipê, 2003.

⁹⁰ *Idem*.

Revela-se, assim, a dimensão de violência simbólica associada ao processo de construção do agricultor ecologista, violência esta que, seguindo a noção teórica desenvolvida por BOURDIEU (1990, p. 106), se exerce *dando forma*, que significa dar a uma ação ou discurso à forma que é reconhecida como legítima, fazendo-se desconhecer enquanto força (arbitrário); no caso, como descrito acima por Tobias, assumindo a forma de sugestão (de experimentar). Neste mesmo sentido, ele descreve o processo de se tornar feirante:

Uma dificuldade que eu sempre vi naquela época foi que a gente só sabia produzir, mas aí começaram a vir as palestras dizendo que ao mesmo tempo você tem que ser produtor e ser comerciante. Então, foi uma dificuldade que a gente teve, porque as pessoas com quarenta, cinquenta anos sempre só produzindo, agora ter que chegar lá e ter que vender (...) a preocupação nossa era conseguir atender bem as pessoas para que elas voltassem, você tem que **falar comercializando** como uma pessoa que se criou dentro de um prédio em Porto Alegre, é uma vivência totalmente diferente da nossa. Então chamamos a assessoria da Coolméia, eles nos deram cursos e relaxamos.⁹¹

O Tobias ressalta as representações de mundos diferenciados, de um agricultor e de uma pessoa de Porto Alegre, mostrando as *fronteiras* a serem vencidas para ser um agricultor ecologista, para se enquadrar no *quadro de referência* construído pelos mediadores como dominante para prática de uma agricultura ecológica (“tem que ser produtor e comerciante”). Essa fala deste agricultor ecologista me faz lembrar o estudo realizado por BOURDIEU (1996b, p. 23-24) sobre a economia das trocas lingüísticas, quando o autor afirma que:

Todo ato de fala e, de um modo geral toda ação é uma conjuntura, um encontro de séries causais independentes: de um lado, as disposições, socialmente modeladas do *habitus* lingüístico, que implicam uma certa propensão a falar e a dizer coisas determinadas (interesse expressivo), definida ao mesmo tempo como capacidade lingüística (...) e como capacidade social que permite utilizar adequadamente esta competência numa situação determinada; do outro, as estruturas do mercado lingüístico que se impõem como um sistema de sanções e de censuras específicas.

Assim, seguindo esta perspectiva teórica exposta acima, é possível compreender a descrição feita por Tobias da *interação* entre um agricultor e uma

⁹¹ *Idem.*

pessoa que “se criou dentro de um prédio”, pois apresentam *habitus lingüísticos* distintos; então, quando ele se refere à dificuldade de “falar comercializando”, ele está ilustrando a representação dessas diferenças, bem como a necessidade de se estabelecer um código comum para que esta relação de comunicação seja possível. Porém, a construção desse código se dá pela sujeição do *interesse expressivo* à censura estrutural deste mercado tal como ele o apreende, configurando as trocas lingüísticas como relações de poder simbólico onde se atualizam as relações de força (desiguais) entre os respectivos grupos (agricultores e consumidores, neste caso particular).

Para ele a agricultura ecológica representa:

Para mim é o máximo que tem para trabalhar na terra, porque eu me sinto bem, porque eu posso botar as mãos na terra, os pés na terra e posso consumir qualquer produto que eu sei que não tem química. Eu tenho certeza que eu estou ingerindo produtos saudáveis e ao mesmo tempo quando estou vendendo um produto saudável. E também preservando a natureza, o meio ambiente e mantendo o solo, porque você trabalha com a química, você acaba terminando com o solo. (...) A melhor herança que tu podes deixar para um filho, para um neto, é um solo fértil, se tu deixa um solo fértil ele produz e essa pessoa consegue viver.⁹²

Esta *imagem* da terra ou solo fértil como herança para os filhos e netos está relacionado aos motivos dados por Tobias para o seu engajamento na agricultura ecológica, que considera que foi por ele e um outro agricultor da sua comunidade, hoje também ecologista, se preocuparem com a migração dos jovens para a cidade, cujas razões poderiam ser a intoxicação dos pais que plantavam, principalmente, fumo. Assim, ele viu na agricultura ecológica uma alternativa para este “problema” e também pela questão da saúde da sua família e da comunidade.

A quinta trajetória que evidencio neste subgrupo é de um agricultor ecologista chamado Francisco. Ele tem 26 anos, mora na linha Pereira Lima em Ipê. Quando a sua família ingressou na agricultura ecológica ele tinha 14 anos. Ele acompanhava o pai nas reuniões da associação de agricultores ecologistas e pensava que a agricultura ecológica seria uma forma de subsistência no interior.

⁹² *Idem.*

Ele ficou sabendo da agricultura ecológica no colégio onde estudava através de um professor que a vinha praticando. Ele estudou até concluir o primeiro grau, afirma que não fez o segundo grau porque a situação financeira na época não permitia, pois o curso só existia na cidade de Ipê, e não havia transporte escolar ainda.

Ele começou "a ter consciência que agricultura ecológica não é só dinheiro faz uns três anos"⁹³. Conta que foi quando ele recebeu um convite para participar do Primeiro Congresso da Pastoral da Juventude Rural em Brasília, em julho de 2000:

Eu nunca tinha saído da redondeza (...), o Presidente do Sindicato me convidou e disse que eu ia para Brasília com o compromisso de depois organizar a juventude aqui (...), então quando cheguei lá vi que eu tinha capacidade para fazer mais coisas, eu já estava pegando o microfone e o pessoal gostava de me ouvir falar (...), aquilo me despertou que o que a televisão mostrava era diferente da realidade, eu vi as diferentes realidades nossa e do pessoal do Nordeste, por exemplo, então eu peguei uma estrada diferente.⁹⁴

A partir deste momento, Francisco começou a participar de cursos de formação de dirigentes para juventude ministrados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e também pela Pastoral da Juventude, iniciando um trabalho com a juventude rural do município de Ipê. Ele percebeu que sozinho não conseguiria mobilizar os jovens, então decidiu encaminhar alguns jovens da sua comunidade para participarem destes cursos de formação, acompanhando-os e auxiliando na coordenação das atividades.

Atualmente, ele faz parte da Coordenação da Juventude na Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF) do Rio Grande do Sul, e vem buscando adaptar os temas propostos pelo "movimento" à realidade do município, para despertar as famílias, a comunidade e conseguir formar grupos interessados em participar "da formação" que para ele "é o combustível que repõe as energias"⁹⁵.

⁹³ FRANCISCO. Agricultor ecologista da APEMA: depoimento. [maio, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. Ipê, 2003.

⁹⁴ *Idem*.

⁹⁵ *Idem*.

Francisco já foi Vice-Presidente e Presidente do Conselho das Associações de Agricultores Ecológicos de Ipê e Antônio Prado, hoje é coordenador da Pastoral da Juventude em Ipê, está Vice-Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ipê até a metade do mandato⁹⁶, quando assumirá como Presidente. Ele considera que, quando assumiu como Vice-Presidente do Conselho, começou a ter contato mais direto com os técnicos do Centro Ecológico e, então, mudou a relação, deixando de vê-los como “fiscais”⁹⁷ como percebia num momento anterior:

Para mim, começou a mudar a relação quando eu comecei a mudar a minha mentalidade e quando tive um contato mais direto com o Centro Ecológico, assumindo no Conselho tive um contato mais direto (...), hoje é uma questão de parceria, a gente de alguma forma consegue estar contribuindo com alguma coisa e o pessoal nos retribui também, por exemplo, nos ajudando na questão da juventude, eu vejo o Centro como um parceiro.⁹⁸

Este processo de “mudar a mentalidade” representa a aquisição das disposições específicas exigidas pelo campo, que, como explica BOURDIEU (2001, p. 199) “se efetua na relação entre as disposições primárias, mais ou menos afastadas daquelas exigidas pelo campo, e as constrações inscritas na estrutura do campo”. Nesse processo de transmutação das disposições primárias em disposições específicas, os ritos de instituição cumprem um papel determinante por encorajar os investimentos iniciais no jogo. Analisando a trajetória social do Francisco, e relacionando a perspectiva teórica de BOURDIEU (2001), é possível perceber que estes ritos cumpriram um papel determinante para a construção de uma “nova visão” da agricultura ecológica e dos mediadores deste referencial.

Por exemplo, o “despertar da consciência”, segundo ele, se deu na participação do Congresso da Pastoral da Juventude Rural, depois no processo de

⁹⁶ Uma única chapa concorreu à Direção do Sindicato neste ano (2004), então houve um acordo entre os agricultores integrantes da chapa que a primeira metade do mandato será cumprida pelo atual Presidente e a próxima por Francisco; o mandato é de três anos.

⁹⁷ Ele usa esta expressão se referindo ao momento inicial do trabalho, em que, segundo ele, ainda “não tinha uma visão própria de agricultura ecológica e o pessoal (do Centro) não tinha às vezes a capacidade de perceber que nós agricultores não entendíamos o papo deles, então aqui em casa quando a gente recebia as visitas entendíamos que era para fiscalizar”(FRANCISCO. Agricultor ecologista da APEMA: depoimento. [maio, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. Ipê, 2003).

⁹⁸ *Idem*.

formação dentro de instâncias organizativas até ser eleito Vice-Presidente do Conselho das Associações, que foi quando começou a ter um outro tipo de relação com os técnicos do Centro Ecológico. De fato, os rearranjos e releituras favorecidos por estes ritos de instituição (investidura em cargos, convites para participação em eventos) possibilitaram aos poucos a transformação das categorias de percepção e de ação deste agricultor ecologista, resultando numa nova posição neste espaço social que oportuniza o estabelecimento de uma relação de reciprocidade com os técnicos (“a gente consegue estar contribuindo e o pessoal retribui”).

Francisco, assim, atualmente, considera que para a “agricultura ecológica expandir, não basta ganhar os corpos, temos que ganhar as cabeças”⁹⁹, ele está se referindo à necessidade de que agricultores ecologistas “tenham consciência” do que é fazer agricultura ecológica: “Não é só ganhar dinheiro, aderir à agricultura ecológica é estar se libertando de um sistema de agricultura que gera exclusão, por isto é importante contribuir para que mais pessoas entrem, ser um agente de transformação”¹⁰⁰.

Assim, esse discurso de Francisco revela a transformação da sua *libido originária* (das suas pulsões e desejos iniciais) em “fazer” agricultura ecológica, numa nova lógica de retribuição, agora valorizando os ganhos simbólicos proporcionados pelo engajamento neste referencial de agricultura, e não mais os materiais.

* * * * *

Neste subgrupo, realizei oito entrevistas, mas escolhi esses cinco agricultores ecologistas por considerá-los representativos da diversidade observada em termos de trajetórias sociais, capitais acumulados e posições ocupadas no espaço social de análise.

Tadeu, por exemplo, migrou da cidade para o campo, tendo uma trajetória peculiar neste aspecto. Antes de seu engajamento na agricultura ecológica, ele já

⁹⁹ *Idem.*

¹⁰⁰ *Idem.*

tinha acumulado em sua estrutura de capitais um volume de capital social, cultural e político. Ao se tornar agricultor ecologista, deixa de ser mediador pela Pastoral, mas continua atuando como mediador, agora, um indivíduo da comunidade local, “orientado para a nação”. Nos termos de WOLF (1956, p. 1.077-8); isso significa que ele estabelece laços com o “nível nacional”, e que serve como “mediador” entre os grupos orientados para comunidade e os orientados para nação.

Considero Tadeu um indivíduo *orientado para nação*; pela rede de relações sociais a que ele está vinculado, a sua atuação extrapola o nível local de mediação comunidade-Centro Ecológico, por desenvolver atividades próprias da posição ocupada dentro do partido político a que é filiado e dentro da própria associação (AECIA), que exigem a sua inserção em outras esferas sociais e políticas que não necessitam da mediação da ONG.

Valdir e Renato têm trajetórias diferentes, mas com uma estrutura de capitais semelhantes, em termos de capital escolar e de capital social, e divergente em termos de capital político acumulado, que Renato tem em maior volume, e de capital cultural em termos de contato com a temática ambiental, que Valdir tem em maior volume.

Tobias e Francisco também apresentam em suas trajetórias aspectos semelhantes em termos de volume de capital escolar, mas a estrutura de capitais destes dois agricultores é bem diferente, pois Tobias, ao engajar-se na agricultura ecológica, já tinha acumulado um capital social em termos de relações na comunidade, já era um representante comunitário (na Cooperativa, na Igreja). E Francisco, pela idade que tinha quando a sua família engajou-se, foi “formado” agricultor ecologista, socializado nas temáticas do movimento ecológico e tornou-se militante, acumulando capital político, social e cultural em termos de contato com novos vocabulários e temas, apropriando-se de um discurso próprio à *imagem* de um agricultor ecologista “engajado”.

Portanto, os agricultores ecologistas deste subgrupo têm uma lógica de engajamento militante na agricultura ecológica. Essa lógica se apresenta sob distintas formas de militância, uma militância política caracterizada por trajetórias

como a de Tadeu, de Renato e de Francisco, por exemplo, que em determinado momento de suas trajetórias sociais passaram por uma “conscientização da realidade da agricultura no país”, então desenvolveram engajamento político na agricultura ecológica, vinculando-se a partidos políticos, a movimentos da agricultura familiar, a organizações da Igreja, ao Sindicato, a diferentes esferas de atuação política que extrapolam *os limites* do “movimento ecológico” propriamente. Constituem-se como novos mediadores “orientados para nação”, aptos a representar tanto grupos de agricultores ecologistas como não ecologistas, como grupos de jovens rurais. Assim, tornam-se lideranças na representação da categoria, e lutam para fazer existir a “agricultura familiar”.

Há também uma militância percebida como uma lógica militante-ambientalista, que se caracteriza como “defensores do meio ambiente” (da biodiversidade, da agrofloresta). Estes agricultores ecologistas, como Valdir, por exemplo, buscam, constantemente, atualizar e ampliar o seu capital cultural, em termos de contato com novos vocabulários e temáticas principalmente ligadas a “práticas” da agricultura ecológica, que propõem uma maior “ecologização” da propriedade, dentro da proposta da construção da denominada “propriedade 100% ecológica”.

O conceito da “Propriedade 100% Ecológica”, foi discutido pela primeira vez no II Encontro das Associações de Agricultores Ecologistas, realizado em 21 e 22 de maio de 1996, em Ipê. Esta foi caracterizada como uma propriedade que: “(i) está organizada com base em um conhecimento do ecossistema; (ii) vive da terra, conservando-a e preservando-a; (iii) assegura a existência de relações humanitárias entre as pessoas que trabalham na propriedade” (Centro Ecológico, 1998, p.9).

Este “conceito” está, de distintas formas, incorporado aos *discursos* dos agricultores ecologistas estudados, mas as disposições (enquanto predisposições) apresentadas em busca da construção desta propriedade 100% ecológica, variam

conforme a estrutura objetiva da posição social ocupada por eles neste espaço social e o momento conjuntural deste espaço de relações¹⁰¹.

No entanto, os agricultores ecologistas que apresentam essa lógica de engajamento (militante-ambientalista) procuram estar ajustados a este “conceito”. Considero, principalmente, as suas tomadas de posições nos espaços de interação quando os temas em pauta referem-se à construção dessa “propriedade”, por exemplo, questionando se um agricultor ou o grupo é, de fato, ecologista (“nós somos ou não ecologistas?”), quando está em pauta na reunião alguma proposta de ação que para os seus esquemas de avaliação se desvia da concepção da propriedade 100% ecológica¹⁰². Na verdade, busco com este exemplo explicitar como se dá o debate (ou a disputa) das *fronteiras* da identidade de agricultor ecologista, entre os próprios agricultores, os agricultores engajados sob uma lógica militante se reconhecem e buscam se impor como também dotados do poder simbólico de consagrar ou de definir os limites legítimos da prática de uma agricultura ecológica.

Para isso esses agricultores investem na ampliação, simultaneamente, de seu capital cultural e social, participando de “intercâmbios” com agricultores de outras cidades, estados e até de outros países, redes de trocas de sementes, enfim, atividades em que se propõe a troca de experiências em agricultura ecológica. Assim, emergem também como novos mediadores representantes tanto das suas comunidades quanto do grupo de agricultores ecologistas como um todo,

¹⁰¹ Os agricultores ecologistas revelam tomadas de posições ambíguas em relação a este “conceito”. O debate em torno deste já foi retomado e esquecido algumas vezes desde de 1996, tendo, recentemente, voltado à pauta de cronograma de reuniões entre agricultores e técnicos em abril de 2003 (momento em que eu estava fazendo a pesquisa de campo desta dissertação).

¹⁰² Cabe esclarecer que este tensionamento sobre a definição do “ser ecologista” está presente mesmo entre os agricultores ecologistas apreendidos sob uma lógica de engajamento militante. Como pude perceber em algumas reuniões, os “militantes-ambientalistas” exigem do grupo de agricultores um maior rigor no cumprimento das normas acordadas entre eles, através do Conselho das Associações para a construção de uma “Propriedade 100% Ecológica”, enquanto alguns “militantes políticos” agem sob uma *certa margem de liberdade*, que lhes permite serem reconhecidos como militantes por suas estratégias políticas implementadas para o fortalecimento da categoria social em novos espaços e, ao mesmo tempo, não serem tão “rigoristas” quanto à adoção de determinadas práticas agrícolas que percebem como ambientalmente mais adequadas ou “ideais” à prática de uma agricultura ecológica.

principalmente em eventos em que o tema é a *questão ambiental* dirigida às “práticas” agrícolas.

Há um terceiro tipo de militância, que denominei “comunitária”; consiste no agricultor que é o líder comunitário, que se constitui como um destaque na comunidade, desenvolvendo a mediação entre os agricultores ecologistas da comunidade e a “nação”, nesta análise, o Centro Ecológico, o Sindicato de Trabalhadores Rurais e outras instituições. Esses agricultores são mediadores “orientados para a comunidade”. Geralmente atuam na esfera local (município) ou Porto Alegre, onde, em razão da Feira Ecológica, já estão inseridos em uma rede de relações sociais que vem propiciando o aumento de seu capital social. Os agricultores que manifestam essa lógica de engajamento – por exemplo, Tobias – são lideranças aptas a dar palestras, cursos de formação (contando a sua experiência), e a formaram o seu capital cultural (medidos) em termos de temáticas e vocabulários na socialização em diferentes espaços, proporcionada, principalmente, pelos técnicos do Centro Ecológico e em alguns casos pela Igreja Católica.

Conforme, apresentado no capítulo primeiro, o espaço social é um espaço de *posições relativas*; sendo assim, esses agricultores ecologistas, que formam este subgrupo, como agentes que ocupam posições semelhantes no espaço social, tenderiam a práticas e tomadas de posições semelhantes (BOURDIEU, 1996b). Isso, de fato, pode ser observado quando se referem ao que significa para eles a agricultura ecológica e quanto às retribuições esperadas pelo seu engajamento. Entretanto, decidi apresentar esta lógica de engajamento denominada de *militante* sob essas três perspectivas para explicitar que, embora esses agricultores invistam para manter a *crença* na dimensão simbólica da agricultura ecológica, o fazem empregando estratégias distintas e atuando em diferentes espaços. Considerarei que apresentando estas lógicas de engajamento sob uma única denominação (militante) encobriria as características distintas observadas entre os agricultores que compõem este subgrupo.

As lógicas de retribuição manifestadas pelos agricultores ecologistas deste subgrupo são próprias de quem se vê como produtor de bens simbólicos, isto é, eles procuram não explicitar o interesse econômico no seu engajamento, ou deixá-lo como um motivo não determinante para a decisão de engajar-se na agricultura ecológica. Assim, afirmam a importância dos lucros simbólicos em produzir de forma ecológica (ganhos de reconhecimento). Essas lógicas de retribuição apresentadas pelos agricultores ecologistas que integram este subgrupo estão diretamente relacionadas às suas lógicas de engajamento, isto é, do que representa para eles “fazer” agricultura ecológica.

Compreendo que eles engajaram-se num referencial de agricultura construído pelos mediadores e apreendido por suas categorias de percepção e avaliação (*habitus*) sob uma dimensão simbólica, na qual ser agricultor ecologista é mais que vender um produto diferenciado e auferir lucros econômicos (no sentido restrito do termo). A verdade deste espaço de relações da agricultura ecológica “é ter duas verdades”, uma verdade econômica e uma verdade simbólica que *a censura*. Faço, aqui, uma analogia à observação de BOURDIEU (1996c, p. 190-1), quando este se referia à “verdade da empresa religiosa”, afirmando ter duas verdades: “a verdade econômica e a verdade religiosa, que a recusa”.

Adotando essa proposta teórica, isto significa que o produto ecológico é um bem econômico, como tal sujeito a trocas monetárias, inserindo na dimensão comercial. Mas a “verdade simbólica” da agricultura ecológica censura que estes produtos sejam vistos como meros objetos sujeitos à lógica da economia mercantil.

A reprodução da crença do produto ecológico como um bem simbólico baseia-se na perpetuação do acordo entre as estruturas mentais destes agricultores e as estruturas objetivas deste “mercado da agricultura ecológica”, no qual a existência de um consumidor apto a reconhecer este produto como dotado de um diferencial que, geralmente, está associado a questões como saúde, respeito à natureza, relações de produção e comercialização “mais transparentes” (feira, por exemplo) torna-se indispensável.

BOURDIEU (1996a, p. 259), estudando o campo de produção cultural, referindo-se à produção do *valor da obra de arte*, afirma:

Sendo dado que a obra de arte só existe enquanto objeto simbólico dotado de valor, se é conhecida e reconhecida, ou seja, socialmente instituída como obra de arte por **espectadores** dotados da disposição e da competência estáticas necessárias para a conhecer e reconhecer como tal, a ciência das obras tem por objeto não a apenas a produção material da obra ou, o que dá no mesmo, da crença no valor da obra.

Cito este referencial teórico de construção do valor da obra de arte por considerá-lo pertinente para analisar a formação de um mercado específico que assegura a comercialização do produto ecológico como um bem simbólico, percebendo o quanto é fundamental a existência de consumidores *competentes* para reconhecer este produto como instituído de propriedades diferenciadas, permitindo, assim, a formação de um espaço de comercialização, também diferenciado, no qual existe o potencial de receber um lucro econômico maior do que no “mercado convencional”, devido, em parte, à *crença* dos consumidores no capital simbólico incorporado ao produto.

Os agricultores ecologistas reconhecem a importância dos consumidores:

Nós temos observado que as vendas, a comercialização, ela não aumenta nem diminui em função do preço. Porque quem vai comprar algum produto ecológico numa gôndola no supermercado ou na feira ecológica são pessoas que têm uma concepção diferente de tudo que está ao redor delas¹⁰³.

As visões de mundo dos agentes sociais, de acordo com o referencial teórico apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, são “visões tomadas a partir de um ponto, isto é, a partir de uma determinada posição no espaço social” (BOURDIEU, 1990, p. 157).

Assim, a partir da estruturação objetiva do referencial da agricultura ecológica nestes municípios de Antônio Prado e Ipê, os agricultores deste subgrupo

¹⁰³ TADEU. Agricultor ecologista da AECIA: depoimento. [janeiro, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. Antônio Prado, 2003.

começaram a ocupar cargos de direção em associações, no Sindicato, no Conselho das Associações, foram se firmando como lideranças, e é então deste ponto no espaço social que eles percebem os outros agricultores ecologistas e a si mesmos. Nessa perspectiva, afirmam o que é “ser ecologista”:

Eu me considero ecologista pelo o que eu penso, ser ecologista é viver e fazer aquilo que tu achas que faz bem para ti, mas ter o pensamento de fazer o bem para o outro também. (...) Todo o trabalho, o que a gente faz não pensar só para si, mas para que os outros estejam felizes e a própria natureza, tentar cada vez agredir menos e assim eu estou tentando sempre defender a vida. E procurando também aceitar as idéias dos outros, por mais que sejam diferentes, não adianta querer que todos sejam iguais.¹⁰⁴

Esse depoimento revela a dimensão subjetiva da “prática” da agricultura ecológica, as representações e imagens do que significa “ser ecologista” vinculadas a valores como a defesa da vida. Os demais agricultores entrevistados neste subgrupo têm compreensões semelhantes à deste agricultor citado no trecho acima; portanto, são estas representações que se impõem como dominantes aos *novatos* (aos que decidem engajar) na agricultura ecológica.

Retomando o que explicou MULLER (1995, p. 158) em seu estudo citado no capítulo primeiro, “os valores são as representações mais fundamentais na definição de um quadro global de ação pública”. Neste caso, esses *valores* definem a ação destes agricultores na busca pelo estabelecimento de *normas* que exigem que os outros agricultores ecologistas, que agem de forma distinta da que eles consideram ideal, possam desenvolver uma “prática” mais próxima de suas representações.

Neste processo de estabelecer normas, eles estimularam, juntamente com os técnicos do Centro Ecológico e da Coolméia, a criação de instâncias de representação política, como o Conselho das Associações¹⁰⁵, que possam impor

¹⁰⁴ VALDIR. Agricultor ecologista da APEMA: depoimento. [junho, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. Ipê, 2003.

¹⁰⁵ A formação do Conselho das Associações de Agricultores Ecologistas é uma das principais deliberações do II Encontro das Associações de Agricultores Ecologistas, já citado, conforme carta em Anexo E. Ele não tinha como função, explicitamente, a normatização das práticas da agricultura ecológica. Entretanto, de acordo, com os agricultores ecologistas, independente das distintas compreensões que eles têm das razões que motivaram a criação do Conselho, todos destacam como a principal função o disciplinamento: “o objetivo é pessoal ficar consciente do que pode e do

limites aos agricultores ecologistas que têm *práticas* que eles classificam como de agricultores que “não são ecologistas verdadeiramente”.

Neste sentido, ressaltam também a importância da Rede Ecovida¹⁰⁶ de Agroecologia:

Eu acredito que a Ecovida é uma estrutura que se a idéia e a concepção com que esta sendo criada for implantada, realmente, conseguir chegar até nós agricultores, ela vai ajudar a resgatar todo este processo, vai exigir que você não seja só produtor, mas seja um ecologista verdadeiramente. Ela não vai só fornecer o certificado, ela vai exigir que você tenha engajamento neste processo, eu acredito que ela vai ter mais força e no momento que ela for certificar o teu produto, vai te exigir algumas coisas. (...) Para gringo tem de mexer no bolso, começar a mexer no bolso dos gringos, aí o pessoal começa a se retrair um pouco mais, vamos se cuidar, se não você vai perder.¹⁰⁷

Assim, esses agricultores ecologistas, se posicionando como “os defensores da definição mais ‘pura’, mais rigorista da qualidade de pertencente” (BOURDIEU, 1996c, p. 253)¹⁰⁸ quando dizem que certos agricultores não são *ecologistas de verdade*, “recusam-lhe a existência”, ou seja, querem impor o seu *ponto de vista* sobre este espaço como o legítimo, estabelecendo os princípios de visão e divisão (*nomos*) deste espaço da agricultura ecológica.

Portanto, os agricultores ecologistas deste subgrupo têm tomadas de posições e estratégias próximas às desenvolvidas pelos técnicos, devido às suas

que não pode ser feito, de que não é um trabalho isolado.” (VALDIR. Agricultor ecologista da APEMA: depoimento. [maio, 2003]. Entrevistador: Carla Alevs. Ipê, 2003). “Era para unificar a política das associações e todas seguirem o mesmo caminho.” (TOBIAS. Agricultor ecologista da APESC: depoimento. [maio, 2003]. Entrevistador: Carla Alevs. Ipê, 2003).

¹⁰⁶ “A Rede Ecovida de Agroecologia é um espaço de articulação entre agricultores familiares e suas organizações, organizações de assessoria e pessoas envolvidas e simpatizantes com a produção, processamento, comercialização e consumo de alimentos ecológicos. A Rede trabalha com princípios e objetivos bem definidos e tem como metas fortalecer a agroecologia nos seus mais amplos aspectos, disponibilizar informações entre os envolvidos e criar mecanismos legítimos de **geração de credibilidade e de garantia** dos processos desenvolvidos pelos seus membros” (Disponível em: <<http://www.centroecologico.org.br>>).

¹⁰⁷ RENATO. Agricultor ecologista da APEVS: depoimento. [junho, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. Ipê, 2003.

¹⁰⁸ BOURDIEU (1996c, p. 253), estudando as lutas internas no campo de produção literária visando a estabelecer os limites do campo.

trajetórias, aos capitais acumulados e à maneira como as suas categorias de avaliação (*habitus*) compreenderam (ou compreendem) a “agricultura ecológica”, o que permite que estes agricultores se engajem nesta “prática” de uma forma que os técnicos os consideram como os “bons agricultores”, os que “têm um melhor entendimento da agricultura ecológica”:

Você vê agricultores que têm um conhecimento e uma prática mais sofisticada que nós técnicos, tem uma série de exemplos, como o Valdir, você vai à propriedade dele e ele está fazendo na prática o que a gente não conseguiu falar, então eu acho que o conhecimento dele é sofisticado, de vanguarda mesmo.¹⁰⁹

A partir das avaliações que os técnicos vão desenvolvendo sobre o tipo ou grau de engajamento destes agricultores ecologistas, estabelecem-se relações mais estreitas, fortalecendo os laços de confiança e reciprocidade. Essa reciprocidade permite aos agricultores se inserirem em novos espaços de formação e ampliação de seus capitais, como o capital cultural, por exemplo, tendo acesso a cursos, palestras, viagens. Isso possibilita que esses agricultores se capacitem cada vez mais como lideranças de seus grupos, sendo assim reconhecidos pelos pares como dotados de propriedades (capitais) requeridas para se constituírem como seus *procuradores ou porta-vozes* junto ao Centro Ecológico e outras instâncias de representação. Então, esta relação de confiança com os técnicos permite a esses agricultores ecologistas o acúmulo de capital simbólico de reconhecimento, podendo ser convertido em nomeação para cargos (representação) do grupo de agricultores.

Aos técnicos, possibilita ter nestes agricultores *parceiros*, que buscam garantir a ordem estabelecida em nível local, constituindo-se, por vezes, como seus “representantes” nas comunidades rurais destes municípios analisados. Assim, estes agricultores ecologistas militantes imersos na *illusio* do jogo, na crença de que os *alvos* valem o investimento, colocam-se como “aliados”¹¹⁰ dos técnicos nesta luta por

¹⁰⁹ Mediador do centro Ecológico: depoimento. [abril, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. 2003.

¹¹⁰ O fato de eu percebê-los como “aliados” não significa que não haja relações de força desiguais entre os mediadores e os agricultores deste subgrupo, mas sim que são construídas de tal forma que o *poder e os* arbitrários como fundamentos são ignorados e, simultaneamente, reconhecidos como legítimos, as distâncias sociais são transfiguradas em respeito e admiração.

definição das fronteiras da “prática” de uma agricultura ecológica, buscando defender a *ordem estabelecida* e reconhecida neste espaço de relações.

3.2 “OS PARCIALMENTE ENGAJADOS”

Este subgrupo é representado por aqueles que ocupam uma posição intermediária no espaço de relações da agricultura ecológica, as suas tomadas de posições são ambíguas, nas reuniões assumem posicionamentos – discursos – próximos “aos mais engajados”, mas nas entrevistas dizem não fazer algumas das práticas que consideram “corretas ou adequadas”, enumerando diferentes razões. Então, busco neste tópico compreender as lógicas de ação destes agricultores ecologistas considerados pelos mediadores como que apresentando uma apropriação “intermediária” do referencial.

Neste ponto, apresento as trajetórias de três agricultores ecologistas que considero representativas da diversidade constatada entre os agricultores ecologistas deste subgrupo.

A primeira trajetória evidenciada é a do agricultor ecologista Lauro. Lauro tem 32 anos, é casado e mora numa comunidade rural em Ipê. Seus avós e seus pais sempre foram agricultores. Ele também sempre trabalhou na agricultura, só saiu para servir ao Exército durante um ano.

Ele estudou até completar o segundo grau, gostaria de fazer agronomia, mas não continuou estudando por falta de condições financeiras. Desde que entrou na agricultura ecológica, fez cursos de formação no Centro Ecológico e também recebia a visita dos técnicos, com maior frequência que hoje, em sua casa, percebendo esta forma de interação como uma forma de receber informações. Atualmente, não tem participado de reuniões, cursos e palestras por falta de tempo e também porque o grupo ou a associação de que faz parte, a APEVS, diminuiu o número de famílias, são cinco famílias, então eles se revezam, alguns participam das reuniões, outros dos cursos e palestras.

Quanto a sua participação em instâncias associativas, antes de seu engajamento na agricultura ecológica, diz que na sua comunidade sempre houve grupo de família, mas ele não participava da Cooperativa, Sindicato ou algum outro tipo de instituição. Ele, hoje, participa da Associação de Agricultores Ecologistas, da qual já foi secretário e presidente, está Conselheiro no Conselho das Associações. Não é filiado a nenhum partido político.

Para Lauro, é importante trabalhar em grupo porque é mais fácil de conseguir as coisas, para comercializar, além de trocar idéias e nunca estar sozinho. Ele explica “que só aqui na tua casa tu não sais, nem nada, estás sempre mais ou menos na mesma, daí se tem um grupo, nem que seja para conversar, já é bastante”¹¹¹.

A sua família decidiu engajar-se na agricultura ecológica porque, na época, trabalhavam com leite, soja, milho, feijão e um pouco de uva, estava ruim de vender. Ele afirma que estavam “quase parando” (agricultura convencional), então entraram “mais para o lado de produzir, fomos direto, sabíamos que não íamos ganhar muito, mas a gente sabe o que é”¹¹². Segundo ele, no início não sabiam nem trabalhar e lembra que tudo era difícil: “Era difícil, desde o que plantar (cenoura, alface, hortaliças), pois não estava acostumado a plantar nada disso, tive bastante dificuldade. Até hoje tenho, mas vai aperfeiçoando mais”¹¹³.

Quanto à retribuição por produzir de forma ecológica, ele refere-se mais aos lucros materiais, afirmando que ganham um pouco mais (do que na forma convencional), mas não muito, considerando todos os custos. Ele diz que, na verdade, é preciso haver divulgação do produto ecológico aos consumidores para que os agricultores possam ganhar um pouco mais. De qualquer forma, Lauro avalia que os consumidores já estão mais *conscientes*:

¹¹¹ LAURO. Agricultor ecologista da APECVS: depoimento. [2003]. Entrevistador: Carla Alves. 2003.

¹¹² *Idem*.

¹¹³ *Idem*.

Tem bastante gente que se conscientizou, que talvez até é um produto mais feio e tudo, mas sabem que é sem agrotóxicos e acaba levando igual. Agora tem gente que come pelos olhos, como dizem, senão for bonito, não compra.¹¹⁴

A segunda trajetória apresentada é de João, agricultor ecologista, tem 35 anos, é casado e tem um filho de quatro anos de idade. Ele faz agricultura ecológica há dez anos. Seus avós e seus pais sempre foram agricultores, nunca usaram agrotóxicos na propriedade, então João considera que o “trabalho ecológico” vem desde a “geração deles”. Ele até quis mudar um pouco o sistema e foi trabalhar no pomar convencional do vizinho, mas se intoxicou e, diante do diagnóstico médico, viu que não poderia mais trabalhar com venenos, “foi ali que tudo se encaminhou”¹¹⁵.

Ele explica que, apesar de praticarem uma agricultura “próxima da agricultura ecológica”, eles estavam num nível de degradação do solo devido ao manejo inadequado, que ficava difícil produzir sem agrotóxicos e adubos químicos, então teriam que optar por uma reposição da fertilidade do solo, através de insumos químicos ou “pelo lado ecológico”. Assim, a família decidiu entrar na agricultura ecológica, como ele descreve:

A gente se apegou mais nesse lado ecológico, trabalhar mais com esterco estas coisas, e também o lado financeiro ajuda, depois que a gente entrou eu achei que valeu a pena, a gente vai buscando experiência, é um pouco sofrido, um pouco trabalhado, talvez porque a gente não faça um bom trabalho **que nem tem que ser feito**, mas acho que vale a pena.¹¹⁶

Eles ficaram sabendo da agricultura ecológica uns dois ou três anos antes de decidirem se engajar. Ele conta que foram convidados a ser um dos primeiros a entrar “ali no Ipê, na APEMA”. Porém, na época, acharam que era muito difícil, que não teriam condições, que não conseguiriam produzir. Quando viram que seus vizinhos estavam se encaminhando, que o trabalho deles estava dando certo,

¹¹⁴ *Idem.*

¹¹⁵ JOÃO. Agricultor ecologista da APESAA: depoimento. [2003]. Entrevistador: Carla Alves. 2003.

¹¹⁶ *Idem.*

quiseram entrar no grupo, mas depois do grupo formado não foi mais possível. Então formaram um novo grupo com sete famílias de agricultores, a Associação dos Produtores Ecologistas de Santo Antão Abade (APESAA).

Antes de formarem o grupo, o trabalho comunitário de que João participava eram os mutirões na comunidade na época da colheita. Atualmente, ele participa do Conselho das Associações, está Vice-Presidente, diz que não é “muito chegado no Sindicato” e está participando com sua família das reuniões do Partido dos Trabalhadores (PT) em Ipê, mas ainda não é filiado.

João estudou até a sétima série, teria condições financeiras de continuar estudando, mas preferiu trabalhar. Ele costuma participar de cursos de formação e palestras no Centro Ecológico, mas diz que não é muito assíduo, participa de três a quatro palestras ou cursos por ano. Ele fez o curso de comunicação e relata a experiência: “eu nunca tinha falado em público, foi bom demais, é bem interessante porque antes, se me pedissem para falar, era difícil; foi difícil o curso, mas a gente estava aprendendo”¹¹⁷.

Ele conta que houve uma Festa da Biodiversidade em São Valentim (Ipê) e era para alguém do seu grupo dizer algumas palavras sobre as sementes crioulas, e que ele se ofereceu, só que as pessoas achavam que ele não conseguiria falar nada, mas que falou “mais de 30 minutos sem ler nenhuma palavra”. Para João, aquilo chamou “muita a atenção das pessoas”¹¹⁸ e foi ali naquele momento que viu que o curso de comunicação e expressão tinha lhe ajudado.

Ele acha interessante produzir de forma ecológica porque “trabalha a família toda”¹¹⁹, tem dinheiro semanalmente e não tem preocupação com vasilhames de agrotóxicos, é um trabalho limpo. Ele acha que já tem uma retribuição em produzir desta forma porque as pessoas que compram gostam, conhecem o produto, acham ótimo e também ele está defendendo a natureza (a terra, a água).

¹¹⁷ *Idem.*

¹¹⁸ *Idem.*

¹¹⁹ *Idem.*

Ele afirma que ainda enfrenta dificuldades na produção ecológica, mas que se *faltar* será difícil produzir de outra forma:

A gente ainda patina porque às vezes tem safra e às vezes não tem, mas se faltar a gente vai ficar patinando para começar outro sistema. Se um dia parasse o trabalho ecológico, vai ser muito difícil se apegar ao outro lado, porque o que a gente sabe fazer é isto – a agricultura ecológica.¹²⁰

A terceira trajetória que apresento neste subgrupo é do agricultor ecologista Raimundo. Ele tem 47 anos, é casado e tem dois filhos em idade escolar. Vive com sua família na comunidade de Santo Antônio em Ipê. Ele considera que está “seguindo o ritmo” dos avós e dos pais, trabalhando na agricultura. Ele começou a trabalhar “na roça” com doze ou treze anos.

Ele estudou até a terceira série do primeiro grau, pois o colégio era longe, não havia transporte escolar e teria que “fazer 3 km a pé”. Além disso, a família não tinha condições financeiras, então Raimundo precisava trabalhar. Desde que ingressou na agricultura ecológica, vem participando de cursos de formação, encontros, reuniões. Ele afirma que gosta de participar deste tipo de evento para aprender “coisas novas”, não tendo um tema de sua preferência: “sempre que forem coisas novas eu gosto de participar, qualquer reunião que o cara vai sempre aprende alguma coisa nova (...), tudo que faz parte da agricultura eu considero interessante”¹²¹.

Quanto à participação em instâncias organizativas, atualmente está Presidente da Associação de Agricultores Ecologistas da sua comunidade (“há cinco anos”), já foi representante da associação no Conselho das Associações em duas gestões, no início do trabalho. Mas, diz que não faz questão de participar do Conselho: “primeiro porque não tenho muita capacidade para isso e depois aqui (na associação) eu sou Presidente então é bastante trabalho já”¹²².

¹²⁰ *Idem.*

¹²¹ RAIMUNDO. Agricultor ecologista da APESAA: depoimento. [junho, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. 2003.

¹²² *Idem.*

Ele sempre pensou que se houvesse uma oportunidade queria “abandonar os venenos”¹²³, porque são perigosos e, além disso, os preços são altos. Ele ficou sabendo da agricultura ecológica através dos agricultores da APEMA; na época, eles viraram feirantes, começaram a produzir, a vender e a dizer que era bom. Então, veio um pessoal da EMATER de Ipê, incentivando-os a entrar, assim começaram a reunir as famílias para formar o grupo, ficaram quase um ano se reunindo até formar o grupo a APESAA.

Neste subgrupo realizei cinco entrevistas, até atingir o “ponto de saturação”, percebi uma menor heterogeneidade na estrutura de capitais acumulados por estes agricultores ecologistas durante suas trajetórias.

Assim, Lauro, por exemplo, tem um maior acúmulo de capital escolar se comparado aos demais agricultores analisados neste subgrupo, tendo concluído o segundo grau (ensino médio), mas quanto ao investimento em ampliação de capital cultural, o qual poderia se denominar na realidade, de acordo com BOURDIEU (1995, p. 82), “capital informacional para conferir a esta noção uma completa generalidade”, Raimundo se destaca, estando presente em quase todas as reuniões e atividades de formação de que pude participar durante a pesquisa de campo¹²⁴ deste trabalho e ele, de fato, afirma ser importante participar destes espaços para aprender, como busquei evidenciar na reconstrução de sua trajetória social.

João, quanto ao investimento em capital informacional, ocupa uma posição intermediária, entre o realizado por Raimundo e por Lauro; no entanto, ele foi o único agricultor deste subgrupo que se revelou interessado em formar um capital político (no momento como “um aderente ou simpatizante” de um partido). Estes agricultores apresentam um menor acúmulo de capital social do que os do subgrupo analisado, anteriormente, considerando esse capital segundo o conceito de BOURDIEU (1995, p. 82):

¹²³ *Idem.*

¹²⁴ Participei de 16 reuniões (encontros, assembléias, cursos), durante 7 meses, aproximadamente,

Capital social é a soma dos recursos, atuais ou potenciais, correspondentes a um indivíduo ou grupo, em virtude de que estes possuam uma rede duradoura de relações, conhecimentos e reconhecimentos mútuos mais ou menos institucionalizados, isto é, a soma dos capitais e poderes que semelhante rede permite mobilizar.

Nestes termos, a rede de relações destes agricultores está bem restrita as suas respectivas associações de agricultores ecologistas, ao Centro Ecológico e ao Conselho de Associações, alguns participam do Sindicato de Trabalhadores Rurais.

Quanto à ocupação de cargos neste espaço de relações, estes agricultores ecologistas ocuparam, basicamente, cargos que são rotativos, de forma que todos do grupo tenham a oportunidade de participar, ou seja, não enfrentaram disputas que precisassem mobilizar suas “redes de relações e conhecimentos” para se elegerem.

Á exceção de Raimundo, que já ocupa o cargo de Presidente da Associação (APEVS) desde sua fundação, neste aspecto, poderia até se constituir como mediador “orientado para comunidade”, nos termos de WOLF (1956), representando os interesses de sua associação perante o Centro Ecológico ou Conselho das Associações, os demais agricultores deste subgrupo não se constituem como lideranças. Afirmo isto tanto por não se perceberem desta forma e também não revelarem a ambição de se constituírem enquanto tal, quanto por não serem assim reconhecidos pelos “pares” e/ou pelos técnicos do Centro Ecológico.

No entanto, mesmo Raimundo que, como apontei, em função do cargo ocupado na associação, poderia se constituir como uma liderança, como pude perceber, a sua atuação está mais circunscrita ao espaço da associação, cuidando da organização interna do grupo, não manifestando interesse em ocupar outros cargos neste espaço social (“nem tenho muita capacidade para isso”), o que em parte, pode ser explicado pela representação de seu valor social, da posição ocupada neste espaço de relações.

Segundo BOURDIEU (2001, p. 224):

Cada agente possui um conhecimento prático, corporal, de sua posição no espaço social, (...) um *sentido do seu lugar* (atual e potencial), convertido num *sentido de localização* que comanda sua experiência do lugar ocupado, definido absolutamente e, sobretudo, em termos relativos como nível hierárquico, bem como as condutas a serem mantidas a fim de mantê-lo e de nele se manter (“ficar em seu lugar, etc.).

Seguindo essa argumentação teórica de BOURDIEU (2001) para analisar o posicionamento de Raimundo, é possível perceber que ele reconhece uma hierarquia normativa neste espaço e de acordo com os seus esquemas de avaliação, o capital cultural enquanto capital escolar e capital lingüístico, se constituem enquanto poderes, dos quais ele se vê destituído, valorizando assim em suas falas, principalmente, os técnicos:

Eu acho que o Centro Ecológico deve continuar com o trabalho que ele sempre fez, acho que o trabalho do Centro deve estar acima do Conselho. Claro que o Conselho deve existir, mas o Centro Ecológico é sempre o superior a qualquer movimento do Conselho, porque o pessoal do Conselho não tem muito estudo, nem tem capacidade para isto de buscar coisas novas, que é um papel que o Centro busca sempre ter novos projetos, não pode estacionar, por exemplo, o Projeto de Agrofloresta. Então, acho que o Conselho pode até fazer junto, mas não querer afastar o Centro e avançar sozinho, o Centro deve sempre ser o principal.¹²⁵

Então, ele aponta as representações não apenas do seu lugar no espaço de mediação, mas do “sentido de localização” do grupo dos agricultores ecologistas (representados no Conselho), considerando os técnicos do Centro Ecológico ou a própria instituição como “superior” (porque “tem estudo”).

Portanto, como resultado do trabalho de instituição realizado pelos mediadores, no decorrer dos anos de estabelecimento da ONG nestes municípios, na luta pelo poder de impor a visão legítima do mundo social, os seus capitais (social, cultural, tecnológico) transfiguraram-se de *capital simbólico difuso* em *capital simbólico objetivado* pela ONG. Os mediadores, assim, exercem o papel de mandatários deste poder acumulado sob a forma de capital simbólico de respeitabilidade, que lhes confere autoridade para impor o conhecimento legítimo da

¹²⁵ RAIMUNDO. Agricultor ecologista da APESAA: depoimento. [junho, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. 2003.

agricultura ecológica, de sua significação atual e da direção na qual ela (enquanto *referencial*) deve ir.

Isto é ilustrado pela função de buscar novos projetos, por exemplo, que tracem novas perspectivas a serem incorporadas na prática de uma agricultura ecológica, como o Projeto de Agrofloresta, citado pelo agricultor. Neste processo, a dimensão de poder simbólico desta relação de mediação é naturalizada, ignorada como um arbitrário social.

Na mesma perspectiva de análise, apreendo a tomada de posição do João na “Festa da Biodiversidade em São Valentim”, que, embora, apresente um conhecimento prático do seu lugar neste espaço, tendo representações negativas do valor de seu capital lingüístico e, portanto, não se pensa como um *porta-voz autorizado* do grupo, ainda, assim, ousou “falar 30 minutos, sem ler nenhuma palavra”, como salientou, naquela ocasião por ele descrita. Tal tomada de posição pode ser compreendida, a meu ver, retomando BOURDIEU (2001, p. 225):

Contudo, enquanto senso prático, esse senso de localização atual e potencial encontra-se disponível, para diversas explicitações. Eis o fator responsável pela **independência relativa da tomada de posição** explícita, em relação à posição, da opinião enunciada verbalmente, e que abre caminho à ação propriamente política de representação: ação do porta-voz, que leva à ordem da representação verbal, (...) a experiência suposta de um grupo e que pode contribuir para fazê-lo existir fazendo-o surgir como aquele que fala por sua voz, ou mesmo tornando o visível enquanto tal pelo fato de chamá-lo a se manifestar numa exibição pública, (...) e a **declarar assim aos olhos de todos sua existência**, sua força (ligada ao número), sua vontade.

Desta forma, João declarou “aos olhos de todos sua existência”, como ele disse (“aquilo chamou muito a atenção das pessoas”), explicitando a importância que tem para ele o reconhecimento social ou se ver como um *ser reconhecido socialmente*, isto em parte é um efeito simbólico do seu capital lingüístico que ele passou a perceber de forma menos negativa (a partir do curso de comunicação), se vendo como um ser percebido ou dotado desta capacidade de “sair da indiferença”.

Isso evidencia o papel que tem o trabalho específico de socialização pelo qual passaram os agricultores ecologistas quando decidiram se engajar na agricultura

ecológica, permitindo uma mudança da percepção dos “limites do que se lhes impõe como pensável e ou impensável”, operação que se faz tanto mais provável quanto o *habitus* dos agentes que ingressam num novo campo (“no jogo”) está “aberto à possibilidade de uma reestruturação” (BOURDIEU, 2001, p. 121).

Neste caso, os agricultores deste subgrupo e do próximo, a ser analisado, expressam uma representação “mais ou menos” dolorosa da apropriação das práticas que compõem a agricultura ecológica (e da própria prática), o que, ao mesmo tempo, possibilita apreenderem esta prática como a sua “segunda natureza”; nos termos propostos por BOURDIEU (1996c, p. 102-3) quando trata do trabalho de instituição realizado pelas aristocracias para que os eleitos adquiram disposições duradouras:

(...) gostaria de frisar ter conferido seu pleno sentido à palavra “instituição”, tanto ao falar do trabalho de instituição como ao fazer da inculcação mais ou menos dolorosa de disposições duradouras um componente essencial da operação social de instituição. (...) a estratégia universalmente adotada para eximir-se duradouramente da tentação de sair da linha consiste em naturalizar a diferença e transformá-la numa segunda natureza através da inculcação e da incorporação sob a forma de *habitus*.

Percebo que o processo de formação (ou que pretende formar) de um *habitus* específico de agricultor ecologista realizado pelos mediadores revela-se como uma forma de inculcação “mais ou menos dolorosa”, por falas como de Lauro, quando diz que “não sabiam nem trabalhar e que tudo era difícil”, ele segue dizendo que até hoje tem dificuldade, só que agora já está acostumado. Também quando João afirma que o trabalho é “um pouco sofrido, um pouco trabalhado, mas vale a pena”. De fato, considero que estes agricultores ecologistas passam por um trabalho de inculcação da agricultura ecológica que faz com que eles admitam um certo *sofrimento físico* para se acostumar a esta prática, e ainda que acostumados sintam dificuldades, mas as disposições são tão duradouras (incorporadas) que reconhecem a agricultura ecológica como o que *sabem fazer*.

Este processo, a meu ver, apresenta uma dimensão de violência simbólica que leva através da educação (transmissão do saber) a estas disposições, as quais são naturalizadas, possibilitando que os agricultores façam agricultura ecológica,

como se fosse natural (“a gente sabe o que é”), enquanto, de fato, é um constructo social. Esses “sofrimentos”, enquanto *provas*, fazem parte das condições de desenvolvimento da *illusio*, pois, segundo BOURDIEU (1996a, p. 365) “o fundamento da crença reside na *illusio*, na adesão ao jogo enquanto tal, na aceitação do pressuposto fundamental de que vale a pena ser jogado, ser levado a sério”.

Assim, esses agricultores estão engajados na agricultura ecológica e agem dentro dos limites arbitrários incorporados como um *sentido dos limites* de sua posição neste espaço social, bem como de tomadas de posições possíveis a sua nova identidade, agricultor ecologista.

Como explica BOURDIEU (1996b, p. 100), a instituição de uma identidade é a imposição de um nome, é o mesmo que impor um direito de ser que é também “um dever de ser. (...) É fazer ver a alguém o que ele é e, ao mesmo tempo, lhe fazer ver que tem de se comportar em função de tal identidade. Neste caso, o indicativo é um imperativo”.

Nesse sentido, os agricultores ecologistas deste subgrupo se apresentam buscando satisfazer as dimensões que eles apreendem associadas à identidade de ecologista, com manifestações próprias de quem se vê ocupando uma posição intermediária. Por exemplo, revelando um esforço em reproduzir *os discursos* dos mediadores e dos “militantes” quanto às questões sociais e ambientais relacionadas à “prática de uma agricultura ecológica”, mas quanto às *práticas* de manejo dos cultivos na propriedade, consideram que ainda não fazem um bom trabalho; entretanto, procuram se distinguir dos agricultores ecologistas que consideram menos providos dos atributos importantes a um ecologista (capital simbólico).

De acordo com BOURDIEU (1996b, p. 50), referindo-se às estratégias lingüísticas da pequena burguesia, em particular, sua tendência a hipercorreção, aponta que “a defasagem (geradora de tensão e de pretensão) entre o conhecimento e o reconhecimento entre as aspirações e os meios de satisfazê-las atinge seu ponto máximo nas regiões intermediárias do espaço social”. Ele ainda explica, que os modelos e instrumentos da pequena burguesia são inspirados nos “árbitros mais consagrados do uso legítimo”, o que ocorre de tal maneira que “a

contribuição deste esforço de assimilação (às classes burguesas) e de dissimilação (em relação às classes populares) para mudança lingüística só é mais visível do que as estratégias de dissimilação em relação aos detentores de uma competência mais rara” (*Idem*, 1996a, p.50).

Procuro traçar uma analogia dessa análise de BOURDIEU (1996b) ao caso particular deste subgrupo estudado, considerando que estes agricultores apresentam uma tensão entre o conhecimento e o reconhecimento do “discurso ecologista”; por exemplo, quando questionados sobre o que significam as “sementes híbridas”, respondem com expressões como “todo mundo sabe”, investindo num esforço de negar a distância do saber teórico que reconhecem como legítimo, mas não dominam.

Neste sentido, a partir de suas representações, se forma uma hierarquia de posições, na qual os árbitros do uso legítimo são os técnicos do Centro Ecológico, os quais se consideram responsáveis por buscar novos projetos (informações) e manter a *ordem estabelecida*, como disse Lauro: “o Centro devia fazer duas ou três reuniões por ano com todos os agricultores para relembrar as normas, como da propriedade 100%, porque os caras que não são ecologistas mesmo eles se esquecem”¹²⁶.

Seguindo, a formação desta “hierarquia normativa” do espaço em que estão inseridos, consideram que “toda associação tem o seu líder e um cara mais difícil de lidar” ou como disse o João “nós elegemos um líder e ele continua fazendo um bom trabalho”¹²⁷, nestes depoimentos estão subjacentes imagens de que eles não são nem o “líder”, nem o “cara difícil de lidar”. Considero que eles investem mais em estratégias de dissimilação em relação aos percebidos como os que “não são ecologistas”, do que de assimilação aos “mais engajados”¹²⁸.

¹²⁶ LAURO. Agricultor ecologista da APECVS: depoimento. [2003]. Entrevistador: Carla Alves. 2003.

¹²⁷ JOÃO. Agricultor ecologista da APESAA: depoimento. [2003]. Entrevistador: Carla Alves. 2003.

¹²⁸ Depois da entrevista que realizei com o João ele me perguntou se eu tinha entrevistado o Rogério e como ele tinha “se saído”, dizendo que comparado aquele agricultor ele não deveria ter ido tão mal, buscando se diferenciar de um agricultor ecologista “estigmatizado”.

Essa dualidade e ambigüidade são próprias da posição ocupada por estes agricultores e também pela maneira como foi construído o referencial da agricultura ecológica, conforme já analisado, na qual os agentes são encorajados e recompensados a agir conforme a lógica da economia dos bens simbólicos (duplicidade estrutural). Assim, a exemplo do discurso religioso estudado por BOURDIEU (1996c, p. 191), o “discurso ecologista” que acompanha as práticas é “parte da economia das práticas como economia de bens simbólicos”. Então, por perceberem esta dimensão simbólica da agricultura ecológica, os agricultores ecologistas deste subgrupo investem na transfiguração, pelo menos verbalmente, da sua atividade econômica, numa “troca simbólica”. Assim, os seus *discursos* sobre a agricultura ecológica não revelam as estratégias empregadas para receber os ganhos materiais que esperam pelo seu engajamento: “Agricultura ecológica além de preservar a saúde das pessoas, conserva a terra, a água, é um manejo que pode conservar melhor a propriedade”¹²⁹.

Na agricultura ecológica eu fico feliz, não tanto em produzir, mas trabalhar na minha propriedade e ter os produtos para a nossa família, para nosso uso. Produtos que eu possa comer, que eu sei que vou ali na lavoura e pego e tenho certeza que não tem nada, mesmo para repassar para outras pessoas. É bom, até não só aqui, mas quando a gente vai para POA. Depois que comecei a trabalhar na feira mudou bastante, pois até que eu estava aqui, só tinha esse conhecimento, agora não, você vai lá e conversa com um monte de gente.¹³⁰

Apreendo a lógica de engajamento destes agricultores ecologistas como “intermediária”, principalmente, por se aproximarem dos “militantes” em seus *discursos* e dos agricultores percebidos sob uma lógica de engajamento apropriacionista em *suas práticas*, permitindo, em momentos específicos, orientarem suas ações por “cálculos estratégicos”. Isto pode ser compreendido, ao meu ver, retomando BOURDIEU (1996a, p. 269-270):

¹²⁹ RAIMUNDO. Agricultor ecologista da APESAA: depoimento. [2003]. Entrevistador: Carla Alves. 2003.

¹³⁰ LAURO. Agricultor ecologista da APECVS: depoimento. [2003]. Entrevistador: Carla Alves. 2003.

O campo das tomadas posições possíveis oferece-se ao *senso de colocação* sob a forma de certa estrutura de probabilidades, de lucros ou de perdas prováveis, tanto no plano material quanto simbólico. Mas que a essa estrutura comporta sempre (...) uma *margem de liberdade objetiva* e de que essas liberdades adicionam-se no jogo de bilhar das interações estruturadas, abrindo assim um lugar, sobretudo nos períodos de crise, para estratégias capazes de subverter a distribuição estabelecida das possibilidades e dos lucros graças à margem de manobra disponível.

No caso, dos agricultores ecologistas sob a lógica "intermediária" de engajamento, esta margem objetiva de liberdade permitirá optarem pelo plantio de variedades híbridas de milho, proibido pelo Conselho das Associações, mas, pelos cálculos desenvolvidos estes agricultores, consideram que em certa época do ano oferece melhor produtividade do que as sementes crioulas de milho. Então, apesar de transgredirem *um limite* (uma norma), ainda conseguem receber os lucros econômicos esperados, os quais assumem a forma de "lucros de conformidade", pois, como diz Raimundo:

O **melhor seria as sementes crioulas**. Mas quando a lavoura é plantada "no tarde" (dezembro/janeiro) nós ainda temos que plantar o milho híbrido porque ele é mais resistente, o milho crioulo acama, então o que dá para se plantar no cedo se planta crioulo, mas se não dá não se planta.¹³¹

Por fim, cabe ressaltar, que estes agricultores ecologistas investem em manter a sua posição neste espaço social (ficar no seu lugar), por isso, a meu ver, empregam estratégias como essa citada, em relação às sementes híbridas, para reproduzir as propriedades, o que lhes permite conservar a sua situação no espaço da agricultura ecológica.

3.3 "DA RESISTÊNCIA AO DESENGAJAMENTO"

Neste subgrupo realizei cinco entrevistas, buscando contemplar os critérios qualitativos apresentados no capítulo primeiro, diversidade da amostra e saturação.

¹³¹ RAIMUNDO. Agricultor ecologista da APESAA: depoimento. [2003]. Entrevistador: Carla Alves. 2003.

Assim, ele é composto por agricultores que estão na agricultura ecológica e são considerados pelos técnicos como “resistentes” ou de “menor consciência”; por agricultores que eram ecologistas e saíram; e também por agricultores que fizeram cursos de formação em agricultura ecológica, algumas feiras e saíram. Assim, são vistos e também se vêem como quem, de fato, não chegou a engajar.

Nessa perspectiva, escolhi três trajetórias, demonstrando o engajamento “resistente”, o desengajamento e o não engajamento; procuro mostrar as estratégias destes agricultores, as tomadas de posições relacionando-as com a estrutura de capitais e posição que eles ocupam no espaço social de análise.

A primeira trajetória evidenciada é a de Rogério, ele tem 32 anos, é casado, sem filhos. Ele trabalha e reside na mesma propriedade rural que seu pai no interior de Ipê. A família está na agricultura ecológica há 8 anos¹³². Os seus pais e avós “sempre foram colonos”.

Rogério, desde criança, trabalha na agricultura, mas migrou dois anos para cidade e trabalhou como operador de máquinas em firmas de móveis, em Antônio Prado e Flores da Cunha. Ele decidiu voltar porque o salário não era bom e também porque a cidade “não lhe atrai”.

Ele ficou sabendo da agricultura ecológica pelo irmão que faz parte da APEMA:

Então ele fazendo parte deste grupo APEMA, eu vi que era uma coisa que interessava bastante, uma razão é que vinha o dinheiro logo porque isto era difícil antes, então naquele trabalho vinha um pouco de dinheiro por fim-de-semana e tu tinhas sempre. Então nós fomos atrás, fomos no Centro Ecológico para ver como era para formar um grupo e começamos.¹³³

Quanto à participação em grupos, anterior ao engajamento na agricultura ecológica, ele participava do grupo de jovens da Capela, em São José, atualmente, é “salpiqueiro”, isto é, a pessoa responsável por organizar as festas na capela

¹³² ROGÉRIO. Agricultor ecologista da APEJ: depoimento. [junho, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. 2003.

¹³³ *Idem.*

(comunidade). Desde que formaram a Associação dos Produtores Ecologistas da Capela São José (APEJ), ele foi contabilista, presidente, representante da associação no Conselho das Associações e, hoje, é um dos responsáveis da associação por participar das reuniões sobre a propriedade 100% ecológica¹³⁴.

Ele *nunca gostou de política*, mas decidiu se filiar ao PPB porque gostou do Prefeito e do Vice-Prefeito:

Eles me ajudaram bastante na hora que eu precisei, eles me deram tudo, estrada, viagem de brita, horas de trator. Então um dia eles vieram aqui (na nossa casa), nós até não éramos interessados em política, mas eles chegaram aqui e nos pediram se queríamos nos filiar, nos explicaram, como eles já tinham nos ajudado bastante, nós decidimos nos filiar (eu, o pai e o meu irmão).¹³⁵

Assim, essa relação entre este agricultor e o Prefeito é uma “relação diádica” caracterizando-se por uma relação de auxílio mútuo entre dois indivíduos. Como explica LANDÉ (1977), as díades são frágeis, sua manutenção requer cultivo continuado através da troca de favores.

Rogério fez uns seis meses de cursos de formação no Centro Ecológico e visitas a propriedades de agricultores ecologistas para aprender a “fazer” agricultura ecológica, pois ele não estava acostumado a produzir verduras, apenas milho, feijão e cebola, então para plantar cenoura e alface, teve de aprender bastante com quem já estava “na lida”, conforme conta.

Desde que entrou na agricultura ecológica ele já recebeu algumas visitas na sua casa de grupos de estudantes e de agricultores, mas ele considera não ser o mais qualificado da sua Associação para este tipo de atividade:

¹³⁴ Foi determinado pelo Conselho das Associações que dois agricultores por associação devem participar destas reuniões.

¹³⁵ ROGÉRIO. Agricultor ecologista da APEJ: depoimento. [junho, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. Ipê, 2003.

Nós falamos, veio um grupo visitar o nosso grupo (associação), também uns estagiários que estavam lá no Centro vieram aqui na minha lavoura, vieram na lavoura do Sérgio, eles passaram em dois, três lugares e como a minha propriedade é na beira da estrada eles passaram aqui também. Então, eu conversei com eles, mas palestra assim não dei ainda. (...) Mas, o Sérgio já deu palestra porque ele é um pouco mais, ele foi Presidente quando começamos o grupo, quem mais forçou (para começar) foi ele porque eu, na verdade, só tenho a quinta série eu não estudei. Ele já tem o primeiro grau, antes de formar o nosso grupo já participava do Sindicato e outras coisas, já era mais envolvido, ele sabe explicar melhor, então ele já fez bastante palestras.¹³⁶

Então, Rogério evidencia as propriedades requeridas por quem enuncia o *discurso*, instituindo, no caso, Sérgio como um procurador do grupo (o porta-voz autorizado). Ao mesmo tempo, ele está explicitando as representações do valor do seu capital lingüístico em função do fraco volume de seu capital escolar (“eu só tenho até a quinta série, eu não estudei”), associando a formação da *competência lingüística* a trajetórias sociais que tenham vivências distintas das suas, as quais tenham possibilitado a incorporação de capitais específicos que ele percebe como legítimos e legitimados neste espaço. As representações deste agricultor ecologista sobre a sua *competência lingüística* funcionam como uma *autocensura*, provocando *constrangimentos* conforme o “público” a quem deve falar:

Teve um grupo uma vez que era estudante de uma universidade, eles perguntavam o que nós passávamos nas verduras, se dava doença que tipo de doença que dava o que mais nós plantávamos como que tinha que plantar, era por aí. Depois duas vezes vieram agricultores mesmo, eles perguntavam sobre a lavoura já era mais fácil. Então se eles vêm aqui pergunta para nós como que faz isso, como que faz aquilo na lavoura nós sabemos fazer, mas agora falar assim, tu não sabes falar tanto é difícil, complica mais.¹³⁷

De acordo, com BOURDIEU (1983, p. 100) em seu estudo sobre os “Gostos de Classe e Estilos de Vida”, quando se referia à relação que os membros das classes populares mantêm com a cultura dominante não ser tão diferente da que eles mantêm com seu universo de trabalho:

¹³⁶ *Idem.*

¹³⁷ *Idem.*

É sob a forma da oposição entre a competência – saber, a própria palavra o diz, que implica um poder – e a incompetência, entre o **domínio prático e o domínio teórico**, conhecimento dos princípios e dos discursos de acompanhamento, que eles sentem concretamente seu desapossamento. (...) Do corte entre os saberes práticos, parciais e tácitos e os conhecimentos teóricos, sistemáticos e explícitos (...)

Relaciono o trecho da entrevista do Rogério, citado anteriormente, a esta perspectiva teórica de BOURDIEU (1983), quando ele destaca a diferença entre dar uma explicação sobre a agricultura ecológica (o seu trabalho) a um agricultor e a um estudante de universidade, isto porque ele reconhece que códigos distintos se fazem necessários para essas interações; no entanto, ele se vê desapossado do conhecimento teórico que lhe autorize a falar (“na lavoura sabemos fazer, mas falar...”¹³⁸), marca a distância entre saber teórico e saber prático.

Cabe ressaltar, que seguindo a perspectiva teórica de BOURDIEU (1983, p. 75) “a verdade da interação nunca reside inteiramente na interação”, assim, a *censura estrutural* se exerce através das sanções do campo, como os agentes percebem o valor dos seus discursos, em função da posição ocupada por eles na estrutura de distribuição do capital específico em jogo naquele campo.

Neste caso, Rogério expressa uma percepção negativa do seu capital lingüístico, especialmente para interagir ou se posicionar perante os técnicos:

Tem várias reuniões que tu chegas lá e só ouves **eles falarem**, não tens **direito de falar** porque às vezes tu tens uma idéia, mas não sabes bem se ela vai ser aceita e no meio de tanta gente, tu não sabes se o que vais falar é certo. Mas, se é **entre nós aqui**, o cara não tem tanto medo de falar, e de repente tu não falas por medo só que era uma coisa que precisava ser falada. Numa reunião é bom quando tem um representante de cada grupo e todo mundo dá a sua opinião, a sua idéia, tu tens o direito de falar isto para mim é importante.¹³⁹

Entretanto, a censura tácita que Rogério apreende nestas reuniões não o impede de falar, sob risco de auferir “lucros simbólicos negativos”; este agricultor e outros analisados neste subgrupo, investem em marcar as distâncias percebidas

¹³⁸ *Idem.*

¹³⁹ *Idem.*

entre agricultores e técnicos (sob a forma de oposição “nós” e “eles”), procurando “guardar as distâncias”, como é possível perceber no trecho de entrevista destacado acima.

Isso pode ser compreendido pelo tipo de lógica de engajamento destes agricultores na agricultura ecológica, pois apresentam uma lógica apropriacionista, isso significa que buscam se apropriar dos capitais simbólicos que lhes concederá o *direito* a pertencer ao grupo “dos ecologistas” e, ao mesmo tempo, investir em estratégias que lhes permitam “ficar no seu lugar”.

De fato, eles apresentam tomadas de posições ambíguas, essa idéia de “ficar no seu lugar”, quer dizer, não transformar as práticas associadas a sua identidade de agricultor (enquanto disposições primárias). Desta forma, estes agricultores ecologistas vivem na *fronteira* do referencial da agricultura ecológica, procuram ter presente objetivamente e subjetivamente os *limites* para ser ou para se manter enquadrado como ecologista. Como é possível perceber no depoimento de Rogério sobre o hábito de caçar:

O negócio de caça e pesca seria proibido, mas nós aqui sempre tivemos o hábito de pegar alguma coisa para comer, então se tu fores olhar tu estás fazendo errado. O negócio das queimadas também a gente tem que fazer algumas vezes (...) só que tu estás destruindo a natureza, o certo seria deixar. Se bem que, agora, não tem mais como caçar. Eu gostaria, sempre gostei dessa lida, mas hoje ficou mais difícil, pois é mais fácil tu ires para cadeia por matar um passarinho do que uma pessoa.¹⁴⁰

Reconhece as representações simbólicas da agricultura ecológica orientada pela “filosofia da preservação ambiental”¹⁴¹, quando afirma “tu estás destruindo a natureza o certo seria deixar”¹⁴². Contudo, este reconhecimento não impede que ele cace, faça queimadas, o que exerce uma força maior para estes agricultores deste subgrupo é a lei que “emana do Estado”, constituído numa legislação ambiental que transgredida pode levá-los à prisão, como disse Rogério.

¹⁴⁰ *Idem.*

¹⁴¹ Disponível em: <<http://www.centroecologico.org.br>>.

¹⁴² *Idem.*

Agindo entre as *tomadas de posições possíveis* percebidas na agricultura ecológica, os agricultores sob esta lógica apropriacionista, conforme a situação, manifestam estratégias de grupo corporado, instituído o Conselho das Associações enquanto seu representante legítimo (“somos nós agricultores”); no entanto, quando o Conselho instaura alguma norma que contraria os seus interesses específicos (individuais), referem-se à entidade como “eles do Conselho me deixaram fazer”:

Hoje, nós já **não dependemos** mais do Centro Ecológico, depois que apareceu o Conselho que está fazendo bastante a parte do Centro e o qual somos nós agricultores.

A semente de milho híbrido está sendo descartada, eu usei na última safra, eles permitiram porque eu colho com máquina e o milho comum (milho crioulo) dá muito alto (...) e máquina não consegue colher, então expliquei o meu caso para eles, e **eles deixaram** (o Conselho), esse ano ainda não vamos ver, estamos em discussão.¹⁴³

Nesse tipo de posicionamento transparece a hierarquia de posições sociais existentes e percebidas por este agricultor ecologista, na qual, no momento que ele se vê apropriado do “saber prático” que lhe possibilita “fazer” agricultura ecológica, a presença (a necessidade) do técnico passa a ser relativizada, elegendo o Conselho das Associações como a representação legítima das decisões a serem tomadas no âmbito da agricultura ecológica na região. Isto porque a entidade representa uma identidade social percebida como comum (agricultores ecologistas), ainda que diferentes uns dos outros e com tomadas de posições por vezes divergentes, a distância social é menor e, portanto, as relações de poder se apresentam para agricultores sob esta lógica de engajamento apropriacionista de forma menos impositiva.

Então, a presença do técnico transfigura-se em tensão, vigilância das suas práticas (relação de poder simbólico e material), pois reconhecem que foram eles que trouxeram o *referencial* e dominam o código teórico da prática. Portanto, dotados do poder de instituir novas normas e regras disciplinadoras da agricultura ecológica, as quais podem reduzir a *margem objetiva de liberdade* percebida por

¹⁴³ *Idem.*

estes agricultores ecologistas, que lhes autoriza a certas transgressões¹⁴⁴ do limite e, ainda, se manterem “ecologistas”.

Isso é possível porque a agricultura ecológica, ainda, apresenta um grau de codificação baixo, com os limites e as fronteiras legítimas das categorias sociais agricultor ecologista e agricultura ecológica em definição. Essa margem de liberdade citada possibilita que um agricultor desengaje e, ainda, pretenda auferir “lucros de conformidade” proporcionados pela agricultura ecológica. Procuo explicar o que isso, de fato, representa, analisando a trajetória de Mateus, agricultor de Ipê.

Ele tem 55 anos, é casado, tem três filhos que moram e estudam em Caxias do Sul. Ele fez agricultura ecológica durante seis ou sete anos, há sete meses ele resolveu sair por falta de mão-de-obra.

Ele considera que a vantagem da agricultura ecológica ou da feira é que todo o final de semana tinha dinheiro. Ele diz que não dava muito, porque tinha sempre gastos, de viagem, cursos e coisa assim, mas tinha sempre o dinheiro no fim de semana.

Quando seus filhos saíram da propriedade para estudar, ele teve que sair “da feira” porque não tinha mão-de-obra suficiente para manter a produção e comercializar. Ele tem aviário e produção de leite, então considerou mais vantajoso mantê-los, pois a estrutura já está construída e ele recebe um dinheiro certo por mês:

¹⁴⁴ Estas transgressões a que me refiro, não ferem a *doxa* do campo, no caso, a proibição do uso de venenos na produção ecológica.

Por exemplo, no dia doze chega o cheque aqui, agora, no caso, eu estou recebendo no final do mês, aproximadamente, R\$ 1.000,00 de leite, então este é certo. E do aviário também sai os perus, dali a quinze dias tu recebes. Então deixar isso ali para ir à feira é bucha. Agora que está tudo pronto, achei que não tinha vantagem. Se eu não tivesse nada nem o aviário eu não caía fora, daí eu podia continuar na feira, tranqüilo e não tinha compromisso. Tinha em casa a guria, se ela não tivesse saído eu continuaria na feira.¹⁴⁵

Considero que neste tipo de situação crítica é que se apresenta a possibilidade real do agricultor fazer um “cálculo estratégico dos custos e benefícios” de ficar na agricultura ecológica ou de sair. Nos termos aplicados por BOURDIEU (1995, p. 91), referindo-se ao ajuste imediato entre o *habitus* e o campo como uma das formas possíveis de ação, embora, ressalte o autor, seja a mais freqüente:

Las orientaciones sugeridas por el habitus pueden acompañarse de cálculos estratégicos de los costos y beneficios tendientes a llevar al nivel de la conciencia aquellas operaciones que el habitus efectúa conforme a su propia lógica. Además, los periodos de crisis, en los cuales los ajustes rutinarios de las estructuras subjetivas u objetivas son brutalmente trastornados, constituyen una clase de circunstancias donde la elección racional puede predominar...

Este tipo de cálculo estratégico emergindo no nível da consciência se torna *possível* numa situação crítica como esta descrita pelo Mateus; entretanto, tem mais chances de tomarem consciência os agentes que ocupam “posições em falso” no espaço social, pelo fato, segundo BOURDIEU (2001, p. 198) “de se verem obrigados a se vigiar e a corrigir conscientemente ‘os primeiros movimentos’ de um *habitus* gerador de condutas pouco adaptadas”.

Neste sentido, é possível perceber o esforço realizado por Mateus para se tornar ecologista, buscando se enquadrar no “quadro de referência dominante” da agricultura ecológica tal como se impõe aos “recém-chegados”:

¹⁴⁵ MATEUS. Agricultor da Vila Segredo: depoimento. [junho, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. Ipê, 2003.

Eu entrei depois, então, tínhamos que fazer tudo o que os caras já tinham feito antes. Para entrar na associação tem que ser aprovado como fizeram os outros quando começaram. Tinha que fazer tudo, fazer cursos, dei meu nome e aguardei três meses para começar a vender, tive que ir a reuniões em Porto Alegre, depois tinha que ir vender lá, sem entregar o produto. Depois quando eles consideraram que nós estávamos prontos, entrávamos de verdade na feira, daí começamos.¹⁴⁶

Mas, mesmo tendo passado por uma série de “ritos de instituição” da identidade de agricultor ecologista, este agricultor continuou, de certa forma, sentindo-se deslocado, o que lhe possibilitou *tomar consciência* de uma dimensão subjacente às práticas da agricultura ecológica que para a maioria dos agricultores ecologistas engajados se apresenta como evidente ou natural (faz parte do “jogo”); refiro-me à descrição feita da “Feira Ecológica” em Porto Alegre:

Só que é cansativo isto ali, que tá louco. Porque tu sais daqui, eu saía daqui lá pela uma ou duas horas da matina, da madrugada, e tu chega em Porto Alegre no clarear do dia. Tu chegas lá, tem que montar a banca, e o dia que chover? Molha-se todo no arrumar as lonas e o problema era no inverno. Chegava lá, saía do ônibus seco, no caso. Mas quando tu saias lá para começar a arrumar as bancas e as lonas, chuva e chuva. Tu te molhavas todo e depois o frio...¹⁴⁷

Portanto, quando esse agricultor decidiu sair da agricultura ecológica, a meu ver, estes aspectos subjetivos associados à prática da agricultura ecológica de alguma forma se incorporaram ao cálculo econômico realizado por ele. Contudo, destaca também aspectos positivos associados à prática de uma agricultura ecológica, como a importância de uma “produção sem veneno” para a saúde da família, diz que continua produzindo de forma ecológica e que os vizinhos reconhecem: “a maioria sabe que eu trabalho como se fosse para a feira ecológica e todo mundo vem comprar aqui, sabem que eu não boto nada, que é ecológico, então vendo fácil e é uma passadinha”¹⁴⁸.

¹⁴⁶ *Idem.*

¹⁴⁷ *Idem.*

¹⁴⁸ *Idem.*

Assim, ele investe em continuar recebendo os lucros simbólicos de uma agricultura ecológica que são, com relativa facilidade, convertidos em ganhos econômicos. Como o universo da arte estudado por BOURDIEU (1996a, p. 171), considero que a “ambigüidade profunda” deste espaço de relações da agricultura ecológica (transcendendo a esfera de mercado propriamente) é o que faz com que “recém-chegados desprovidos de capital possam impor-se no mercado valendo-se dos valores em nome dos quais os dominantes acumularam seu capital simbólico (mais ou menos reconvertido depois em capital ‘econômico’)”.

No caso de Mateus, ele não é, propriamente, um recém-chegado, ele se apropriou de capitais (tecnológico, social) que lhe permitem investir na manutenção de ganhos simbólicos de reputação pela prática de uma agricultura ecológica junto a sua comunidade, por exemplo, visando a receber os lucros econômicos de seus investimentos simbólicos (como o trabalho de inculcação “doloroso” que foi obrigado a passar para adquirir o “direito de ser” ecologista)¹⁴⁹.

Para isso ser viável, ele considera que os agricultores devem empregar uma estratégia coletiva, unindo-se, sendo sócios do Sindicato e da Cooperativa para conseguir um preço melhor para o produto ecológico, e não vendê-lo a preço de produto convencional para Cooperativa em Antônio Prado. Entretanto, para que um “novato” possa investir no futuro do jogo, ele precisa de “um mínimo de oportunidades no jogo, logo de certo poder sobre o jogo, sobre o presente do jogo” (BOURDIEU 2001, p. 273).

Nesta perspectiva, a terceira trajetória analisada é do agricultor Miguel, ele tem 33 anos de idade, é negro, vive na comunidade rural da Tafona em Ipê. Ele foi criado na roça, nas mesmas terras em que mora até hoje. Ele trabalhou durante dois anos como empregado na propriedade de um agricultor ecologista, onde conheceu o trabalho da agricultura ecológica.

¹⁴⁹ Mantendo-se sob uma lógica de engajamento apropriacionista em relação à agricultura ecológica, mesmo desengajada, uso este termo porque o agricultor não está mais vinculado a uma associação de agricultores ecologistas nem a uma feira ecológica, e admite ter usado uréia na plantação de milho depois que saiu da agricultura ecológica (ênfatizando que só usou porque saiu, sabendo que é uma prática proibida neste tipo de agricultura).

Quando saiu deste trabalho, ele se uniu a dois agricultores de sua comunidade e foram ao Centro Ecológico se informar sobre a possibilidade de se tornarem ecologistas. Ele incentivou os colegas para que fizessem os cursos de formação em agricultura ecológica, pois ele já tinha percebido por sua experiência profissional que não era um trabalho tão fácil. Então ficaram, aproximadamente, uns seis meses fazendo cursos no Centro Ecológico.

Miguel conta que nunca usou venenos, mas que na agricultura ecológica aprendeu técnicas produtivas diferentes, sendo a principal mudança a diversificação da produção agrícola implementada, cultivando alface, cenoura, beterraba, hortaliças. Ele afirma que a produção “até estava indo bem”, só que tiveram dificuldades para comercializar os produtos, vendiam na feira em Antônio Prado, “era longe” e o que ganhavam, por vezes, não cobria os custos de deslocamento. Miguel explica que o objetivo deles era vender em Porto Alegre, e que o técnico da EMATER conseguiu um ponto de venda:

Nós conseguimos um ponto para vender em Porto Alegre, só que a associação aqui não nos queria junto, porque eles dizem que sofreram para começar e nós tínhamos que sofrer também, então nós resolvemos parar, não tinha como ir, não tínhamos carro, meio de transporte era difícil.¹⁵⁰

A trajetória de Miguel na agricultura ecológica, ou buscando engajar nesta prática, pode ser relacionada ao tratado por BOURDIEU (2001, p. 273), quando destaca a relação entre o tempo e o poder, analisando o lugar incerto entre a vida escolar e o subemprego no qual são mantidos muitos adolescentes das classes populares:

Pode-se, assim, verificar estatisticamente que o investimento no futuro do jogo supõe um mínimo de oportunidades no jogo, (...) E que a aptidão para regular as práticas em função do futuro depende estreitamente das oportunidades efetivas que estão inscritas nas condições presentes. Em suma, a adaptação às exigências tácitas do cosmos econômico só é acessível aos que detêm um mínimo de capital econômico e cultural, isto é, um mínimo de poder sobre os mecanismos que devem dominar.

¹⁵⁰ MIGUEL. Agricultor da Tafona: depoimento. [agosto, 2003]. Entrevistador: Carla Alves. Ipê, 2003.

Portanto, apreendo que Miguel não domina as condições mínimas de entrada no “mercado da agricultura ecológica” (no sentido, propriamente, econômico), de ser destituído do capital econômico necessário para viabilizar, objetivamente, seu engajamento na agricultura ecológica.

Miguel e outro agricultor entrevistado que tentou ingressar junto com ele consideram que faltam incentivos para que mais pessoas ingressem na agricultura ecológica, ele acredita que o incentivo deveria vir do Centro Ecológico e da EMATER de Ipê, que para ele são as pessoas que estão à frente da proposta da agricultura ecológica.

De certa forma, ele reconhece a importância de ter um “certo poder sobre o presente do jogo”, afirmando que “o importante é ingressar na agricultura ecológica, não importando se ganha pouco ou bastante, é conseguir se manter”¹⁵¹. Quanto às retribuições esperadas pelo engajamento ou a concepção de agricultura ecológica, Miguel percebe *o referencial* como uma perspectiva melhor para o futuro, trazendo mais saúde para as pessoas, em especial para as crianças.

A análise e reconstrução das trajetórias sociais de agricultores, como Miguel, que buscaram engajar-se na agricultura ecológica e não conseguiram, emerge, a meu ver, como uma questão a ser analisada em maior profundidade, estudo que ultrapassa o recorte a que me propus aqui, buscando compreender como se constitui o “direito à entrada” na agricultura ecológica, atualmente, quais exigências se impõem aos “novatos”, que *interesses* regulam as fronteiras do referencial da agricultura ecológica.

* * * * *

A heterogeneidade das trajetórias sociais dos agricultores que foram analisados aqui como integrando esse subgrupo “menos engajado ou desengajado” permitiria desmembrá-los em dois subgrupos para análise. No entanto, como os agricultores que saíram da agricultura ecológica também foram apontados pelos

¹⁵¹ *Idem.*

técnicos e agricultores ecologistas *militantes* como sendo de “baixa consciência ou entendimento das práticas de uma agricultura ecológica” quando estavam engajados, resolvi mantê-los sob um único subgrupo de análise, buscando compreender as categorias nativas e não reclassificá-las.

De certa forma, considero este subgrupo, assim apresentado, pertinente para perceber o quanto as posições sociais marginalizadas num determinado espaço social permitem a explicitação dos arbitrários culturais construídos neste espaço. Como o caso de Mateus, descrevendo a Feira Ecológica sob uma dimensão de sofrimento físico, dificilmente apreendida na fala dos agricultores ecologistas que integram os demais subgrupos analisados. Também, a trajetória do Miguel faz refletir sobre as fronteiras da agricultura ecológica, que se apresenta aos agricultores como uma proposta de inclusão social, resgate de cidadania e, no entanto, por desvios estruturais, é possível que esta motivação inicial dos mediadores deste referencial de agricultura e dos agricultores “mais engajados” não se cumpra.

Assim, considero que os questionamentos deste subgrupo apenas encontram ressonância porque existe um estado de incerteza, neste momento, da estrutura objetiva da ação social desenvolvida pelos mediadores do Centro Ecológico, propiciando em alguma medida a tomada de consciência dos arbitrários, o que de certa forma pode, futuramente, permitir a transformação das relações de poder existentes entre técnicos e agricultores.

CONCLUSÕES

O objetivo principal deste trabalho era identificar as lógicas de engajamento e retribuição dos agricultores ecologistas de Antônio Prado e Ipê na agricultura ecológica, buscando compreender a relação entre as trajetórias destes agricultores, os capitais incorporados e o grau de engajamento neste referencial de agricultura.

O uso do conceito de referencial tinha o objetivo de instrumentalizar a análise da construção deste “quadro de referência” da agricultura ecológica, trazendo para análise a importância que assume o mediador neste processo. Assim, embora a mediação não tenha sido o foco de análise deste trabalho, a consideração do papel desenvolvido por estes agentes para a estruturação deste espaço social foi considerada imprescindível para não construir um recorte abstrato do objeto de pesquisa.

Os técnicos do Centro Ecológico (então Projeto Vacaria) chegaram a Ipê em 1985 com a proposta de demonstrar a viabilidade técnica e econômica da agricultura ecológica. Três anos depois eles começaram a disseminação da proposta junto aos agricultores familiares da região. Neste ponto da história da ONG foi que iniciei minha análise, procurando compreender como a proposta foi apresentada aos agricultores para entender no que eles se engajaram, as representações e imagens construídas em torno da “prática” da agricultura ecológica, enfim, como perceberam e apreenderam este novo referencial de agricultura ofertado pelos técnicos.

Percebi que o “quadro de referência” da agricultura ecológica foi mudando, no decorrer do tempo, novas práticas foram sendo incorporadas conforme o processo de estruturação do espaço de mediação, mas estas alterações sempre foram orientadas e instituídas pelos técnicos do Centro Ecológico. Considerando que “o mediador é o grupo ou indivíduo que produz o referencial a “verdade” do momento” MULLER (1995, p.161). Assim, nos distintos momentos da história da agricultura ecológica nestes municípios, são eles que instituem as representações dominantes da “prática” de uma agricultura ecológica, constituindo-se como um quadro de referência normativo e cognitivo:

O objetivo era demonstrar a questão tecnológica, pensamos um grupo de técnicos que pudessem demonstrar esta viabilidade técnica, conseqüentemente, social e econômica de uma agricultura diferente. (...) Um trabalho orientado pela utopia de que se conseguiria uma justiça social mudando o modelo de desenvolvimento dominante, permitindo que o agricultor se aproprie de uma tecnologia alternativa ecológica que sirva de instrumento de mudança.¹⁵²

Então, os agricultores se encontram com técnicos orientados por esta “utopia” quando são apresentados à proposta da agricultura ecológica, o que, em parte, também influenciará nos rearranjos feitos para engajar ou enquadrar-se à nova visão do mundo social.

A partir do engajamento dos primeiros agricultores, começa a construção do “modelo básico” de “fazer” agricultura ecológica, ou seja, os agricultores ingressam fazendo cursos de formação, simultaneamente começando a produzir uma horta ecológica, alguns meses depois fazendo feira, ao longo deste processo organizando o grupo de agricultores para se estruturarem como uma associação de agricultores ecologistas. Os técnicos ressaltam que, num “primeiro momento”, não havia mercado, por isto consideram que os agricultores que se engajaram naquele momento não manifestavam interesses econômicos pela agricultura ecológica, faziam uma “agricultura ideológica”. Assim, estes primeiros agricultores ecologistas se constituem como referências (exemplos do que representa ser ecologista) com “relação aos quais todos deverão, (buscar) situar-se, são representações normativas – a exemplo do ‘artista puro’, indiferente ao sucesso e aos veredictos do mercado” (BOURDIEU, 1996a, p. 268).

Ao longo deste trabalho, procurei reconstruir ou reler o “empírico” à luz do referencial teórico escolhido; assim, apreendi que as lógicas de engajamento dos agricultores ecologistas não estão relacionadas ao momento de seu ingresso na agricultura ecológica em termos sincrônicos. As lógicas de engajamento estão diretamente relacionadas aos capitais incorporados pelos agricultores durante suas trajetórias, as suas disposições e como as suas categorias de percepção e avaliação

¹⁵² Mediador do Centro Ecológico: depoimento. [fevereiro, 1994]., fita de vídeo de avaliação do CAE-Ipê.

apreendem esta nova visão de agricultura proposta pelos técnicos do Centro Ecológico.

O engajamento dos agricultores na agricultura ecológica representa a aceitação das “regras do jogo”, a crença de que vale a pena ser jogado, mas as distintas representações sobre as potencialidades objetivas inscritas na agricultura ecológica é que vão comandar as tomadas de posições dos agricultores. Para compreender as distintas lógicas de engajamento dos agricultores ecologistas, considero pertinente, primeiramente, perceber que todos engajados na agricultura ecológica partilham a adesão tácita à mesma *doxa*, tanto os defensores da ortodoxia (militantes) ou da heterodoxia (os apropriaacionistas), que torna possível a concorrência entre eles e lhes impõe seu limite, impedindo, de fato, o questionamento dos princípios da crença, que ameaçaria a própria existência do campo ou subcampo.

Portanto, a agricultura ecológica enquanto um espaço de relações pode ser apreendida como um mapa de tomadas de posições possíveis que vão se transformando conforme se altera a estrutura objetiva deste espaço e as disposições dos agentes sociais engajados.

Os agricultores ecologistas vão incorporando os limites impostos as suas ações pelas representações dominantes (percebidas como legítimas) da “prática” da agricultura ecológica através da socialização nos cursos de formação, pela interação com técnicos e agricultores que os antecederam no engajamento, relações objetivas que instrumentalizam as suas releituras desta nova divisão do espaço social que os técnicos investem para fazer existir. Estas releituras são também produto dos *habitus* destes agricultores que, a partir dos seus esquemas de avaliação e percepção, engendram as estratégias razoáveis para realizar os interesses associados ao seu engajamento na agricultura ecológica.

Analisando essas estratégias e tomadas de posições e relacionando-as às trajetórias destes agricultores ecologistas, identifiquei três lógicas de engajamento. A primeira que denominei de lógica militante, caracterizada por um investimento em estratégias que possibilitem a reprodução e manutenção da dimensão simbólica da

agricultura ecológica. Os agricultores percebidos sob esta lógica censuram o engajamento na agricultura ecológica pelo interesse econômico, salientam que os mais importantes são aspectos políticos, ambientais e culturais que conduzam à transformação das relações sociais e ecológicas.

Neste subgrupo, comparando as trajetórias e os posicionamentos dos agricultores, percebi três perspectivas de engajamento militante, que considerei como “político”, “ambientalista” e “comunitário”. Elas se distinguem, basicamente, pelos espaços de atuação a que estes agricultores estão vinculados, pelos capitais incorporados por eles e pelas estratégias empregadas para manter a crença na agricultura ecológica, ou, como dizem, a “mística” (os valores que orientam a prática).

O militante-político está vinculado a partidos políticos, ao movimento da agricultura familiar, ao Sindicato de Trabalhadores Rurais, é vereador ou candidato a cargos políticos. Os agricultores ecologistas que manifestam este engajamento político apresentam um acúmulo de capital social, estando vinculados a uma ampla rede de relações sociais que mobilizam nos momentos precisos. Estes agricultores têm acumulado um volume de capital cultural em termos de temáticas ligadas à questão de formação e organização social, mais do que às questões técnicas da agricultura ecológica, como é possível observar nos que chamei de “militantes-ambientalistas”.

Nesta perspectiva de militante-ambientalista estão os agricultores ecologistas que acumularam em suas trajetórias mais capital cultural, se medido em termos de contato com novos vocabulários, como biodiversidade, agrofloresta, e outras questões mais específicas dentro destas temáticas. Esses agricultores investem em ampliar este capital participando de atividades locais como “a Festa das Sementes Crioulas” em Ipê, até encontros internacionais como o Fórum Social Mundial. Buscam ampliar o seu capital em termos de rede de relações sociais de trocas de informações sobre temas que permitam uma maior “ecologização” da sua propriedade rural.

Mas a sua atuação não se restringe a aprimorar as práticas na unidade produtiva, eles participam com frequência dos espaços de debate e de construção da agricultura ecológica na região, exigindo e cobrando dos “pares” a coerência entre um “discurso ecologista” e a “prática”, colocando, assim, em pauta a definição da categoria.

A terceira perspectiva de engajamento neste subgrupo chamei de uma lógica de engajamento militante “comunitário”, que se caracteriza pelo fato do agricultor se constituir como um líder na sua comunidade (na capela), a sua ação de representante se dá mais em nível local, fazendo a mediação comunidade-Centro Ecológico, por isto considere estes agricultores ecologistas como “mediadores orientados para comunidade”. Eles têm um volume de capital social acumulado, principalmente considerando as redes de relações locais a que estão vinculados (comunidades, Sindicato, Igreja Católica).

A segunda lógica de engajamento foi denominada de “intermediária”, pois oscila entre estratégias militantes e apropriacionistas, caracterizando-se, mais pelo esforço de se distanciarem dos agricultores ecologistas a quem se referem como “os caras que não são ecologistas” do que de se aproximarem dos que são vistos como “líderes”.

Estes agricultores têm na sua estrutura de capitais um menor volume de capital social, a rede de relações se restringe em muito ao espaço da associação de agricultores ecologistas, ao Centro Ecológico, alguns são sócios do Sindicato de Trabalhadores Rurais. O volume de capital cultural em termos de contato com novas temáticas e vocabulários é menor se comparando ao subgrupo de lógica militante, até por participarem com menor frequência das atividades de formação, alegando, geralmente, falta de mão-de-obra para sair da propriedade rural.

Contudo, dentro deste subgrupo há alguns agricultores que revelam um esforço para participar dos cursos de formação, reuniões, espaços que consideram de aprendizagem. No entanto, mesmo estes que investem em ampliar o seu capital cultural marcam a sua distância em relação aos que consideram mais aptos, dentro

da sua própria associação ou de outras, para falar “publicamente”, seja em atividades como receber visitas na propriedade ou dar palestras.

Por outro lado, suas estratégias se aproximam dos agricultores que considere sob uma lógica apropriacionista quando desenvolvem cálculos econômicos para decidir a implementação de determinadas práticas na propriedade. Estes cálculos são traçadas por intermédio de um *habitus* incorporado, não é cálculo cínico, mas é um cálculo dentro da margem de liberdade oferecida pelo espaço da agricultura ecológica e as disposições destes agentes. Estas práticas integram as suas estratégias de reprodução social, ou seja, as quais possibilitam “reproduzir as propriedades que lhe permitem conservar a sua posição” (BOURDIEU, 1990, p. 87) neste espaço social.

Estes cálculos econômicos não são explícitos, nem freqüentes, são realizados em algumas situações específicas para orientar as tomadas de decisões destes agricultores, os quais não deixam de reconhecer a importância que assume a eufemização neste espaço de relações, assim procuram transfigurar os seus discursos, ressaltando a preocupação em preservar a natureza, em oferecer um produto saudável ao consumidor. Esse tipo de tomada de posição, de certa forma, caracteriza a dualidade deste espaço de relações, oscilando constantemente entre a dimensão simbólica e econômica, nunca atingindo um único extremo, seja neste subgrupo ou nos demais analisados.

Como é possível perceber incorporado ao discurso destes agricultores ecologistas a idéia de “fazer” agricultura ecológica, diretamente relacionada à existência da Feira Ecológica em Porto Alegre, esta representando tanto um espaço de comercialização quanto de interação social, associando a imagem de “sair de casa”, de conversar com outras pessoas, seja entre o grupo de agricultores ecologistas ou na relação agricultor-consumidor, na qual afirmam se sentirem valorizados.

A terceira lógica de engajamento dos agricultores ecologistas, que denominei de apropriacionista, também se caracteriza por estratégias ambíguas, entretanto, eles oscilam entre estratégias coletivas e individuais. As estratégias coletivas são a

união destes agricultores ecologistas aos grupos, às associações, por reconhecerem na agricultura ecológica um capital simbólico. Então, unem-se ao grupo “dos ecologistas” e incorporam este capital, afirmando a existência da categoria social em distinção aos que não são ecologistas (ou “aqueles que usam venenos”).

Entretanto, esta estratégia de defesa da categoria social, agricultores ecologistas, está relacionada a uma estratégia individual de apropriar-se deste capital simbólico pelas representações que ele assume, principalmente a sua facilitada conversão em capital econômico, nas feiras, o que possibilita o ingresso de recursos financeiros semanalmente, o que estes agricultores consideram uma vantagem comparando ao sistema convencional, no qual recebiam dinheiro somente na época da safra.

Assim, este subgrupo é considerado pelos mediadores como “resistentes” à implementação de algumas práticas produtivas (adubação verde, plantio de sementes crioulas), além de participarem pouco de reuniões e atividades de formação (tanto em termos de frequência quanto de “falarem” nestes espaços).

Entretanto, o que pude perceber nesta pesquisa de campo é que, de fato, eles apresentam uma “resistência”, mas não se constitui numa resistência obtusa, eles se opõem é a transformar o seu “modo de ser” agricultor. Isto significa que eles agem nos limites do pertencimento ao grupo dos ecologistas, não aderem ou resistem à adesão de técnicas produtivas que são distantes das suas disposições incorporadas do “fazer” agricultura. Assim, continuam caçando, fazendo roçada rala, entre outras práticas que reconhecem que “não seria o certo para natureza, mas a gente sempre fez”.

A agricultura ecológica para estes agricultores está bem próxima da agricultura tradicionalmente praticada nas comunidades rurais dos municípios de Ipê e Antônio Prado. Para eles se tornarem ecologistas, foram socializados em diferentes espaços de formação, para incorporarem as técnicas de produção ecológica, possibilitando a formação de um capital cultural em termos de contato com um novo vocabulário.

A agricultura ecológica para este subgrupo de agricultores representa uma das estratégias do conjunto de suas estratégias de reprodução social, assim, em momentos críticos que percebem a reprodução de “seu lugar” neste espaço social, objetivamente ameaçada, podem orientar suas ações por “cálculos estratégicos de custos e benefícios”, sendo possível, de acordo com a situação específica, optarem por desengajar-se da agricultura ecológica.

No entanto, alguns agricultores que saem da agricultura ecológica buscam conservar o capital simbólico que reconhecem neste tipo de agricultura, afirmando manter uma prática “quase” como se fosse ecológica e vendendo os produtos na sua comunidade. Mas, há também alguns que se mantêm engajados por pouco tempo (meses) por falta das propriedades materiais para viabilizem seu engajamento, como capital econômico para investir em transporte para feira, e mesmo para aguardar o tempo necessário para formarem uma clientela que lhes garantam uma “boa feira” (retorno financeiro). Após saírem da agricultura ecológica, alguns destes agricultores seguem praticando uma agricultura tradicional, e outros optam por engajar-se na agricultura convencional.

As lógicas de retribuição destes agricultores ecologistas estão vinculadas as suas lógicas de engajamento. No entanto, identifiquei duas lógicas de retribuição distintas: a primeira, manifestada pelos agricultores que têm uma lógica de engajamento militante, que manifestam interesses associados à formação de capital social, cultural e político para lutarem nos espaços onde atuam, conforme já descrito, pelo reconhecimento da agricultura ecológica como um meio de transformação social, enfocando a importância dos ganhos simbólicos associados, de respeitabilidade e de reconhecimento social, proporcionados pelo referencial.

A outra lógica de retribuição identificada se refere aos agricultores que apresentem uma lógica de engajamento “intermediária” e “apropriacionista”, ambos afirmam a importância dos lucros econômicos recebidos pela prática da agricultura ecológica (o ganho semanal na feira); também apontam questões como se sentir valorizado no contato com os consumidores e a preservação da saúde da família.

Retomo, neste ponto, a hipótese central deste trabalho, em que considere que os agricultores ecologistas que têm maior volume de capital cultural e social engajam-se buscando ampliar estes capitais, e os que têm menor volume destes capitais engajam-se buscando, principalmente, retribuições materiais, como o acúmulo de capital econômico. A hipótese é aceita, de acordo, com a análise das lógicas de engajamento e retribuições dos agricultores ecologistas apresentadas acima.

O problema de pesquisa complementar que me coloquei nesta dissertação era analisar se a relação destes agricultores ecologistas com os mediadores influencia a sua lógica de engajamento e retribuição na agricultura ecológica.

O que pude perceber é que, de fato, o que mais influencia as lógicas de engajamento e retribuição são os capitais incorporados durante as trajetórias dos agricultores como já demonstrei. Mas a relação estabelecida entre mediadores e mediados exerce mais influência nos agricultores engajados sob uma lógica militante. Estes são valorizados pelos técnicos pelo grau de engajamento na agricultura ecológica, isto propicia um estreitamento dos laços entre eles, podendo assumir a forma de compromissos políticos, de parcerias técnicas (usar a área do agricultor como demonstrativa), conforme a situação vivida por ambos e o contexto da ação. De qualquer forma, a relação se torna uma relação de confiança, sendo “parceiros” na luta pela construção da agricultura ecológica.

Esta relação facilita que estes agricultores ecologistas se tornem novos mediadores, sendo socializados em espaços de ampliação dos capitais portados, acesso proporcionado pelos mediadores. Certo é que estes agricultores, devido as suas trajetórias sociais e disposições incorporadas, já tinham uma propensão a se tornarem mediadores, os que ainda não eram antes do seu engajamento na agricultura ecológica.

Assim, os outros agricultores, que manifestam lógicas apreendidas pelos mediadores sob outras representações e imagens menos valorizadas, estabelecem

relações mais formais, como orientação técnica, comercial, alguma questão pontual solicitada pelo agricultor ecologista. Este é o tipo de relação estabelecida, principalmente, com os agricultores ecologistas engajados sob uma lógica “intermediária”.

Mas, há também os agricultores que são vistos como “resistentes”, eles estabelecem uma relação mais “hostil” com os técnicos, revelando-se mais tensa, principalmente, nos espaços de interação (reuniões), pelas censuras impostas as suas falas, que geralmente são questionamentos de normas estabelecidas ou apontado possíveis fragilidades de técnicas produtivas propostas pelos mediadores. As falas destes agricultores são reprimidas com palavras “firmes” ou, simplesmente, com “olhares” dos mediadores e de alguns agricultores que ocupam posições de lideranças, revelando a censura estrutural existente neste espaço.

Essa censura resultante da estruturação do espaço de mediação, que propiciou a formação de uma hierarquia normativa entre os agricultores ecologistas, das posições ocupadas por estes agricultores no espaço de relações sociais da agricultura ecológica, é que eles constroem as representações de si e dos outros. Assim, a incorporação de sentido do seu valor social comanda a relação prática que eles vão estabelecer com os distintos espaços de interação (reuniões no Centro Ecológico, reuniões na associação de agricultores ecologistas, a família, a feira).

Os agricultores ecologistas considerados “resistentes” pelos mediadores se vêem estigmatizados, o que lhes dá certa margem de liberdade, ainda que sob constrangimentos, freqüentemente, tendo as suas falas desqualificadas, ousam realizar o seu interesse expressivo nos espaços de interação. Este tipo de resistência, ainda que difusa, ganha força à medida que os técnicos se afastam de alguns espaços, como as reuniões das associações de agricultores ecologistas ou do Conselho de Associações.

Isso ocorre porque as questões levantadas por estes agricultores se conjugam a um momento de reestruturação do papel do Centro Ecológico, nesta região, especialmente nestes municípios, e também a um cenário de transformações no mercado da agricultura ecológica, revelando-se como um momento de fragilidade

estrutural e conjuntural, possibilitando, assim, que mais agricultores ecologistas passem a questionar ou a relativizar a obediência a certas normas já institucionalizadas.

Esse processo permite a explicitação do referencial da agricultura ecológica como uma categoria social em construção, numa disputa entre forças simbólicas e materiais, em que está em “jogo” a manutenção da ordem local como foi estabelecida pelos mediadores ao longo do processo de mediação desenvolvido nestes municípios.

Na busca de mantê-la, os mediadores empregam distintas estratégias, revelando a importância deste trabalho junto aos agricultores ecologistas de Antônio Prado e Ipê para a formação do capital simbólico destes mediadores, por mais que, atualmente, eles estejam mais dedicados a elaborar projetos sociais ligados a temáticas específicas como (agrofloresta) ou pretendendo se colocar como gestores (na orquestração) do processo de desenvolvimento local. Assim, novos papéis e a inserção em novos campos de atuação é o que possibilita a reprodução destes mediadores. Entretanto, este trabalho de base está incorporado à estrutura de capitais destes agentes sociais como capital simbólico de reputação social; assim, precisa ser conservado.

Portanto, a análise destes agricultores ecologistas denominados de “resistência” serve para explicitar as relações de poder que existem neste espaço social, pois a existência social e profissional destes técnicos está tão vinculada a sua “expertise” – a agricultura ecológica – que lutar para mantê-la reconhecida como legítima nestes municípios se dá dentro do sentido do jogo incorporado por estes mediadores, imersos na *illusio* própria deste campo ou subcampo.

O resultado a que chego, neste trabalho, é que o engajamento na agricultura ecológica permite que os agricultores engajados construam uma nova identidade social, formando e/ou ampliando seus capitais culturais, sociais e políticos. Eles passam a se inserir em novos “mundos”, como a Feira Ecológica em Porto Alegre. O engajamento neste referencial é apresentado aos agricultores como uma prática social “emancipatória” que busca “o resgate do agricultor como protagonista do

processo produtivo”. Entretanto, este espaço revela-se, por outro lado, um espaço de estratégias em que se instala uma série de relações de poder baseadas em relações de reciprocidade, troca de favores.

Essas relações de poder estão alicerçadas na crença coletiva destes agricultores ecologistas no capital simbólico incorporado pelos técnicos e já institucionalizado na ONG, portanto, capaz de exercer injunções que são apreendidas como legítimas, naturais, impostas por quem tem autoridade e poder para fazê-las. O poder se exerce pela transfiguração sob a forma de sugestões, buscando eufemizar-se em construção conjunta de conhecimento unindo saberes científicos e populares.

Identifiquei, através desta análise, algumas possibilidades para futuras pesquisas: a primeira seria aprofundar o estudo dos mediadores neste espaço social, analisando as suas trajetórias sociais para compreender o tipo de vínculo que têm com a agricultura ecológica e os reflexos disto na estruturação do espaço social. O objetivo seria de estudar se, neste momento, a estrutura objetiva deste espaço em que os mediadores se propõem a repensar o seu papel pode se constituir num movimento para uma reflexividade, como uma “volta crítica sobre si”, constituindo-se como “sociólogos práticos”.

A segunda questão seria estudar estes agricultores que praticam o que poderia se chamar “agricultura tradicional”, analisando as relações objetivas que englobam este modo de “fazer” agricultura, se eles podem ser considerados agricultores ecologistas sem o “rótulo” de ecologistas, ou seriam “práticas agrícolas” distintas da agricultura ecológica. E se estes agricultores puderem ser considerados ecologistas, investigar, de forma mais aprofundada, os entraves à entrada na agricultura ecológica, pois devido ao recorte desta pesquisa não pude me dedicar mais a este ponto.

Assim, chego ao final deste trabalho que foi o exercício constante de não me enredar em laços de reciprocidade, de amizade com os agricultores entrevistados e com os técnicos, ao mesmo tempo, que a proximidade trouxe benefícios no sentido do acesso a informações privilegiadas pela confiança estabelecida, mas que por

vezes, no momento da análise, me dificultava produzir o distanciamento exigido pelo referencial teórico escolhido. Pela intenção contida neste trabalho de apreender as estruturas subjacentes às lógicas que se apresentam como evidentes ou verdades, que estruturas objetivas e subjetivas foram construídas neste espaço de análise para que elas assumissem esta “aparência de natural”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes de Consulta:

ALMEIDA, J. **Tecnologia “moderna” versus tecnologia “alternativa”**: a luta, elo monopólio da competência tecnológica na agricultura. Porto Alegre: UFRGS– Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural. (Dissertação de Mestrado), 1989.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. **Território da linha cruzada**: rua Mirim versus avenida Nilo Peçanha. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 693-713.

CAE–Centro de Agricultura Ecológica Ipê. **A teoria da trofobiose de Francis Chaboussou**. Novos caminhos para uma agricultura sadia. Ipê/Porto Alegre: CAE/Fundação Gaia, 1993b.

_____. **Relatório do I Encontro das Associações de Agricultores Ecológicos**. Ipê: CAE Ipê, 2 a 4 de agosto de 1993. [mecanografado].

_____. **Relatório do II Encontro das Associações de Agricultores Ecológicos**. Ipê: CAE Ipê; 20 a 21 de maio de 1996. [mecanografado].

COSTABEBER, José Antônio. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. Universidad de Córdoba, Escuela Técnica Superior de Ingenieros Agrónomos y de montes, Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado y Historia. Córdoba, Tesis (Doctorado), 1998.

SCHULTZ, G. **As cadeias produtivas de alimentos orgânicos do município de Porto Alegre/RS frente à evolução das demandas do mercado**: lógica de produção e/ou distribuição. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Mestrado em Agronegócios – Curso de pós-Graduação em Agronegócios do Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios (CEPAN), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

WACQUANT, Loïc; CALHOUN. Craig J. Interesse, racionalidade e cultura. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s.l.], n. 15, p. 76-98, fev. 1991.

Fontes de Referência

ALMEIDA, J. **Tecnologia “moderna” versus tecnologia “alternativa”**: a luta, elo monopólio da competência tecnológica na agricultura. Porto Alegre: UFRGS– Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural. (Dissertação de Mestrado), 1989.

_____. **A Construção social de uma nova agricultura**: Tecnologia agrícola e movimentos sociais no Sul do Brasil. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

ALVES, Carla Freitas. **O desenvolvimento da pecuária leiteira no município de Viamão a partir de 1992**. Porto Alegre: UFRGS. Faculdade de Ciências Econômicas. (Monografia).

ANJOS, José Carlos Gomes dos. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde**: lutas de definição de identidade nacional. Porto Alegre: UFRGS/IFCH – Praia (Cabo Verde) / INPC, 2002.

BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.

_____. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.

_____. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.

_____. **A economia das trocas lingüísticas**: que falar quer dizer. São Paulo: USP, 1996b.

_____. **Razões práticas**. Campinas: Papiurus, 1996c.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. A Representação Política: elementos para uma teoria do campo político. In: **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand, 1998, p. 163-208.

_____. Gostos de Classe e Estilos de Vida. In: Ortiz, R. (org). Pierre Bourdieu. Sociologia. São Paulo, Ática, 1983, p. 83-121.

_____. "Habitus, illusio y racionalidad". In: BOURDIEU (Pierre) y WACQUANT (Loïc), **Respuestas, por una antropologia reflexiva**, México. Grijalbo. 1995, pág. 79-99.

CAE - Centro de Agricultura Ecológica. **O que é ser agricultor ecologista**. Ipê: CAE, 1997.

CENTRO ECOLÓGICO. **Em sociedade com a natureza, na natureza da sociedade: projeto de desenvolvimento ecológico-social**. Ipê:1998.

_____ **.Agricultura ecológica: alguns princípios básicos**. 2004.

CANUTO, João Carlos. **Agricultura ecológica en Brasil**. Perspectivas socioecológicas. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos. Universidad de Córdoba, 1998. (Tesis Doctoral).

COSTA, Carlos Fernando. **Ecologia, agricultura e pequena produção: concepções e prática de uma experiência gaúcha**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre: UFRGS, 1992. (Dissertação de Mestrado).

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável**. Origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

FILLIEULE, O. Propositions Pour Une Analyse Processuelle de L'engagement Individuel. In: **Revue Francaise de Science Politique**, Vol 51, nº 1-2, février-avril, 2001, p. 199-215.

GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamin. **O inquérito**. Teoria e prática. Oeiras (Portugal): Celta, 1997.

GIL, Antônio C. **Técnicas de pesquisa em economia**. 2. ed. São Paulo: ATLAS, 1995.

GOODMAN, D.; SORJ, A.; J. WILKINSON. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

KUSCHNIR, K. Trajetória, Projeto e Mediação na Política. In: VELHO, G. E. KUSCHNIR, K. **Mediação, Cultura e Política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 137- 164.

LANDÉ, Carl. H. Group politics and dyadic politics: notes for a theory. In: SCHIMDT, S. **Friends followers and factions**. Berkeley: University of California Press, 1977. p. 4-50.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, P. et al. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996. p. 59-106.

MARRE, Jacques Leon. História de vida e método biográfico. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 89-141, jan./jul. 1991.

MULLER, Pierre, Les politiques publiques comme construction d'un rapport au monde. In: FAURE, Alain; POLLET, Gilles; WARIN, Philippe. **La construction du sens dans les politiques publiques, débats autour de la notion de référentiel**. Paris: L'Harmattan, 1995.

NEVES, D. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: DAMASCENO FERREIRA, A.; BRANDENBURG, A. (orgs). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998. p. 147-165.

PETRARCA, Fernanda Rios. **Conflitos, trajetórias e engajamentos de jornalistas na produção de notícias ambientais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

PINHEIRO, Sebastião; NASR, Nasser Youssef; LUZ, Dioclécio. **A agricultura ecológica e a máfia dos agrotóxicos no Brasil**. Porto Alegre: Edição dos Autores, 1993.

RIST, G. La cultura y el capital social: cómplices o víctimas del desarrollo? In: KLIKSBURG, B.; TOMASSINI, L. (comp.) **Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo**. Buenos Aires, BID, Fund. Fellpê Herrera, Univ. de Maryland e Editora Fondo de la Cultura Económica, 2000. p. 129 – 150.

SANTENY, G. Logiques d'engagement et logiques de rétribution au sein de l'écologisme français. **Cahiers internationaux de sociologie**. 1999.

SCHMITT, Claudia Job. **Tecendo as redes de uma nova agricultura**: um estudo socioambiental da Região Serrana do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Doutorado em Sociologia – Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

SELLTIZ; JAHODA; DEUTSCH; COOK. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder/Ed. USP, 1971.

VELHO, G. Biografia, trajetória e mediação. In: VELHO, G. E; KUCHINIR, K. **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 13-29.

_____; KUSCHNIR, K. Mediação e metamorfose. **Mana: estudos de antropologia social**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996. p. 97-107.

WOLF, E. R. Aspects of group relations in a complex society. **American Anthropologist**. México: v. 58, n. 6, 1956. p. 1065-78.

WOLF, Eric. **Guerras camponesas do século XX**. São Paulo: Global, 1984.

ANEXOS

ANEXO A - Fotos caracterizando a paisagem da região



Foto 1: paisagem do campo, com lavoura.

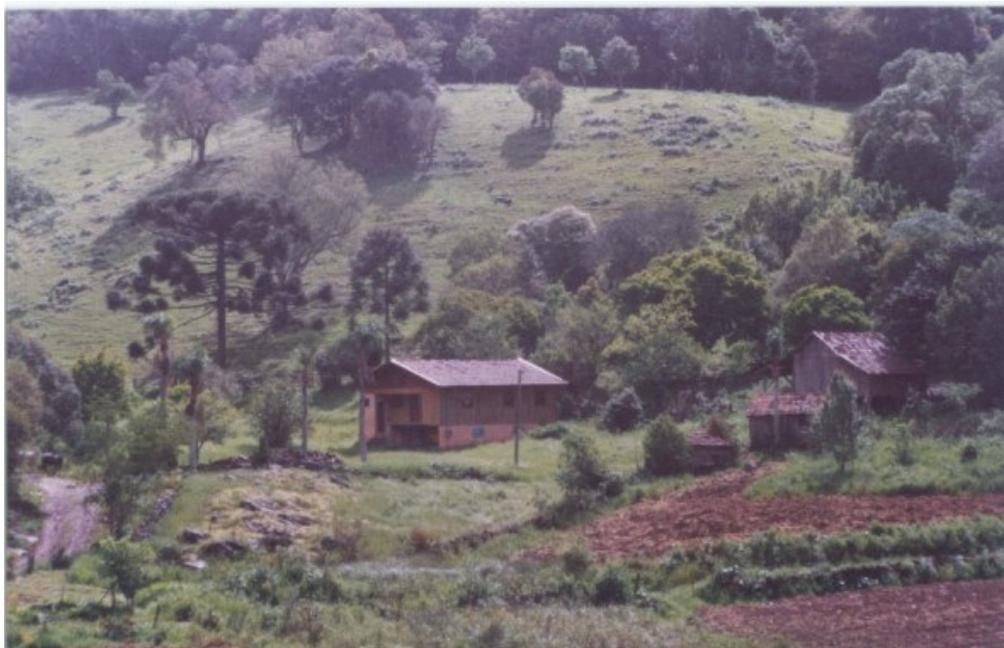
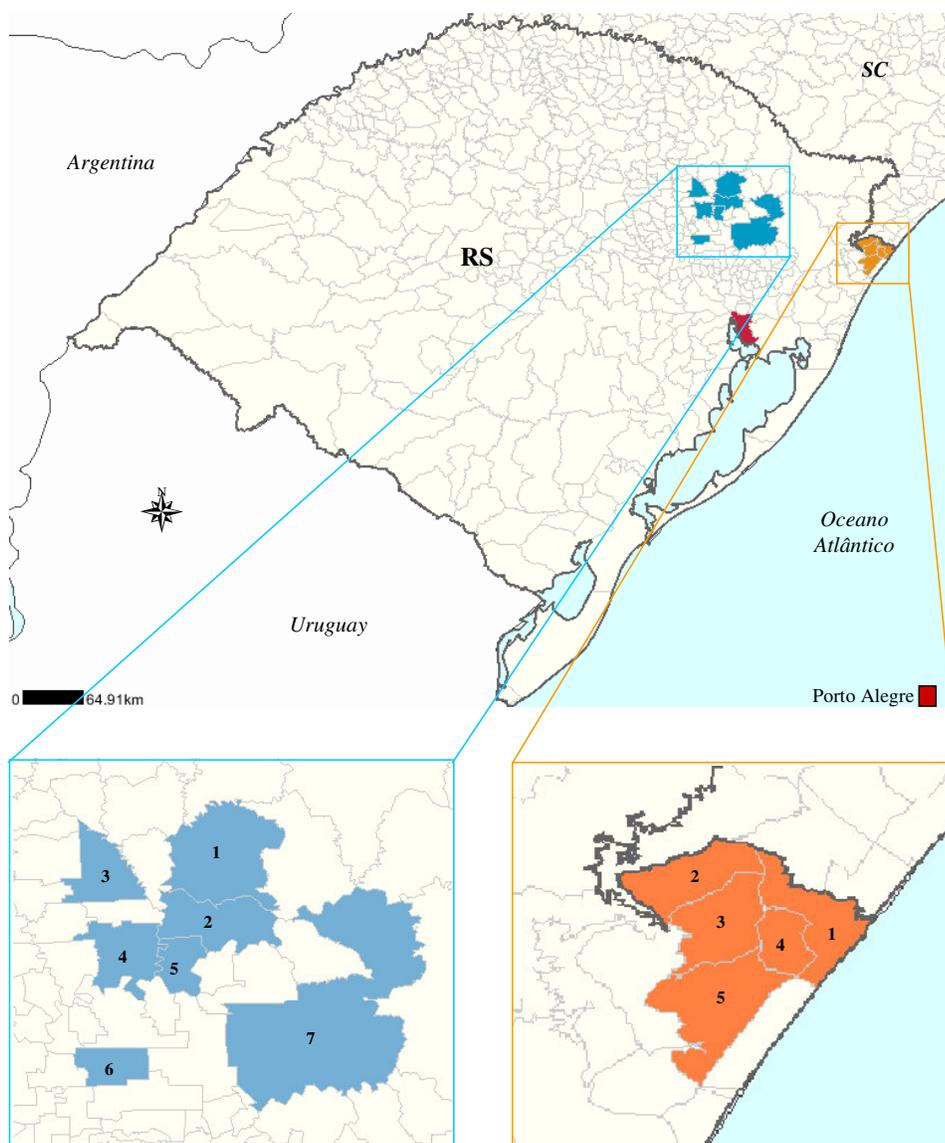


Foto 2: propriedade rural na colônia

ANEXO B - Localização dos municípios da pesquisa e de atuação do Centro Ecológico



Na Região da Serra: ■

1. Ipê
2. Antonio Prado
3. Nova Roma do Sul
4. Veranópolis
5. Nova Prata
6. Garibaldi
7. Caxias

Na Região do Litoral Norte: ■

1. Torres
2. Mampituba
3. Morrinhos do Sul
4. Dom Pedro de Alcântara
5. Três Cachoeiras

Fonte: Adaptado de IBGE

ANEXO C - Roteiro de Entrevista Aplicado aos Mediadores

1 – Origens Sociais e Trajetórias Sociais

Nível de escolaridade dos pais

Onde concluíram os níveis escolares (escola pública ou privada)

Atividade profissional dos pais

Pai ou mãe teve algum tipo de engajamento ou vínculo com algum movimento, entidade, partido ou religião

Profissão dos avós

2 - Trajetória Escolar e Profissional

Trajetória escolar: como era a relação com a escola e com a universidade?

Onde concluiu o primeiro e segundo grau? (escola pública ou privada)

Emprego atual

Que empregos já tiveste?

Durante a faculdade costumavas participar, como ouvinte, de cursos e palestras sobre agricultura ecológica? Com que frequência?

Atualmente, costumavas participar de palestras, cursos de formação sobre agricultura ecológica? Com que frequência?

Como ocorreu a proposta de trabalhar com a agricultura ecológica?

3 – Trajetória Política

Qual a tua participação em movimentos estudantis, ambientalistas ou outros, em associações, sindicatos?

Como começaste a participar?

Quais posições já ocupaste nestes espaços?

4 – Processo de recrutamento para a agricultura ecológica

Como é o seu envolvimento com a questão ecológica na agricultura?

Como se deu tal envolvimento e por quê?

5 – Representações

Propriedade Ecológica e Rede Ecovida

O que entendes como Biodiversidade?

O que são sementes híbridas?

O que são as sementes crioulas?

O que é propriedade 100% ecológica?

O que é a Rede Ecovida?

O que significa para ti agricultura ecológica?

Espaço das Reuniões, Assembléias, Cursos

Quando um agricultor participa de uma reunião, um curso como ele repassa as informações ao grupo?

Como percebes a motivação dos grupos da região em relação ao momento atual da agricultura ecológica? Qual o grau de adesão à agricultura ecológica?

Qual o papel do Conselho das Associações?

Qual o papel do Centro Ecológico?

ANEXO D - Roteiro de Entrevista Aplicado aos Agricultores

1 – Origens Sociais e Trajetórias Sociais

Nível de escolaridade dos pais

Onde concluíram os níveis escolares (escola pública ou privada)

Atividade profissional dos pais

Pai ou mãe teve algum tipo de engajamento ou vínculo com algum movimento, entidade, partido ou religião

Profissão dos avós

2 - Trajetória Escolar e Profissional

Trajetória escolar: como era a relação com a escola e com a universidade?

Até que série estudaste?

Já tiveste outro trabalho?

Quando começaste a trabalhar na agricultura?

Costumas participar, como ouvinte, de cursos e palestras sobre agricultura ecológica? Com que frequência?

Quais os temas que mais te interessam participar?

Já participaste como palestrante em alguma atividade? Qual? Como te sentiste?

Sobre que tema e para que público? Recebes para realizar tal atividade?

Tu te consideras um ecologista?

3 – Trajetória Política

Qual a tua participação em associações, sindicatos, cooperativas?

Como começaste a participar?

Quais posições já ocupaste nestes espaços?

Qual a importância deste tipo de organização para a agricultura familiar e para a agricultura ecológica?

Como é a participação da tua comunidade nestes lugares?

Considera-te um representante da comunidade?

Tu tens alguma experiência em cargos políticos, ou tens intenções de te candidatar a algum cargo?

4 – Capital social e capital acumulado

Quais as pessoas mais importantes do teu círculo de relações? Qual a posição social que elas ocupam?

Estas relações serviram a tua família em algum momento de dificuldade?

Se sim, a ajuda é pessoal ou corporada?

Como avalias a importância da associação que fazes parte em relação às outras associações?

Como consideras o peso da agricultura ecológica no espaço social da produção agrícola?

5 – Processo de recrutamento para a produção ecológica

Como é o seu envolvimento com a questão ecológica na agricultura?

Como se deu tal envolvimento e por quê?

Por que decidiu iniciar a transição para a agricultura ecológica?

Como avalias o teu grau de adesão a agricultura ecológica?

Qual a importância para ti de produzir desta forma?

Que tipo de retribuição busca na agricultura ecológica? O que esperas receber em produzir desta forma?

6 – Representações

Propriedade Ecológica e Rede Ecovida

O que entendes como Biodiversidade?

Qual a importância de não usar híbridos?

Qual a importância de usar sementes crioulas?

Como é feito o manejo animal na propriedade? Está em fase de transição para a pecuária ecológica?

Como fazes o manejo do solo, usas adubação verde?

Se sim, desde quando? No início tiveste resistência a fazer? Por quê?

Se não, por que não fazes?

O que é propriedade 100% ecológica?

A tua associação faz parte da Rede Ecovida?

O que é para ti agricultura ecológica?

Espaço das Reuniões, Assembléias, Cursos

Quando um agricultor participa de uma reunião, um curso como ele repassa as informações ao grupo? Que tipo de dificuldades enfrenta?

Como percebes a motivação do teu grupo e dos grupos da região em relação ao momento atual da agricultura ecológica? Qual o grau de adesão à

agricultura ecológica?

Qual o papel do Conselho das Associações?

Qual o papel do Centro Ecológico?

ANEXO E – Deliberações do II Encontro das Associações de Agricultores Ecológicos

5. Encaminhamento Final do Encontro

Principais Deliberações Do II Encontro Das Associações De Agricultores Ecológicos:

1. Formação de um Conselho das Associações de Agricultores Ecológicos, que terá como funções:
 - a. acompanhar o trabalho dos grupos ecológicos no processo de construção da propriedade ecológica;
 - b. encaminhar um processo de discussão com o CAE, EMATER e demais entidades, visando definir com maior clareza as demandas dos grupos no campo da assessoria, qualificando e racionalizando o trabalho de acompanhamento técnico e organizativo que vem sendo desenvolvido;
 - c. ser uma instância política de representação dos grupos frente a seus parceiros, atuando, também, na busca de novos parceiros;
 - d. atuar juntamente com a assessoria enquanto uma instância de discussão e acompanhamento ao surgimento de novos grupos;
 - e. acompanhar o processo de discussão pós-encontro para que os resultados do encontro cheguem até as associações.
2. Aprovação do repasse de 1% do volume total de recursos obtidos mensalmente pelas associações, com a comercialização de produtos ecológicos, para o CAE-Ipê, como forma de contribuir com a sustentação financeira da entidade e com o crescimento da agricultura ecológica, enquanto alternativa econômica, social e ambiental.
3. Comercialização:
 - a. fortalecimento da organização entre os grupos visando:
 - b. garantir um maior profissionalismo dos grupos em sua atuação no processo de comercialização;
 - c. buscar novas alternativas de mercado;
 - d. qualificar a relação dos grupos com seus parceiros comerciais;
 - e. reforçar os laços de solidariedade entre as associações e destas com os consumidores.

A Primeira reunião do Conselho ficou marcada para o dia 22 de julho, às 8:00 horas, na Cooperativa Coolméia, em Porto Alegre. Houve manifestação para que cada Associação indique, para esta reunião, alguém que tenha estado no II Encontro das Associações.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

SÉRIE DE DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS

001 - **MARIN, Solange Regina.** Política Cambial nas Décadas de 1980 e 1990: impactos sobre o setor de grãos no Rio Grande do Sul. Orientador: Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil; Defesa em 29/01/01.

002 - **SARTOR, Juliane.** Cadeia de flores e plantas ornamentais de jardim no Rio Grande do Sul. Orientador: Prof. Dr. Eugenio Avila Pedrozo; Defesa em 31/01/01.

003 - **PEDROSO, Glaucilene Dias.** Setor Leiteiro: as percepções de produtores do RS sobre as transformações delineadas na década de 90. Orientador: Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil; Defesa em 25/06/01.

004 - **SIQUEIRA, Oscar Graeff.** A Crise das Grandes Cooperativas: um estudo comparado entre a cooperativa de Carazinho (RS) e a de Não-Me-Toque (RS). Orientador: Prof. Dr. Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto; Defesa em 02/08/01.

005 - **LOPES, Saulo Barbosa.** Arranjos Institucionais e a Sustentabilidade de Sistemas Sgroflorestais: uma posição metodológica". Orientador: Prof. Dr. Jalcione Almeida; Defesa em 15/08/01.

006 - **MACHADO, Roberto Tormes.** Democracia Participativa e Desenvolvimento: a influência do orçamento participativo no desenvolvimento rural de Florianópolis. Orientador: Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel; Defesa em 30/08/01.

007 - **PASE, Hemerson Luiz.** Democracia Participativa e Desenvolvimento: a influência do orçamento participativo no desenvolvimento rural de Florianópolis. Orientador: Prof. Dr. Ivaldo Gehlen; Defesa em 30/08/01.

008 - **VILLABERDE, Maria Sérgia.** Agricultura Familiar e Meio Ambiente: posições e estratégias de agricultores assentados em área de proteção ambiental. Orientador: Prof. Dr. Jalcione Almeida; Defesa em 31/08/01.

009 - **TRENTIN, Iran Carlos Lovis.** O Pró-Rural 2000 como política pública de

combate à pobreza rural no Rio Grande do Sul. Orientador: Prof. Dr. Sergio Schneider; Defesa em 31/08/01.

010 - **CASTILHOS, Dino Sandro Borges de**. Capital Social e Políticas Públicas: um estudo da linha infra-estrutura e serviços aos municípios do PRONAF. Orientador. Prof. Dr. Zander Navarro. Defesa em 26/11/2001.

011 - **COELHO, Vanessa Pfeifer** - Mediadores técnicos, tecnociência na agricultura e a definição legítima da problemática ambiental no campo tecnocientífico. Orientador. Prof. Dr. Jalcione Almeida. Defesa em 13/12/2001.

012 - **SILVA, Paulo Roberto Nunes da** - Uma releitura do processo de transformações na agricultura gaúcha no período 1970-80. Orientador. Prof. Dr. Zander Navarro. Defesa em 20/12/2001.

013 - **JANSEN, Suzel Lisiane**. Atividades Agropecuárias e Características Sócio-Econômicas: um aporte para a regionalização do Rio Grande do Sul. Orientador. Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil. Defesa em 22/02/2002.

014 - **SABABÉS, Leandro**. Manejo Sócio Ambiental de Recursos Naturais e Políticas Públicas: um estudo comparativo dos projetos "Paraná Rural" e "Microbacias". Orientador. Prof. Dr. Zander Navarro. Defesa em 28/02/2002.

015 - **RICOTTO, Alcides Juvenal**. Uma rede de produção e comercialização alternativa para a agricultura familiar: o caso das Feiras Livres de Misiones, Argentina. Orientador. Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida. Defesa em 28/03/2002.

016 - **BIOLCHI, Marilza Aparecida**. Agricultura Familiar e Previdência Social Rural: efeitos da implementação do sistema de aposentadorias e pensões para os trabalhadores rurais. Orientador. Prof. Dr. Sergio Schneider. Defesa em 05/04/2002.

017 - **PETTER, Rudimar Luis**. As Múltiplas Expressões da Questão da Sustentabilidade: a realidade regional do COREDE da produção. Orientador: Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil. Defesa em 23/07/2002.

018 - **MOURA, Lino Geraldo Vargas**. Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em sistemas de produção da agricultura familiar: o caso dos fomicultores de Agudo/RS. Orientador: Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel. Co-orientador: Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida. Defesa em 11/09/2002.

019 – **FERRAZ, Osni Giani.** A Sustentabilidade dos Agricultores Familiares de Leite Associados à CLAF nas Dimensões Ambiental, Sociocultural e Institucional. Orientador: Prof. Dr. Ivaldo Gehlen. Defesa em 23/09/2002.

020 – **COLE, Dorlei Marcos.** Colonos, Agricultores Familiares e Pluriatividade: um estudo de caso no município de David Canabarro na microrregião do Alto Taquari/RS. Orientador: Prof. Dr. Sergio Schneider. Defesa em 24/09/2002.

021 – **GERHARDT, Cleyton Henrique.** Agricultores Familiares, Mediadores Sociais e Meio Ambiente: a construção da ‘problemática ambiental’ em agro-eco-sistemas. Orientador: Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida. Co-orientadores: José Carlos Gomes dos Anjos e Lovois de Andrade Miguel. Defesa em 30/09/2002.

022 – **ROHENKOHL, Júlio Eduardo.** Sistemas de Terminação de Suínos: uma análise econômica e ambiental a partir da teoria dos conjuntos *fuzzy*. Orientador: Prof. Dr. Orlando Martineli Júnior. Co-orientador: Roberto Verdum. Defesa em 05/12/2002.

023 – **PLEIN, Clério.** As metamorfoses da agricultura familiar: uma análise das transformações recentes da forma familiar de produção no município de Iporã d’Oeste, SC. Orientador: Prof. Dr. Sergio Schneider. Defesa em 26/02/2003.

024 – **ALVES, Juliete Miranda.** A Obra de José de Souza Martins e a Reforma Agrária no Brasil: uma leitura sociológica. Orientador: Prof. Dr. Zander Soares de Navarro. Defesa em 20/03/2003.

025 – **ANDREATTA, Tanice.** Febre Aftosa no Rio Grande do Sul em 2000: uma análise das transformações ocorridas nos sistemas de produção dos agricultores produtores de leite de Jóia. Orientador: Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel. Defesa em 25/04/2003.

026 – **BASSO, Dirceu.** Produção e Gestão das Políticas de Desenvolvimento Rural, pelos agricultores familiares, de Dois Vizinhos. Orientador: Prof. Dr. Ivaldo Gehlen. Defesa em 21/05/2003.

027 – **ROS, Carlos Javier Cowan.** Capital Social e Luta Simbólica – O Caso da RED PUNA: uma experiência territorial de articulação social na Província de Jujuy, Argentina. Orientador: Prof. Dr. Sergio Schneider. Defesa em 30/05/2003.

028 – **BRUSTOLIN, Cíndia.** Lutas em torno de concepções de justiça na construção do Parque Nacional dos Aparados da Serra – RS. Orientador: Prof. Dr. José Carlos Gomes

dos Anjos. Defesa em 27/06/03.

029 – **COTRIM, Marcelo.** “‘Pecuária Familiar’ na região da ‘Serra do Sudeste’ do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioagroeconômica do pecuarista familiar no município de Canguçu/RS”. Orientador: Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel. Defesa em 26/08/03.

030 – **CARMO, Luiz Eduardo Abbady do.** Impacto de Políticas Públicas na Sustentabilidade Socioambiental: o caso do Pró-Guaíba no município de Segredo/RS. Orientador: Prof. Dr. Jalcione Almeida. Defesa em 27/08/03.

031 – **SILVEIRA, Cleci Behling da.** O MST e as Cooperativas Agrícolas: um estudo sobre a sua gênese e desenvolvimento. Orientador: Prof. Dr. Zander Soares de Navarro. Defesa em 27/08/03.

032 – **RYAN, Silvia Laura.** Lógicas de Engajamento de Produtores Familiares em Propostas de Desenvolvimento: a implementação do PSA em Pampa de Achala, Província de Córdoba – AR. Orientador: Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos. Defesa em 29/08/03.

033 – **FINCO, Marcus Vinícius Alves.** Pobreza Rural e Degradação Ambiental: uma refutação da hipótese do círculo vicioso no Rio Grande do Sul. Orientador: Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil. Defesa em 25/11/03.

034 – **KUHN, Daniela Dias.** O Microcrédito como Instrumento de Desenvolvimento Rural no Município de Constantina/RS: a abordagem seniana de desenvolvimento. Orientador: Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil. Defesa em 08/12/03.

035 – **PREMEBIDA, Adriano.** Desenvolvimento Rural e o Campo Tecnocientífico: a construção de um novo discurso. Orientador: Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida. Defesa em 30/01/04.

036 – **CHAVEZ, Fátima Elizabeth Almada.** A questão Ambiental na Esfera Pública e a Democracia no Paraguai. Orientador: Prof. Ivaldo Gehlen. Defesa em 06/02/04.

037 – **BLUME, Roni.** Território e Ruralidade: a desmistificação do fim do rural. Orientador Prof. Dr. Sergio Schneider. Defesa em 26/02/04.

038 – **CONTERATO, Marcelo Antônio.** A Mercantilização da Agricultura Familiar no Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras. Orientador Prof. Dr. Sergio Schneider. Defesa em 27/02/04.

039 – **SCHNÄDELBACH, Carla Villanova.** A Noção da Ruralidade e a Construção Identitária de Agricultores em um Meio Citadino: o caso da Vila Nova e arredores – Porto Alegre/RS. Orientador Prof. Dr. José Carlos Gomes do Anjos. Defesa em 14/04/04.

040 - **OLIVEIRA, Valter Lúcio de.** A impossível simetria: distinção, interdependência e poder na relação entre agricultores ecologistas e mediadores sociais. Orientador Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva. Defesa em 05/05/04.

041 – **FERNANDES, Patrícia.** Dinâmicas socioeconômicas e culturais de sustentabilidade de Santa Rita do Sul. Orientador Prof. Dr. Ivaldo Gehlen. Defesa em 27/05/04.